

Processo Nº: 5981491-94.2024.8.09.0051

1. Dados Processo

Juízo.....: Goiânia - 1ª UPJ Varas Cíveis: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 32ª

Prioridade.....: Normal

Tipo Ação.....: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -
> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível

Segredo de Justiça.....: NÃO

Fase Processual.....: Conhecimento

Data recebimento.....: 22/10/2024 15:13:21

Valor da Causa.....: R\$ 100,00

2. Partes Processos:

Polo Ativo

NOVO MUNDO S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Polo Passivo

ELIAS E ALVES ADVOGADOS



AO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA – GO.

Autos nº : 5981491-94.2024.8.09.0051.
Requerentes : Novo Mundo S/A e Outras.
Esta peça : Relatório Mensal de Atividade do “Grupo Novo Mundo” –
Mês de referência – Julho de 2025

VW ADVOGADOS, Administradora Judicial nomeada nos autos da recuperação judicial do “**GRUPO NOVO MUNDO**”, neste ato representado por seu sócio **VICTOR RODRIGO DE ELIAS**, advogado, inscrito na OAB/GO sob o nº 38.767, vem à presença de Vossa Excelência, com a vênia e o acatamento costumeiro, requerer a juntada do oitavo Relatório Mensal de Atividade – “RMA” -, relativo ao mês de referência, julho de 2025, do “Grupo Novo Mundo”.

É o que se requer.

Nesses termos, solicita-se deferimento.

Goiânia, data e assinatura do protocolo.

VICTOR RODRIGO DE ELIAS

OAB/GO – 38.767

WESLEY SANTOS ALVES

OAB/GO - 33.906

 (62) 3087-0676 / (62) 98304-0085

 @escritoriovwadvogados

 contato@vwadvogados.com.br

 www.vwadvogados.com.br

 Rua 103, 131, Setor Sul, CEP: 74080-200, Goiânia – GO

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
GOIÂNIA - 1ª UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43



Goiânia/GO, 30 de setembro de 2025.

Ao Senhor Administrador Judicial
Dr. VICTOR RODRIGO DE ELIAS OAB/GO 38.767
DD. Representante legal da
Administradora Judicial **VW ADVOGADOS**

Processo nº 5722034-18.2024.8.09.0051

**“GRUPO NOVO MUNDO” - NOVO MUNDO S/A; NOVO MUNDO AMAZÔNIA S/A E
MARTINS RIBEIRO PARTICIPAÇÕES LTDA - Em Recuperação Judicial**

GOIÂNIA/GO

“GRUPO NOVO MUNDO”

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - “RMA”

JULHO/2025





Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO	4
3. METODOLOGIA UTILIZADA.....	5
4. CONTEXTO OPERACIONAL E ANDAMENTO DO PROCESSO	5
5. DAS ANÁLISES REALIZADAS	8
5.1. ANÁLISE CONTÁBIL	8
5.1.1. ATIVO	8
5.1.2. PASSIVO.....	17
5.1.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO.....	23
5.2. ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS	29
6. INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS E UNIDADES	31
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
GOIÂNIA - 1ª UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43





Goiânia/GO, 30 de setembro de 2025.

Ao Senhor Administrador Judicial
Dr. VICTOR RODRIGO DE ELIAS OAB/GO 38.767
DD. Representante legal da
Administradora Judicial **VW ADVOGADOS**

**“GRUPO NOVO MUNDO” - NOVO MUNDO S/A; NOVO MUNDO AMAZÔNIA S/A E
MARTINS RIBEIRO PARTICIPAÇÕES LTDA - Em Recuperação Judicial**

GOIÂNIA/GO

REF. CT 2.857/25

Prezados Senhores,

Em atendimento ao que nos foi solicitado, vimos pelo presente, apresentar nosso Relatório Mensal de Acompanhamento das Atividades do **“GRUPO NOVO MUNDO”** referente processo de Recuperação Judicial nº **5722034-18.2024.8.09.0051**, em curso perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás. Este relatório contempla o mês de **JULHO DE 2025**.

1. INTRODUÇÃO

As recuperandas **NOVO MUNDO S/A; NOVO MUNDO AMAZÔNIA S/A E MARTINS RIBEIRO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, neste processo denominada **“GRUPO NOVO MUNDO” - Em Recuperação Judicial**, ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial, cujo processamento foi deferido em 14 de agosto de 2024, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 5722034-18.2024.8.09.0051).

O presente Relatório Mensal de Acompanhamento das atividades do devedor é requerido ao Administrador Judicial, conforme estabelecido pelo art. 22, inciso II, alínea “c” da LRF.

O período base abrangido por este relatório é o mês de **julho de 2025**.





2. OBJETIVO

Este relatório tem como objetivo apresentar dados sobre as atividades operacionais das Recuperandas durante o período base (**julho de 2025**), além de incluir comentários sobre essas informações. O intuito é subsidiar os credores, o Juízo, o Ministério Público e demais interessados no acompanhamento das atividades das Recuperandas.

A análise realizada por esta Auxiliar Técnica **não se trata de uma auditoria completa** das informações fornecidas pelas Recuperandas.

As demonstrações contábeis das recuperandas Novo Mundo S.A e Novo Mundo Amazônia S.A relativas ao exercício findo em 2024, foram examinados por auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, CRC GO-001.661/F-9 com responsável descrito Sr. Pedro Ivo de Oliveira Braga CRC 1DF-020.418/O-3., devidamente assinada em 20 de Agosto de 2025, e que fará parte integrante em anexo ao presente relatório.

Em relação a Recuperanda **MARTINS RIBEIRO PARTICIPAÇÕES LTDA**, as Demonstrações Financeiras devidamente auditadas por auditores independentes não foram apresentadas. Por se tratar de uma empresa de Grande Porte, conforme legislação vigente, a mesma deve ser auditada por auditores independentes.

Entramos em contato com a Recuperanda MRP, e a mesma informou que o processo de emissão do relatório está em fase de finalização. O Atraso para entrega e finalização se deu no fechamento de uma das empresas investidas em que a MRP tem participação. A previsão é que a mesma seja finalizada no início de outubro, e tão logo isso aconteça, será disponibilizada.

Solicitamos que sejam apresentadas pelo Grupo, os principais ajustes feitos no exercício de 2024 para que sejam juntados também no presente RMA. Os ajustes se encontram no relatório dos Auditores anexos ao presente RMA.

Desta forma, o principal objetivo deste relatório é apresentar e comentar as principais informações operacionais das atividades relatadas. Assim, sempre que for identificada qualquer informação ou questão que mereça esclarecimento, ajuste ou destaque, o apontamento será feito nos relatórios mensais apresentados.

4

Rua João de Abreu, esq. c/ Rua 9, nº 192, Ed. Aton Business Style, Sala 94-A, Setor Oeste – CEP 74.120-110 – Goiânia/GO



(62) 3224-6116



masters@mastersauditores.com.br



3. METODOLOGIA UTILIZADA

Em atenção ao Anexo II da Recomendação nº 72 de 19 de agosto de 2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esta Auxiliar Técnica do Administrador Judicial analisou os documentos contábeis/societários das Recuperandas e, até a conclusão deste Relatório Mensal de Atividades identificou que: a) não houve alterações da atividade empresarial; b) não houve alteração na estrutura societária da Recuperanda e c) não houve fechamento de estabelecimentos vinculados a Recuperanda.

Com relação às informações apresentadas, nossas análises baseiam-se em dados contábeis, financeiros e operacionais apresentados pelas empresas em recuperação judicial.

A metodologia desenvolvida para a elaboração do Relatório Mensal de Acompanhamento, é a de apresentar um fluxo de informações dinâmico mês a mês. Dentro desse contexto, a premissa é a de apresentar um relatório sucinto e de fácil compreensão, com a divulgação contínua das informações.

Nossos trabalhos são realizados segundo padrões técnicos usualmente aceitos e, quando necessário incluem aplicação de inspeção de livros, registros, documentos e informes contábeis, financeiros, fiscais entre outros. Os exames são feitos na extensão e profundidade julgadas necessárias às circunstâncias a serem analisadas.

Destacamos, que **não faz parte do escopo dos nossos trabalhos** a análise dos controles internos e operacionais adotados pelas empresas em recuperação, além daqueles considerados relevantes para a atividade.

4. CONTEXTO OPERACIONAL E ANDAMENTO DO PROCESSO

O “GRUPO NOVO MUNDO” trata-se de Grupo Empresarial com foco em atividades atuação no mercado de eletrodomésticos. O Grupo tem atuação principalmente na venda em sua modalidade loja física e ainda através de seu portal eletrônico:

- NOVO MUNDO S.A.;
- NOVO MUNDO AMAZÔNIA S.A. e;



- **MARTINS RIBEIRO PARTICIPAÇÕES LTDA.**

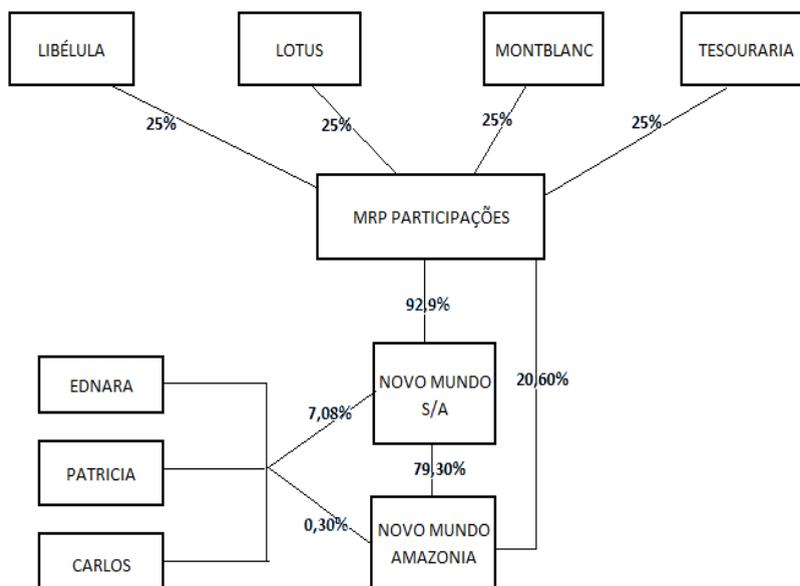
Em relação ao quadro societário/acionistas das Recuperandas, destacamos que a Martins Ribeiro Participações Ltda. (MRP) é controlada pelas empresas Libélula, Lotus e Montblanc, que, segundo consta na inicial, são holdings de titularidade de cada um dos sócios pessoas naturais, Ednara Braga, Carlos Luciano Ribeiro e Patricia Sepulveda.

A Novo Mundo S/A. (NM) é controlada pela MRP, detentora de 92,9% das ações, estando as demais alocadas em percentuais iguais à Ednara, Carlos Luciano e Patricia.

A Novo Mundo Amazônia S/A. (NMA), por sua vez, é controlada pela NM, que detém 79,3% das ações, ao passo que a MRP detém 20,6%, e as pessoas naturais, 0,1% cada.

A fim de facilitar a visualização, segue abaixo, demonstrativo de participação de cada um das Recuperandas, conforme extraído dos documentos anexados.

Demonstrativo de Participação dos Requerentes												
MARTINS RIBEIRO PARTICIPAÇÕES MRP				NOVO MUNDO S/A NM				NOVO MUNDO AMAZÔNIA S/A NMA				
LIBÉLULA	LOTUS	MONTBLANC	TESOURARIA	MRP	EDNARA	PATRICIA	CARLOS	MRP	EDNARA	PATRICIA	CARLOS	NM
25%	25%	25%	25%	92,9%	2,36%	2,36%	2,36%	20,6%	0,1%	0,1%	0,1%	79,3%





As informações relativas ao contexto operacional das recuperandas que compõem o “GRUPO NOVO MUNDO” foram apresentadas no Relatório de Visita Inicial, emitido pelo Administrador Judicial em 12 de agosto de 2024, contido no movimento 29.

Com relação ao andamento do processo de recuperação judicial, apresentamos as principais movimentações ocorridas no processo no período analisado:

- 01.07.2025 – Agravo de Instrumento interposto pelo Banco do Nordeste (movimento 671);
- 02.07.2025 – Considerações feita por credores acerca das considerações apresentadas pelo Fundo Akangatu (movimento 672);
- 07.07.2025 – Manifestação do Ministério Público acerca da documentação apresentada pelo Fundo Columbus (movimento 673);
- 10.07.2025 – Oposição apresentada pelo credor Generali Brasil Seguros acerca da homologação do PRJ via Termos de Adesão (movimento 676);
- 14.07.2025 – Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Safra (movimento 684);
- 15.07.2025 – Embargos de Declaração opostos pelo Grupo Recuperando (movimento 687);
- 14.07.2025 – Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Safra (movimento 684);
- 17.07.2025 - Manifestação do Juízo acerca das manifestações sobre pedidos dos credores e Grupo Recuperando sobre o PRJ, Aditamentos e Homologação por Termos de Adesão (movimento 688);
- 22.07.2025 – Edital de Credores para objeções e oposição à homologação do plano por termos de adesão, (movimento 709);
- 22.07.2025 – Embargos de Declaração opostos pelo Grupo Recuperando (movimento 711);
- 29.07.2025 – Manifestação da Administração Judicial acerca dos eventos relacionados no movimento 688 (movimento 715);
- 29.07.2025 – Manifestação da Administração Judicial acerca da publicação do edital para ciência dos credores (movimento 716);





- 30.07.2025 – Objeção por parte do credor Demobile acerca da homologação do PRJ (movimento 717);
- 31.07.2025 – Manifestação do Grupo Recuperando sobre os eventos 572 e 622 (movimento 723).

5. DAS ANÁLISES REALIZADAS

5.1. ANÁLISE CONTÁBIL

Apresentamos a seguir, balanço consolidado elaborado e disponibilizado pelo “GRUPO NOVO MUNDO” referente ao mês de julho de 2025.

Destaca-se que os balanços das Recuperandas estão sendo apresentados de forma consolidada, para facilitar a visualização dos dados, ou seja, consolidando os saldos das rubricas de cada uma das empresas Recuperandas.

Destacamos que os valores apresentados estão em milhares de reais (R\$ 1.000).

5.1.1. ATIVO

(R\$ mil)

BALANÇO PATRIMONIAL - GRUPO NOVO MUNDO (EM MILHARES DE REAIS)	Consolidado 31/01/2025	Consolidado 28/02/2025	Consolidado 31/03/2025	Consolidado 30/04/2025	Consolidado 31/05/2025	Consolidado 30/06/2025	Consolidado 31/07/2025
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	23.354	21.095	17.527	14.640	16.995	19.879	21.455
Contas a receber de clientes	355.380	341.778	336.634	333.504	341.801	336.929	223.354
Estoques	29.916	31.194	29.036	29.390	24.303	23.750	29.412
Tributos a recuperar CP	9.871	9.310	8.858	9.468	9.197	9.438	7.054
Créditos diversos	85.453	89.557	52.492	71.379	47.571	29.118	27.025
Total do ativo circulante	503.974	492.934	444.547	458.381	439.867	419.114	308.300
Não circulante							
Depósitos judiciais	19.089	18.979	18.979	18.979	18.979	18.979	21.481
Mútuos com partes relacionadas	146.589	145.791	148.431	151.331	151.784	148.269	166.283
Tributos a recuperar LP	205.308	205.396	197.137	196.758	271.437	270.890	254.591
Ativos mantidos para venda	66.662	66.662	66.662	66.662	66.662	66.662	98.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.662	98.344	98.296	98.822	33.903	34.237	43.303
Outros investimentos	175.522	177.281	176.855	177.679	179.587	168.858	166.805
Propriedade para investimento	32.023	32.023	32.023	32.023	32.023	32.023	32.023
Imobilizado	96.959	95.965	94.969	93.810	92.800	91.697	59.857
Intangível	39.039	38.874	38.710	38.546	38.382	38.218	31.855
Direito de uso - Arredamentos	172.131	169.577	130.285	127.657	124.965	122.331	63.577
Total do ativo não circulante	1.050.984	1.048.892	1.002.347	1.002.267	1.010.522	992.164	938.169
Total de ativo	1.554.958	1.541.826	1.446.894	1.460.648	1.450.389	1.411.278	1.246.469





Apresentamos, a seguir, alguns comentários por nós observados, quanto aos dados dos balanços consolidados com saldo final do mês de **julho de 2025**:

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Durante nossos exames, verificamos o saldo contábil do Grupo das contas Caixa e Equivalentes de Caixa do mês de **julho de 2025**. O “GRUPO NOVO MUNDO” apresentou os extratos bancários das contas das recuperandas, bem como as suas planilhas de conciliação. Demonstramos abaixo, o saldo analítico das contas classificadas no referido grupo:

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
CAIXA	-	5.291	1.241	6.532	3.616
NUMERÁRIOS EM TRANSITO	-	1	0	1	4
BOCA DE LOBO	-	80	50	130	223
BRDESCO S.A	-	0	0	0	83
BANCO DO BRASIL	-	6	8	14	21
FIBRA S.A	-	20	0	20	20
SICCOB-SIST COOP CRED BRASIL	-	1	2	3	19
ITAU S.A	-	53	0	53	6
SANTANDER S.A	-	488	458	946	807
CAIXA ECONOMICA	-	6	2	7	10
BANCO DAYCOVAL S.A	-	0	3	3	621
BANCO SEMEAR	-	5	-	5	710
BANCO ABC BRASIL S.A	-	14	0	14	13
BANCO SOFISA S.A	-	120	-	120	57
C6 BANK	-	4.101	3	4.104	4.105
BANCO PINE S.A	-	1	-	1	1
BANCO BMG S.A	-	3	-	3	3
OMNI BANCO S.A	-	271	0	271	286
BANCO BS2 S.A	-	0	-	0	89
BRDESCO S/A	-	83	5	89	734
BANCO DO BRASIL	-	36	1	37	1
SAFRA S/A	-	27	-	27	27
SANTANDER S/A	-	0	2	2	6
BANCO SEMEAR	-	1.450	4.020	5.470	6.021
BANCO ITAU	-	7	9	16	11
BANCO DAYCOVAL S.A	-	3.849	-	3.849	3.849
BRASIL S/A-C/C 6216-2	66	-	-	66	66
SANTANDER - C/A 130202029 - MRP	0	-	-	0	14
ITAU C/A 35300-1-MRP	18	-	-	18	1
ITAÚ TRUE SECU-89408-5-C/A AUTO MAIS-MRP	1	-	-	1	1
TOTAL	84	15.565	5.805	21.455	19.878

Sugerimos que as recuperandas reclassifiquem os saldos das contas bancárias com saldo negativo para o grupo de contas do passivo circulante.





b) Créditos a receber

Apresentamos abaixo, os saldos do mês de **julho de 2025** referente a contas a receber por empresa. Destacamos que foram apresentadas a relação financeira das posições em aberto para verificação.

CONTAS A RECEBER	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
PRESTAMISTAS	-	109.806	66.847	176.653	184.575
(-) AVP SOBRE CONTAS A RECEBER	-	1.332	941	2.272	2.442
(-) PDD	-	12.607	9.497	22.104	3.195
REDECARD	-	131	27	158	208
KOIN	-	109	-	109	109
(-) TAXA ADMINISTRADORA	-	3	0	3	3
REDECARD	-	1.531	5.179	6.710	7.279
CIELO	-	50	-	50	83
PAGAR.ME	-	1.984	-	1.984	1.984
CREDISHOP	-	12	122	134	46
(-) CANCELAMENTOS CARTÕES	-	1.127	94	1.221	1.040
(-) TAXA DE ADMINISTRACAO	-	29	160	189	127
NUBANK	-	1	-	1	31
(-) AVP S/ CONTAS A RECEBER DE CARTOES	-	42	183	226	226
INTERMEDIACAO VENDAS E SERV. FINANCEIROS	-	6.761	1.845	8.606	8.970
NOVO MUNDO RESOLVE	-	26	7	33	26
PROVISÃO INTERMEDIÇÃO DE VENDAS	-	12.809	4.271	17.080	106.896
BANCO SEMEAR S.A	-	128	62	190	195
CREDIPAR - NEGRESKO S.A	-	-	-	-	3
OMNI S.A	-	17.373	7.536	24.910	20.869
VERBA PUBLICIDADE A RECEBER	-	11.560	499	12.059	11.636
ENEL BRASIL S/A	-	-	107	107	528
BEL MOVEIS LTDA.	45	-	-	45	45
CLIENTES	671	-	-	671	667
NOVO MUNDO CONSTR.E INCORP.LTDA	8	-	-	8	8
PARK EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S.A.	6	-	-	6	6
(-) PROVISÃO P/ DEV. DUVIDOSOS	-	298	-	298	298
EBAZAR.COM.BR LTDA (MERCADO LIVRE)	-	10	-	10	-
BRASILCARD	-	137	7	143	104
TOTAL	431	147.290	75.633	223.354	336.929

Em relação ao mês de **julho de 2025**, a referida conta necessita de atenção, uma vez que o saldo financeiro apresentado está divergente do saldo constante na contabilidade. Sugerimos conciliação.

Conta	Saldo Contábil	Saldo Financeiro	Diferença
PRESTAMISTAS	176.653	152.308	24.345






Em relação a rubrica de PROVISÃO INTERMEDIÇÃO DE VENDAS, refere-se a comissões referente aos contratos firmados com seus parceiros (BANCO SEMEAR, VIA CERTA, BMG, GENERALI, OMNI BANCO, etc).

Essas comissões referem-se a vendas dos serviços oferecidos como, garantia, cursos online, empréstimos, seguros, etc. Os valores são lançados no corrente mês como provisões a receber, no mês subsequente, a NOVO MUNDO estorna 100% a provisão constituída e emite uma nota fiscal de serviço junto a prefeitura para cada parceiro. Foi encaminhada, juntamente com a explicação, a política de provisões utilizada pelo Grupo.

NM S/A	Saldo
AGORACRED SA SCFI	1.071,95
BANCO BMG SA	700.198,75
BANCO LOSANGO S.A BANCO MULTIPLO	-132.756,31
BANCO SEMEAR SA	4.354.376,65
ELLEVE INTERMEDIACOES E SOLUCOES FINANCE	21.286,36
NEGRESKO S A CREDITO FINACEIRO E INVESTI	25.211,07
OMNI BANCO SA	7.444.054,64
VIA CERTA FINANCIADORA SA CREDITO FINANC	395.571,91
TOTAL GERAL	12.809.015,02

NMA S/A	Saldo
BANCO BMG SA	598.257,21
BANCO LOSANGO S.A BANCO MULTIPLO	233.268,76
BANCO SEMEAR SA	1.640.391,02
ELLEVE INTERMEDIACOES E SOLUCOES FINANCE	-586,33
FORNECEDOR DIVERSO	5.554,23
NEGRESKO S A CREDITO FINACEIRO E INVESTI	256.392,08
OMNI BANCO SA	1.984.742,40
VIA CERTA FINANCIADORA SA CREDITO FINANC	-446.580,99
TOTAL GERAL	4.271.438,38

c) Estoques

Durante nossos exames, verificamos a existência de saldos contábeis na conta de estoque das referidas empresas, conforme demonstrado abaixo:





ESTOQUES	31/07/2025			30/06/2025
	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
MERCADORIAS PARA REVENDA	21.192	7.241	28.433	23.912
TRANSITO - DEVOLUCAO NOVO MUNDO MOVEIS	-	61	61	50
TRANSITO - MERCADORIAS	1.153	415	1.568	1.141
ESTOQUE EM TRANSITO N.N.AMAZONIA	1.164	-	1.164	727
(-) PROVISAO GIRO LENTO	- 688	-	- 688	- 51
(-) PROVISAO PERDAS ESTOQUE	- 36	- 285	- 321	- 659
AVP ESTOQUES	- 628	- 539	- 1.166	- 1.119
MATERIAIS DE CONSUMO	570	150	720	720
TRANSITO - MATERIAIS DE CONSUMO	7	3	10	16
TRANSITO - MAT. DE CONSUMO INTERCOMPANY	18	-	18	21
TRANSITO - MERCADORIAS DE TERCEIROS	- 386	-	- 386	- 1.008
TOTAL	22.365	7.047	29.412	23.750
LIVRO INVENTÁRIO	22.900	7.809	30.709	25.711
DIFERENÇA	- 535	- 762	- 1.297	- 1.961

POSIÇÃO DE INVENTÁRIOS POR EMPRESA – LIVRO DE REGISTRO

Posição Novo Mundo Móveis (NM)

RESUMO POR TIPO DE INVENTÁRIO	
Em Estoque	21.062.915,53
Em Estoque (Almoxarifado)	569.558,22
Em Poder de Terceiros (Assist.Técnica)	54.635,47
Em Poder de Terceiros (Remessa p/ Conserto)	39.656,97
Em Poder de Terceiros (Remessa p/ Demonstração)	13.429,09
Em Poder de Terceiros (Transito Almoxarifado)	7.168,98
Em Poder de Terceiros (Transito demais Mercadorias)	1.153.018,06
	22.900.382,32

Posição Novo Mundo Amazônia (NMA)

RESUMO POR TIPO DE INVENTÁRIO	
Em Estoque	7.205.970,96
Em Estoque (Almoxarifado)	150.266,89
Em Poder de Terceiros (Assist.Técnica)	6.187,98
Em Poder de Terceiros (Remessa p/ Conserto)	27.677,17
Em Poder de Terceiros (Remessa p/ Demonstração)	1.289,21
Em Poder de Terceiros (Transito Almoxarifado)	3.264,34
Em Poder de Terceiros (Transito demais Mercadorias)	414.794,52
	7.809.451,07

Conforme demonstrado nos quadros acima, confrontamos os saldos contábeis com o Livro de Registro de Inventário, onde apuramos divergência líquida de R\$ (1.297) milhões. Sugerimos conciliação e ajustes dos referidos valores.



d) Outros Créditos

Destacamos que os principais saldos constantes no referido grupo, em **julho de 2025**, se referem principalmente as movimentações feitas a títulos de adiantamentos a fornecedores, adiantamentos compulsórios e seguros.

Desta forma, apresentamos os saldos apresentados nos balancetes analisados.

CREDITOS DIVERSOS	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	-	5.078	3.020	8.098	9.635
ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	-	828	43	785	795
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	-	94	16	78	540
ADIANTAMENTO DE COMPULSORIO	-	2.136	323	2.459	2.426
ADIANTAMENTO PARA VIAGENS	-	460	193	653	650
ALUGUEIS A RECEBER	-	546	43	588	323
NEGRESCO S.A - EP. SAQUE EM LOJA	-	-	2	2	-
VENDA IMOBILIZADO A RECEBER	-	892	-	892	892
SEMEAR - PARCELAS QUITADAS	-	48	79	127	152
SUB ROGAÇÃO SEMEAR	-	2.468	2.628	5.096	4.826
GENERALI BRASIL - TROCA DE PRODUTOS	-	864	720	1.584	1.584
VENDA SUCATA A RECEBER	-	5	-	5	-
OMNI - PARCELAS QUITADAS	-	137	45	182	168
SERVIÇOS COMPARTILHADOS	-	1.515	-	1.515	1.515
SEGUROS	-	2.317	-	2.317	2.618
IPTU	-	664	103	767	914
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	-	2.186	-	2.186	2.459
ADIANTAMENTOS FORNECEDOR	1.516	-	-	1.516	1.516
TOTAL	1.516	18.485	7.024	27.025	29.118

Verificamos que existem saldos de adiantamentos a fornecedores e adiantamentos para viagens feitos há mais de 90 dias, e, desta forma, sugerimos que sejam providenciadas as notas fiscais para as devidas baixas ou a conciliação para fins de correção dos saldos em aberto.

e) Mútuos com partes relacionadas - Longo Prazo

Segue abaixo, a relação analítica dos saldos em **julho de 2025** das contas de partes relacionadas classificadas no ativo não circulante do Grupo.

Segundo as informações obtidas dos relatórios dos Auditores Independentes, os saldos dos contratos de mútuos foram classificados no não circulante por terem seu vencimento



previsto para 31 de dezembro de 2028 e não possuem a incidência de encargos financeiros.

(R\$ mil)

MÚTUOS PARTES RELACIONADAS	31/07/2025			30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL
MONTREAL MONTADORA DE MOVEIS E ELETRO	-	1.101	-	1.101
MONTREAL MONT.M.E ELETRO-DOM.	17.775	-	-	17.775
MARTINS RIBEIRO SOLUÇÕES	916	-	-	916
NOVA EPOCA MOVEIS E DEC.LTDA	4.922	-	-	4.922
MARTINS RIBEIRO ADM.DE SHOP.CENTERS LTDA	9.966	-	-	9.966
MMP-MUNDO DA MODA PARTIC.LTDA	83.786	-	-	83.786
DIGIMODA MEIOS DE PAGAMENTO LTDA	10.332	-	-	10.332
SPE INCORPORACAO VILA ROSA LTDA	18.154	-	-	18.154
(-) AJUSTE A VALOR PRESENTE	18.714	-	-	18.714
QPL SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO LTDA-QG	502	-	-	502
SPE NOBRE PARK LTDA	115	-	-	115
TOTAL	165.182	1.101		166.283

O Grupo reconheceu no exercício de 2024, um ajuste a valor presente desses contratos. Os ajustes se encontram no relatório dos Auditores anexos ao presente RMA.

f) Tributos a Recuperar – Longo Prazo

Demonstramos a seguir, os saldos apresentados pelo Grupo recuperando das contas de tributos a Recuperar – LP:

(R\$ mil)

TRIBUTOS A RECUPERAR - LP	31/07/2025			30/06/2025
	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
ICMS ST RECUPERAR - AM.	-	14.562	14.562	14.562
ICMS ST A RECUPERAR - MT	-	5.950	5.950	5.950
PIS/COFINS - EXCLUSÃO ICMS ST DA B.C	44.951	-	44.951	45.431
ICMS SOBRE ATIVO IMOBILIZADO	-	-	-	3.074
PIS/COFINS - ICMS DIFAL EXCLUSÃO DA B.C	5.163	419	5.581	5.579
CRÉDITOS DE PIS/COFINS S/ INSUMOS	108.229	7.614	115.843	115.776
ICMS CREDITO OUTORGADO	-	-	-	12.979
PIS/COFINS - EXCLUSÃO GROSS UP DE ICMS	25.584	7.251	32.835	32.835
COFINS	164	-	164	-
PIS/COFINS - LEI DO BEM 11.196/05	34.705	-	34.705	34.705
TOTAL	218.796	35.795	254.591	270.890

Extraímos das Notas Explicativas do Grupo, que os referidos saldos apresentados se referem a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de





aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais e do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS.

Os referidos créditos serão realizados através de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza com o Estado de origem do crédito.

A compensação do crédito federais (ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS) ocorre na medida que as habilitações administrativas perante a Receita Federal são efetuadas.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Demonstramos a seguir, os saldos apresentados pelo Grupo Recuperando das contas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:

IMPOSTOS DIFERIDOS	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
IRPJ/CSLL - SELIC REPETIÇÃO DE INDÉBITO	-	26.835	4.608	31.443	31.187
IRPJ/CSLL - EXCLUSÃO DE SUBVENÇÃO DA B.C	-	866	-	866	866
IRPJ/CSLL DIFERIDOS	9.731	862	401	10.994	2.184
TOTAL	9.731	28.562	5.009	43.303	34.237

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo revisou suas estimativas de lucros contábeis tributáveis futuros e optaram por não reconhecer seu ativo fiscal diferido, referente aos prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social. Os Valore de IR e CSLL diferidos poderão ser reconhecidos quando o Grupo apresentar lucro tributável. Foram feitos ajustes no exercício de 2024 pelo Grupo, principalmente em virtude do pedido de Recuperação Judicial.

Os ajustes se encontram no relatório dos Auditores anexos ao presente RMA. Os ajustes referente a MRP ainda depende da finalização do relatório dos Auditores que ainda não foi finalizado.

h) Outros Investimentos

Demonstramos a seguir, os saldos apresentados pelo Grupo Recuperando das contas de Investimento:





(R\$ mil)

INVESTIMENTOS	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
SICOOB - SIST COOP CRED BRASIL	-	146	3	149	149
BANCO SAFRA S.A	-	35	-	35	34
BANCO ITAU	-	34.787	-	34.787	33.093
GOIANIA AGRO IND E COM LTDA	18.728	-	-	18.728	18.728
SPE INCORPORACAO BUENO OFFICE	37	-	-	37	34
AGROPECUARIA BARRA BONITA LTDA	11.230	-	-	11.230	11.290
ESPACO EMPRESARIAL ANHANGUERA	155	-	-	155	155
MONTREAL MONT.MOV.ELETRODOM.	42.972	-	-	42.972	44.662
PLANALTO CENTRAL-G10	1.601	-	-	1.601	1.601
NOVO MUNDO CONSTR.E INC.LTDA	10.481	-	-	10.481	11.519
BC EMPREENDIMENTOS SA	266	-	-	266	259
SPE MEGA MODA SHOPPING LTDA	16.214	-	-	16.214	17.198
TITULO DE CAPITALIZACAO - SANTANDER S.A	-	-	-	-	260
MARTINS RIBEIRO GESTORA DE NEGOCIOS LTDA	401	-	-	401	470
MRS-MARTINS RIBEIRO S.LTDA	-	-	-	-	-
MEGA MODA HOTEL LTDA	17.281	-	-	17.281	17.140
AEROFAZ ADM.E SERV.LTDA-GO	1.317	-	-	1.317	1.317
MARTINS RIBEIRO ADM.DE SHOP.CENTERS LTDA	7.977	-	-	7.977	7.776
POOLL BOSSA NOVA INVESTIMENTOS LTDA	88	-	-	88	88
SPE MEGA MODA SHOPPING	3.086	-	-	3.086	3.086
TOTAL	131.833	34.968	3	166.805	168.858

i) Imobilizado

Apresenta-se, a seguir, detalhamento do saldo do Ativo Imobilizado:

(R\$ mil)

IMOBILIZADO	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
TERRENOS	-	795	6.602	7.397	7.397
CONSTRUCOES	-	651	-	651	651
EQUIPAMENTOS DE COMPUTACAO	-	22.312	3.848	26.160	26.155
INSTALACOES	-	21.430	6.507	27.936	27.883
MOVEIS E UTENSILIOS	-	13.081	5.951	19.032	18.910
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	3.285	744	4.029	4.029
EDIF EM IMOVEIS DE TERCEIROS	-	76.844	44.214	121.058	162.290
VEICULOS	-	7.567	770	8.338	8.338
TRANSITO - ATIVO FIXO	-	7.400	142	7.542	7.408
ATIVO FIXO DIVERSOS	-	7.400	142	7.542	7.408
TRANSITO- MOVEIS UTENS. E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	93
TRANSITO - IMOBILIZADO INTERCOMPANY	-	50	134	183	223
(-) CONSTRUÇÕES	-	418	-	418	415
(-) EQUIPAMENTOS DE COMPUTAÇÃO	-	19.300	2.947	22.248	22.111
(-) INSTALAÇÕES	-	20.562	5.066	25.628	24.923
(-) MOVEIS E UTENSILIOS	-	9.236	4.173	13.409	12.579
(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	2.257	634	2.891	2.876
(-) EDIF EM IMOVEIS DE TERCEIROS	-	52.673	31.334	84.006	94.968
(-) VEICULOS	-	6.266	636	6.902	6.894
MATERIAL CONSTRUÇÃO	-	80	-	80	-
INSTALAÇÕES	57	-	-	57	57
DEP. INSTALAÇÕES	-	57	-	57	57
MÁQUINAS E EQUIP.ADMINISTR.	169	-	-	169	169
DEP. MÁQUINAS E EQUIP. ADMINISTRATIVOS	-	117	-	117	116
MOVEIS E UTENSILIOS ADM.	77	-	-	77	77
DEP.MÓVEIS UTENSILIOS ADM.	-	63	-	63	63
COMPUTADORES E PERIFERICOS	10	-	-	10	10
DEPREC.COMPUTADORES E PERIFERICOS	-	10	-	10	10
BENFEITORIAS TERCEIROS-INSTALAÇÕES	454	-	-	454	454
(-) AMORT. ACUM - BENF EM BENS DE TERC	-	25	-	25	25
TOTAL	494	35.384	23.979	59.857	91.697




Verificamos que o saldo líquido da conta de Imobilizado diminuiu significativamente. Destaca-se ainda que a principal oscilação ocorreu na rubrica de Edificações em Imóveis de Terceiros.

Informamos que o detalhamento de todas as contas do Ativo, podem ser verificadas nas Demonstrações Financeiras apresentadas junto ao pedido inicial, devidamente examinadas por Auditores Independentes.

Cumpra esclarecer que, os saldos das transferências/baixas das contas que envolveram ativos destinados a venda, foram classificados no longo prazo das demonstrações financeiras do Grupo. Destacamos que, por se tratar de bens do ativo do Grupo, conforme previsão expressa constante na Lei 11.101/2005, os bens integrantes do Ativo da empresa, apenas poderão ser alienados apenas com a devida autorização judicial.

5.1.2. PASSIVO

(R\$ mil)

BALANÇO PATRIMONIAL - GRUPO NOVO MUNDO (EM MILHARES DE REAIS)	Consolidado 31/01/2025	Consolidado 28/02/2025	Consolidado 31/03/2025	Consolidado 30/04/2025	Consolidado 31/05/2025	Consolidado 30/06/2025	Consolidado 31/07/2025
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Circulante							
Fornecedores	260.738	277.399	287.477	304.490	299.938	290.442	302.673
Empréstimos e financiamentos CP	359.201	353.268	354.459	356.689	359.771	362.066	463.774
Instrumentos financeiros derivativos CP	4.482	4.003	4.254	4.254	4.256	4.256	4.254
Obrigações sociais e trabalhistas	52.268	53.627	54.437	55.521	56.791	57.843	59.363
Obrigações tributárias	116.799	119.618	123.569	126.684	142.200	145.536	173.033
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.873	4.876	4.879	4.882	4.887	4.891	4.894
Mútuos com partes relacionadas	9.920	10.758	8.823	8.444	8.492	8.464	19.641
Provisões para férias e 13º Salário	6.375	6.468	7.040	7.202	7.231	7.444	7.086
Outras obrigações CP	206.538	209.877	186.049	196.124	200.550	202.484	209.312
Passivos de Arrendamentos CP	11.851	9.298	23.419	20.791	18.098	15.464	21.785
Total do passivo circulante	1.033.045	1.049.192	1.054.406	1.085.081	1.102.214	1.098.890	1.265.815
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos LP	245.679	244.944	244.960	244.166	251.335	250.064	155.328
Partes relacionadas LP	9.732	9.732	9.732	9.732	9.732	9.732	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	4.916	4.916	4.916	4.916	24.993	24.993	56.078
Outras obrigações com controladas	45.540	45.540	38.429	29.953	54.260	66.883	67.282
Outras Obrigações LP	35.284	35.281	35.281	35.282	35.282	35.281	35.281
Imposto de renda e contribuição social diferidos a pagar	-	-	-	-	-	78	8.830
Passivo de Arrendamentos LP	174.747	174.747	124.682	124.682	124.682	124.682	57.544
Total do passivo não circulante	515.898	515.160	458.000	448.731	500.284	511.713	380.343
Patrimônio Líquido							
Capital social	103.989	103.989	103.989	103.989	103.989	103.989	103.989
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.959)	(142)	(918)	358	530	1.112	1.458
Quotas em tesouraria	(7.258)	(7.258)	(7.258)	(7.258)	(7.258)	(7.258)	(7.258)
Reserva legal	(83.765)	(112.922)	(153.050)	(161.147)	(237.968)	(284.949)	(477.369)
Patrimônio líquido atribuível a não controladores	(4.992)	(6.193)	(8.275)	(9.106)	(11.402)	(12.219)	(20.509)
Total do patrimônio líquido	6.015	(22.526)	(65.512)	(73.164)	(152.109)	(199.325)	(399.689)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.554.958	1.541.826	1.446.894	1.460.648	1.450.389	1.411.278	1.246.469

a) Fornecedores e Empréstimos

Os principais valores constantes nas contas do passivo circulante e não circulante se referem a créditos inseridos no pedido de recuperação judicial. Apresentamos abaixo, os

17

Rua João de Abreu, esq. c/ Rua 9, nº 192, Ed. Aton Business Style, Sala 94-A, Setor Oeste - CEP 74.120-110 - Goiânia/GO



(62) 3224-6116



masters@mastersauditores.com.br



saldos em **julho de 2025** referente a contas a pagar e empréstimos por empresa. Destacamos que foram apresentadas a relação financeira das posições em aberto para verificação, e as divergências apuradas foram consideradas imateriais.

(R\$ mil)

FORNECEDORES	31/07/2025				31/05/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
DEVOLUCAO FORNECEDOR	-	- 1.810	- 461	- 2.271	- 2.107
(-) PROVISAO PARA PERDAS DEV. A FORNECED	-	- 1.238	- 503	- 1.741	- 1.798
FORNECEDORES	250	235.231	51.020	286.501	277.904
OUTRAS PROVISOES	-	- 290	- 11	- 301	- 393
FORNECEDOR DE PRODUTO CONSIGNADO	-	- 114	-	- 114	- 135
(-) AVP - FORNECEDOR	-	- 3.914	- 12	- 3.926	- 5.163
BANCO VOITER	-	- 8.160	-	- 8.160	- 6.901
BANCO DAYCOVAL	-	- 18.640	-	- 18.640	- 16.948
(-) CUSTO DE TRANSAÇÃO	-	- 6.695	-	- 6.695	- 6.695
SERVICOS	247	-	-	247	241
FORNECEDOR DE IMOBILIZADO	80	-	-	80	80
SEGUROS	3	-	-	3	2
OUTROS FORNECEDORES	6	-	-	6	6
TOTAL	586	251.027	51.060	302.673	290.442

(R\$ mil)

EMPRÉSTIMOS - CURTO PRAZO	31/07/2025				31/05/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
BANCO ITAU - CAPITAL DE GIRO	-	- 1.923	-	- 1.923	- 1.923
BANCO DO BRASIL - CAPITAL DE GIRO	-	- 21.273	-	- 21.273	- 21.273
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A	-	-	- 4.011	- 4.011	- 4.011
BANCO INDUSVAL	-	- 521	-	- 521	- 521
BANCO SANTANDER - CAPITAL DE GIRO	-	- 6.123	-	- 6.123	- 6.123
BRASESCO - CAPITAL DE GIRO	-	- 59.651	-	- 59.651	- 56.274
DAYCOVAL - CAPITAL GIRO	-	- 19.696	-	- 19.696	- 19.822
BANCO ABC BRASIL S/A.	-	- 79	-	- 79	- 79
BANCO SAFRA	-	- 2.345	-	- 2.345	- 2.345
BANCO VOTORANTIM	-	- 17.410	-	- 17.410	- 17.410
BANCO SOFISA S/A	-	- 650	-	- 650	- 752
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAP. DE GIRO	-	- 3.227	-	- 3.227	- 3.227
BANCO SANTANDER - OPERAÇÃO CRI	-	- 158.179	-	- 158.179	- 47.034
BANCO BS2	-	- 6.972	-	- 6.972	- 6.972
BANCO OMNI	-	- 344	-	- 344	- 627
BANCO PINE	-	- 10.717	-	- 10.717	- 10.717
BANCO QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO	-	- 8.019	-	- 8.019	- 5.073
(-) JUROS A INCORRER- BANCO OMNI	-	- 38	-	- 38	- 38
(-) JUROS A INCORRER- BANCO PINE	-	- 2.161	-	- 2.161	- 3.268
(-) JUROS A INCORRER - BANCO BS2	-	- 219	-	- 219	- 344
(-) JUROS A INCORRER - OPERAÇÃO CRI	-	- 33.007	-	- 33.007	- 14.882
(-) JUROS A INCORRER - C.E.F	-	- 51	-	- 51	- 51
(-) JUROS A INCORRER - BANCO SOFISA S/A	-	- 55	-	- 55	- 91
(-) JUROS A INCORRER - BANCO VOTORANTIM	-	- 2.443	-	- 2.443	- 2.443
(-) JUROS A INCORRER - DAYCOVAL	-	- 6.198	-	- 6.198	- 4.701
(-) JUROS INCORRER - BRADESCO KGIRO	-	- 1.274	-	- 1.274	- 1.274
(-) JUROS A INCORRER - SANTANDER KGIRO	-	- 173	-	- 173	- 173
(-) JUROS A INCORRER- BANCO DO NORDESTE	-	-	- 541	- 541	- 541
(-) JUROS A INCORRER - BANCO SAFRA	-	- 18	-	- 18	- 18
(-) JUROS A INCORRER - BANCO ITAU	-	- 7	-	- 7	- 7
(-) JUROS A INCORRER - BB K GIRO	-	- 1.300	-	- 1.300	- 2.166
(-) CUSTO DE TRANSAÇÃO	- 679	- 9.314	-	- 9.993	- 12.150
BANCO SEMEAR CDCI	-	- 10.082	- 3.780	- 13.862	- 15.531
BANCO SANTANDER CDCI	-	- 16.944	-	- 16.944	- 16.944
BANCO BRADESCO CDCI	-	- 55.886	- 7.110	- 62.996	- 62.996
OMNI BANCO S.A - CDCE	-	- 23.771	- 10.048	- 33.819	- 32.069
(-) JUROS A INCORRER - BRADESCO CDCI	-	- 10.445	- 2.117	- 12.562	- 12.562
(-) JUROS A INCORRER - SANTANDER CDCI	-	- 3.747	-	- 3.747	- 3.747
EMPRÉSTIMOS CP	95.209	-	-	95.209	95.209
(-) JUROS S/ EMPRESTIMOS CP	- 6.409	-	-	- 6.409	- 6.409
TOTAL	88.121	353.362	22.291	463.774	362.066

Destacamos ainda que, até o momento não houve segregação dos créditos objeto do processo de Recuperação Judicial (Sujeitos e Não Sujeitos). Entendemos que essa







segregação contábil é importante para melhor acompanhamento da evolução dos créditos da Recuperação por parte dos credores e o Juízo da Recuperação Judicial.

Assim sendo, recomendamos que, quando do PRJ aprovado e Homologado, os recuperandos segreguem no Passivo Circulante e não Circulante, um grupo de contas específico para abarcar os saldos de cada credor da Recuperação Judicial, inclusive separando por classe de credores, nos moldes do Quadro Geral de Credores.

b) Obrigações Tributárias

Destacamentos que os valores constantes na referida conta de obrigações tributárias no mês de **julho de 2025**, refere-se basicamente contabilização da provisão de impostos municipais, estaduais e federais de curto prazo bem como os parcelamentos efetuados pelo Grupo com o pagamento também de curto prazo, conforme demonstrado abaixo:

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	31/07/2025				30/06/2025		
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL		
COFINS	-	-	3.144	3.144	3.447		
PIS	-	-	537	537	601		
PROVISAO SOBRE IMPOSTOS E TAXAS FEDERAIS	-	1.185	-	1.185	9.474		
ICMS	-	36.548	-	36.548	40.676		
ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	-	303	5.927	6.230	303		
ICMS ST TRANSFERENCIA	-	-	-	-	1		
ANTECIPAÇÃO ICMS PÁRA	-	-	4.055	4.055	3.909		
ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - MANAUS	-	-	721	721	721		
ICMS DA PARTILHA	-	8.159	-	8.159	7.827		
ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA FRETE	-	1.211	-	1.211	1.165		
ISSQN - IMP S/ SERV QUAL NAT	-	448	93	542	470		
IPTU	-	2.371	363	2.734	2.719		
ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO	-	106	14	120	120		
PROVISAO SOBRE IMPOSTOS MUNICIPAIS	-	55	-	55	2.571		
IRRF TERCEIROS	-	408	149	557	590		
ISSQN	-	53	35	89	87		
COFINS-CSSL-PIS	-	96	49	146	155		
INSS - PJ	-	-	41	39	2	16	
COFINS A RECOLHER	282	-	-	282	281		
PIS A RECOLHER	61	-	-	61	61		
PARCELAMENTOS FEDERAIS	1.710	-	-	1.710	1.710		
(-) ATUALIZAÇÕES DE PARCELAMENTOS	-	202	-	-	202	-	202
IPTU A RECOLHER	11	-	-	11	32		
PIS/COFINS/CSLL - RET FONTE - A RECOLHER	1	-	-	1	1		
DEBITOS FEDERAIS	2.405	-	-	2.405	2.405		
(-) ATUALIZAÇÕES DE PARC. FEDERAIS	-	427	-	-	427	-	427



PARCELAMENTO ICMS - DF	-	1.374	-	1.374	1.374
PARCELAMENTO ICMS - TO	-	937	-	937	937
PARCELAMENTO ICMS - BA	-	383	-	383	383
PARCELAMENTO ICMS - GO	-	22.257	-	22.257	22.257
(-) ENCARGOS S/ PARCELAMENTOS ICMS	-	778	-	778	7.012
PARCELAMENTO ISS	-	1.388	1.004	2.392	738
(-) ENCARGOS FINAN S/ PARCELAMENTOS ISS	-	-	-	-	275
IRPJ/CSLL DIFERIDOS	-	20.536	-	20.536	10.864
PARCELAMENTO ICMS - DF	-	2.476	-	2.476	2.476
PARCELAMENTO ICMS - TO	-	1.528	-	1.528	1.528
PARCELAMENTO ICMS - GO	-	17.317	-	17.317	425
PARCELAMENTO ICMS - BA	-	26	-	26	26
PARCELAMENTO ICMS DIFAL - SP	-	1	-	1	1
(-) ENCARG PARC ESTADUAL	-	2.660	-	2.660	4.014
PARCELAMENTO ISS	-	1.525	934	2.459	3.485
(-) ENCARGO FINAN S/ PARC MUNIC	-	-	-	-	601
ANTECIPAÇÃO DE ICMS - MA	-	-	3.959	3.959	4.764
PARCELAMENTO ICMS - MT	-	-	2.939	2.939	3.370
PARCELAMENTO ICMS - AM	-	-	1.780	1.780	1.780
PARCELAMENTO ICMS - MA	-	-	13.578	13.578	8.762
PARCELAMENTO ICMS - PA	-	-	296	296	6.088
PARCELAMENTO ICMS - RR	-	-	1.172	1.172	843
PARCELAMENTO ICMS - MT	-	-	1.514	1.514	2.350
PARCELAMENTO ICMS - AM	-	-	116	116	455
PARCELAMENTO ICMS - PA	-	-	9.175	9.175	4.983
PARCELAMENTO ICMS - RR	-	-	703	703	733
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO - RFB	-	-	1.327	1.327	1.327
(-) ENCARG FINAN PARCELAMENTO RFB	-	-	-	-	404
TOTAL	3.841	116.392	52.800	173.033	145.536

c) Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas do mês de **julho de 2025**, refere-se basicamente ao saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referente a valores relacionados a folha de pagamento, bem como os encargos sociais e rescisões a pagar de curto prazo.



d) Outras Obrigações e Arrendamentos

(R\$ mil)

OUTRAS OBRIGAÇÕES/ARRENDAMENTOS CP	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
PASSIVO DE ARRENDAMENTOS	-	21.237	13.736	34.973	28.878
(-) AVP PASSIVO DE ARRENDAMENTO	-	8.704	4.484	13.188	13.414
AGUA E ESGOTO	-	83	59	142	127
ENERGIA ELETRICA	-	1.129	571	1.700	1.794
TELEFONES E COMUNICAÇÕES	-	486	210	696	617
EZZE SEGUROS S.A	-	636	-	636	636
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	-	64	-	64	112
AXA SEGUROS S.A	-	432	-	432	865
BANCO SEMEAR CESSAO TITULOS	-	1.941	1.148	3.089	2.007
OMNI CESSÃO DE TÍTULOS	-	259	118	376	370
COMPRAS/DEVOL - OMNI	-	1.169	464	1.633	1.344
REPASSE PARCELAS SEMEAR	-	-	1.204	1.204	1.204
SPLOITER INTERMEDIÇÕES LTDA	-	1.585	188	1.773	2.031
COMPRAS /DEVOL- SEMEAR	-	34	11	23	12
SEGURO PRESTAMISTA (GENERALI)	-	2.141	738	2.879	2.879
ACIDENTES PESSOAIS (GENERALI)	-	121	73	194	194
FURTOS E ROUBOS (GENERALI)	-	127	65	192	192
SEGURO QUEBRA (GENERALI)	-	128	27	155	155
GARANTIA ESTENDIDA (GENERALI)	-	2.786	868	3.655	3.655
METAS GENERALI	-	1.134	-	1.134	1.134
VENDAS CDC CREDIPAR	-	3	-	3	-
COMPRAS/DEVOLUÇÃO - CREDIPAR	-	-	-	-	7
NOVOMUNDO RESOLVE	-	1.311	329	1.640	1.298
REPASSE PARCELAS OMNI	-	5.690	2.868	8.558	7.168
SEG. ANTIVIRUS (GENERALI)	-	76	26	102	102
CURSO ONLINE GENERALI	-	1.828	893	2.721	2.721
VENDA COM CARTAO	-	13	-	13	9
VENDA COM CARTÃO CRÉDITO	-	2.659	730	3.389	-
VENDAS A VISTA	-	1.850	416	2.266	2.085
VENDAS CARTÃO REDECARD	-	2	1	3	3
VENDAS CDCI - LONGO PRAZO	-	2	3	5	6
VENDA LOSANGO	-	4	-	4	4
VENDA COM CARTÃO CRÉDITO	-	-	-	-	3.296
VENDA OMNI	-	440	298	737	918
VENDA SEMEAR	-	100	51	150	214
VENDAS NOVOMUNDO.COM - BMG	-	28	-	28	-
CREDITOS EM CONTAS CORRENTE	-	12.997	2.669	15.666	11.864
TRANSITO COMPRA DE CLIENTES	-	16	10	26	25
BANCO BV S.A	-	25	-	25	-
PROGRAMA FIDELIDADE	-	-	115	115	116
GARANTIA ESTENDIDA - ZURICH	-	1.280	423	1.703	1.619
BANCO BRADESCO CORPORATIVO	-	1.106	-	1.106	1.106
ALUGUEIS	-	9.098	6.239	15.338	15.331
MULTAS IMPOSTOS	-	478	35	513	473
DOAÇÕES ENTIDADE DE CLASSE	-	45	2	47	46
MULTAS ADMINISTRATIVAS	-	115	65	180	180
MARTINS RIBEIRO GESTORA DE NEGOCIOS LTDA	-	1.668	-	1.668	1.632
SORTEIO BYD - WOLI	-	143	54	197	191
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	-	1.912	-	1.912	1.912
VENDAS BRASILCARD	-	12	-	12	32
COMPRAS/DEVOLUÇÃO - BRASILCARD	-	16	0	17	15
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	-	2	2	24
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	10.083	-	-	10.083	10.083
BANCO BRASIL-CONSIGNADO	-	46	16	62	44
PROTEÇÃO DE QUEBRA - PITZI	-	152	41	193	165
SEGURO PRESTAMISTA - ZURICH	-	606	275	881	484
ADIANTAMENTO DE DISTR. LUCROS	120.723	-	-	120.723	120.723
TOTAL	130.806	69.992	30.299	231.097	217.948







Analisando os saldos constantes em outras obrigações, destacamos que a recuperanda MRP, por ser detentora de 97,15% de participação societária na investida SPE MEGA MODA SHOPPING, possui saldos que constam na conta Adiantamento de Distribuição de Lucros referente a adiantamentos que a SPE MEGA MODA enviou para a MRP ao longo dos anos, a título de distribuição de Lucro.

Destacamos ainda que o Grupo atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desta forma, os valores a pagar estão classificados no passivo circulante e não circulante.

e) Passivo não circulante

Os valores constantes no grupo de Passivo Não Circulante são basicamente formados por empréstimos a longo prazo e passivo com arrendamentos, conforme demonstrado abaixo:

EMPRÉSTIMOS - LP	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
BANCO DO BRASIL - CAPITAL DE GIRO	-	22.415	-	22.415	22.415
BANCO DO NORDESTE	-	-	5.333	5.333	5.333
SEMEAR CAPITAL DE GIRO	-	14.149	-	14.149	14.157
DAYCOVAL CAPITAL GIRO	-	47.694	-	47.694	47.694
BANCO VOTORANTIM	-	18.575	-	18.575	18.575
BANCO SOFISA S/A	-	482	-	482	482
BANCO SANTANDER - OPERAÇÃO CRI	-	-	-	-	113.167
BANCO BS2 - CAPITAL DE GIRO	-	572	-	572	572
BANCO PINE- CAPITAL DE GIRO	-	16.254	-	16.254	16.254
(-) JUROS A INCORRER- BANCO PINE	-	-	-	-	2.921
(-) JUROS A INCORRER- BANCO BS2	-	7	-	7	7
(-) JUROS A INCORRER - OPERAÇÃO CRI	-	-	-	-	18.251
(-) JUROS A INCORRER - BANCO SOFISA S/A	-	19	-	19	19
(-) JUROS A INCORRER - BANCO VOTORANTIM	-	1.908	-	1.908	1.908
(-) JUROS A INCORRER - DAYCOVAL	-	8.593	-	8.593	8.593
(-) JUROS A INCORRER- BANCO NORDESTE	-	-	143	143	143
(-) JUROS A INCORRER - BB K GIRO	-	2.405	-	2.405	2.405
(-) JUROS A INCORRER- BANCO PINE	-	2.921	-	2.921	-
EMPRÉSTIMO BANCÁRIO LP	48.429	-	-	48.429	48.429
(-) JUROS S/ EMPRESTIMOS LP	9.861	-	-	9.861	9.861
FINANCIAMENTO AERONAVE	7.283	-	-	7.283	7.094
TOTAL	45.851	104.287	5.190	155.328	250.064

ARRENDAMENTOS- LP	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
PASSIVO ARRENDAMENTOS	-	56.458	41.212	97.670	172.418
(-) AVP PASSIVO DE ARRENDAMENTO	-	15.588	24.538	40.126	47.736
TOTAL	-	40.870	16.674	57.544	124.682



Conforme observamos, houve uma redução significativa nas contas referente ao Arrendamento classificados no Longo Prazo. Conforme já citado no referido relatório, os ajustes se encontram no relatório dos Auditores anexos ao presente RMA.

f) Patrimônio líquido

Em nossos exames, observamos que o saldo patrimônio líquido consolidado do “GRUPO NOVO MUNDO” no final de **julho de 2025** é no montante de R\$ (906,310) mi.

Informamos que maior detalhamento de contas do Passivo, podem ser verificadas nas Demonstrações Financeiras apresentadas junto ao pedido inicial, devidamente examinadas e assinadas por Auditores Independentes.

5.1.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(R\$ mil)

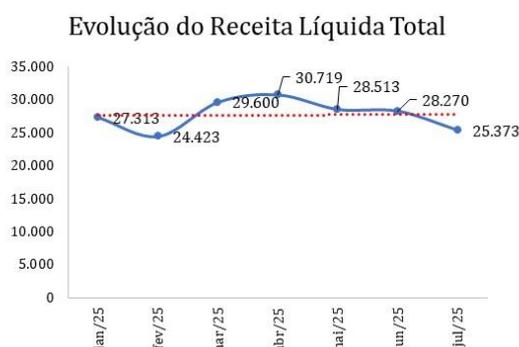
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - GRUPO NOVO MUNDO (EM MILHARES DE REAIS)	Consolidado 31/01/2025	Consolidado 28/02/2025	Consolidado 31/03/2025	Consolidado 30/04/2025	Consolidado 31/05/2025	Consolidado 30/06/2025	Consolidado 31/07/2025
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	27.313	24.423	29.600	30.719	28.513	28.270	25.373
CUSTO MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS	(19.134)	(16.529)	(20.318)	(21.174)	(22.455)	(19.059)	(18.048)
LUCRO BRUTO	8.179	7.894	9.282	9.545	6.058	9.211	7.325
Despesas comerciais	(8.263)	(7.303)	(7.912)	(7.478)	(8.404)	(7.102)	(7.640)
Despesas gerais e administrativas	(12.524)	(11.733)	(10.643)	(10.367)	(11.373)	(10.809)	(7.169)
Outras receitas operacionais	1.905	1.884	1.558	2.035	1.464	1.114	1.721
Outras despesas operacionais	(17.037)	(16.460)	(15.688)	(15.075)	(13.637)	(11.878)	(9.860)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.693)	-	4.197	7.396	(5.483)	2.993	(3.940)
TOTAL RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(37.612)	(33.612)	(28.488)	(23.489)	(37.433)	(25.682)	(26.888)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(29.433)	(25.718)	(19.206)	(13.944)	(31.375)	(16.471)	(19.563)
Despesas financeiras	(2.230)	(2.694)	(3.185)	(3.539)	(3.221)	(4.875)	(14.085)
Receitas financeiras	1.873	1.167	1.368	1.643	1.519	1.757	1.521
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CS	(29.790)	(27.245)	(21.023)	(15.840)	(33.077)	(19.589)	(32.127)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2)	(3)	(3)	(4)	(4)	(5)	(3)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(29.792)	(27.248)	(21.026)	(15.844)	(33.081)	(19.594)	(32.130)
Resultado atribuível a:							
Controladores	(28.465)	(26.358)	(19.918)	(14.905)	(31.805)	(18.685)	(31.469)
Não controladores	(1.327)	(890)	(1.108)	(939)	(1.276)	(909)	(661)

a) Comportamento das receitas

Conforme se observa no gráfico abaixo, o faturamento líquido do GRUPO teve uma queda no neste mês, em se comparando com o mês anterior.



Receita Líquida Total		
Mês/Ano	Valor	Variação
jan/25	27.313	
fev/25	24.423	-10,58%
mar/25	29.600	21,20%
abr/25	30.719	3,78%
mai/25	28.513	-7,18%
jun/25	28.270	-0,85%
jul/25	25.373	-10,25%



Foi possível constatar que a receita líquida do “GRUPO NOVO MUNDO”, no mês de julho de 2025 foi de R\$ 25.373 mil, o que representa uma redução de 10,25% se comparado ao mês de junho de 2025.

b) Comportamento do custo de produtos/serviços vendido

Apresentamos abaixo, a evolução dos custos apresentados pelas recuperandas nos últimos meses.

Custo Total		
Mês/Ano	Valor	Variação
jan/25	19.134	0,00%
fev/25	16.529	-13,61%
mar/25	20.318	22,92%
abr/25	21.174	4,21%
mai/25	22.455	6,05%
jun/25	19.059	-15,12%
jul/25	18.048	-5,30%

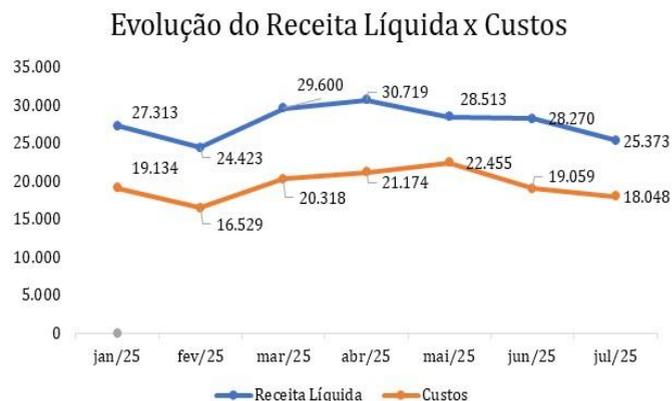


Apresenta-se no gráfico abaixo, a evolução das dos custos de produtos/serviços do “GRUPO NOVO MUNDO” em relação à receita líquida:





Receita Líquida x Custos		
Mês/Ano	Custos	Receita Líquida
jan/25	19.134	27.313
fev/25	16.529	24.423
mar/25	20.318	29.600
abr/25	21.174	30.719
mai/25	22.455	28.513
jun/25	19.059	28.270
jul/25	18.048	25.373



Verificamos que o comportamento dos custos gerais está diretamente ligado as receitas apuradas pelas empresas do Grupo embora houve um aumento no ultimo mês, na proporcionalidade dos custos em relação a receita.

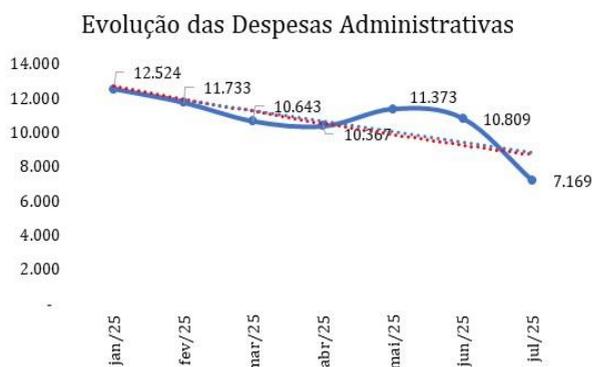
c) Comportamento das despesas

Apresenta-se a seguir, gráficos evolutivos das despesas consolidadas referente aos meses de janeiro a julho de 2025.

c.1) Despesas administrativas

No mês de julho de 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 7.169 mil, o que representa uma redução de 33,68% se comparado ao mês de junho de 2025, conforme quadro abaixo:

Despesas Administrativas		
Mê/Ano	Valor	Varição
jan/25	12.524	
fev/25	11.733	-6,32%
mar/25	10.643	-9,29%
abr/25	10.367	-2,59%
mai/25	11.373	9,70%
jun/25	10.809	-4,96%
jul/25	7.169	-33,68%



Apresentamos abaixo, os principais saldos das despesas Administrativas das empresas do Grupo.



Valor: R\$ 100,00
 PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
 GOIÂNIA - 1ª UPU VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
 Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43



(R\$ mil)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
13º SALARIO	-	38	-	38	39
ALUGUEIS/MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	114	29	143	74
AMORTIZAÇÕES	-	1	-	1	87
AMORTIZAÇÕES - LUVAS	-	-	747	747	77
ASSISTENCIA MEDICA	-	97	39	136	136
COFINS S/ RECEITAS FINANCEIRAS	-	221	92	312	57
CONDOMINIOS	-	213	20	233	229
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	-	8	30	38	4
CONSERVAÇÃO IMOVEIS	-	482	72	555	137
CONSULTA SERVIÇOS BUREAUX	-	24	12	35	44
CONSULTORIA	-	636	20	656	566
CONSULTORIA JURÍDICA	15	-	-	15	-
CURSOS E TREINAMENTOS	-	2	7	9	2
CUSTAS JUDICIAIS	-	46	7	53	10
CUSTO DE TRANSAÇÃO	136	-	-	136	137
DEPRECIACÃO DE ARRENDAMENTOS	-	1.763	1.205	2.968	2.634
DEPRECIACÕES	-	1.391	226	1.164	1.153
DESPESAS DIVERSAS	33	638	164	835	540
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	-	23	8	31	19
ENCARGOS SOCIAIS	-	31	-	31	39
ENERGIA	-	175	108	283	251
FÉRIAS	-	50	-	50	82
FGTS	-	42	-	42	94
HONORARIO DA DIRETORIA	-	115	-	115	115
IMPOSTOS E TAXAS ESTADUAIS	-	9	24	16	26
INDENIZAÇÕES	-	1	-	1	0
INSS - EMPRESA	-	123	-	123	123
IPTU	-	175	26	201	181
JUROS PRODUZIR	-	238	-	238	1.184
LINHAS DE TRANSMISSAO DE DADOS	-	43	25	69	65
LOCAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTAÇÃO	-	292	-	292	296
LOCAÇÃO DE VEICULOS	-	5	-	5	5
MATERIAIS DE CONSUMO	-	0	3	3	25
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	-	27	-	27	52
MENOR APRENDIZ - REMUNERAÇÃO	-	15	-	15	46
NOTIFICAÇÕES SERVIÇOS BUREAUX	-	3	2	6	6
PRODUZIR - FUNPRODUZIR	-	75	-	75	-
PROGRAMA DE ALIMENTACAO	-	55	56	110	461
PROTEGE	-	1	-	1	5
REFEIÇÕES CD'S E ASTECA	-	30	8	38	37
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ	-	581	-	581	335
ENCARGOS SOCIAIS	-	31	-	31	39
(-) RECUPERACAO PIS S/ DESPESAS ADM	-	49	27	76	77
(-) RECUPERACAO COFINS S/ DESPESAS ADM	-	227	123	350	354
SALÁRIO FIXO	-	403	-	403	431
SEGURANÇA E VIGILANCIA	-	16	8	24	118
SEGUROS	-	320	-	320	299
SERVIÇOS COBRANÇA	-	271	9	280	315
SERVIÇOS DE INFORMATICA (TI)	-	198	10	208	107
SERVIÇOS JURIDICOS	-	134	75	210	252
SERVIÇOS LIMPEZA	-	0	1	2	221
TELEFONIA MÓVEL	-	73	35	107	37
VALE TRANSPORTE	-	38	23	61	58
TOTAL	183	5.767	1.218	7.169	10.809






c.2) Despesas Comerciais

No mês de julho de 2025, as despesas comerciais foram de R\$ 7.640 mil, o que representa um aumento de 7,58% se comparado ao mês de junho de 2025, conforme quadro abaixo. Destacamos que as referidas despesas são relevantes em relação à Receita Líquida:

Despesas Comerciais		
Mê/Ano	Valor	Varição
jan/25	8.263	
fev/25	7.303	-11,62%
mar/25	7.912	8,34%
abr/25	7.478	-5,49%
mai/25	8.404	12,38%
jun/25	7.102	-15,49%
jul/25	7.640	7,58%



(R\$ mil)

DESPESAS COMERCIAIS	31/07/2025				30/06/2025
	MRP	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
SALÁRIO FIXO	-	1.719	750	2.468	2.503
FRETES E CARRETOS S/VENDAS- PJ	-	967	191	1.158	1.229
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	-	333	124	456	231
INSS - EMPRESA	-	415	184	599	646
TAXA DE ADM. CARTÕES	-	377	262	639	96
FÉRIAS	-	270	158	428	360
PROPAGANDA E PUBLICIDADE EM E-COMMERCE	-	63	-	63	120
(-) REEMBOLSO VERBAS PROPAGANDAS	-	476	24	500	-
PROMOÇÃO NA FILIAL	-	350	37	387	245
13º SALARIO	-	193	83	276	238
MONTAGEM	-	416	108	524	543
ENCARGOS SOCIAIS	-	150	80	230	205
FGTS	-	110	48	159	198
AVISO PRÉVIO	-	155	92	247	88
CAMPANHAS DE INCENTIVO	-	0	-	0	483
DESPESAS COM PLATAFORMAS	-	147	-	147	102
HORAS EXTRAS	-	40	29	69	51
DESPESAS DIVERSAS	-	237	52	289	44
TOTAL	-	5.466	2.175	7.640	7.102

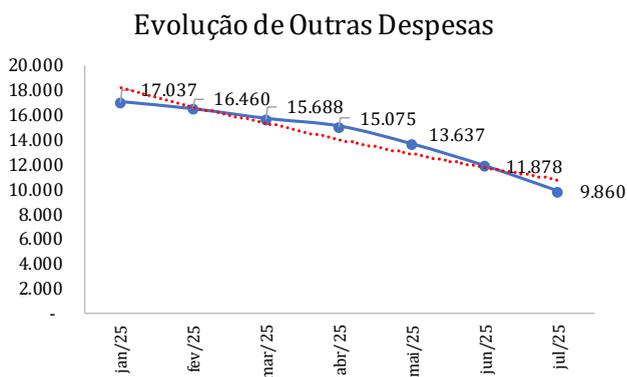
c.3) Outras Despesas

No mês de julho de 2025, o grupo de conta de Outras Despesas apresentou saldo de R\$ 9.860 mil, o que representa uma redução de 16,99% se comparado ao mês de junho de 2025, conforme quadro abaixo. Destacamos que as referidas despesas são relevantes em relação à Receita Líquida:






Outras Despesas		
Mê/Ano	Valor	Varição
jan/25	17.037	
fev/25	16.460	-3,39%
mar/25	15.688	-4,69%
abr/25	15.075	-3,91%
mai/25	13.637	-9,54%
jun/25	11.878	-12,90%
jul/25	9.860	-16,99%



OUTRAS DESPESAS	31/07/2025			30/06/2025
	NM S.A	NMA S.A	TOTAL	TOTAL
MULTAS S/ IMPOSTOS	38	2	40	23
TITULOS INCOBRAVEIS - CLIENTES	4.215	5.634	9.848	11.512
PROVISAO P/ PERDAS / DEV. A FORNECEDORES	- 62	5	57	218
CIVEIS	25	118	143	84
CUSTO - EQUIPAMENTOS DE COMPUTAÇÃO	5	8	13	9
INDENIZAÇÕES CIVEIS	- 149	-	149	9
INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	5	1	6	8
OUTRAS DESPESAS	7	8	15	16
TOTAL	4.083	5.776	9.860	11.878

c.4) Resultado mensal

No mês de julho de 2025, o “GRUPO NOVO MUNDO” registrou um resultado negativo (prejuízo) líquido de R\$ 32.130 mil, representando assim um aumento significativo de 63,98% se comparado ao mês de junho de 2025, conforme quadro abaixo:

Histórico de Resultados Mensais		
Mê/Ano	Valor	Varição
jan/25	-29.792	
fev/25	-27.248	-8,54%
mar/25	-21.026	-22,83%
abr/25	-15.844	-24,65%
mai/25	-33.081	108,79%
jun/25	-19.594	-40,77%
jul/25	-32.130	63,98%



Conforme se observa, o Grupo recuperando vem apresentando prejuízo contábil em todos os meses de 2025. Referidos prejuízos são relevantes em relação a receita líquida conforme demonstramos abaixo:




jan/25			fev/25		
Rec. Liquida	Prejuízo	%	Rec. Liquida	Prejuízo	%
27.313	29.792	109%	24.423	27.248	112%
mar/25			abr/25		
Rec. Liquida	Prejuízo	%	Rec. Liquida	Prejuízo	%
29.600	21.026	71%	30.719	15.844	52%
mai/25			jun/25		
Rec. Liquida	Prejuízo	%	Rec. Liquida	Prejuízo	%
28.513	33.081	116%	28.270	19.594	69%
jul/25					
Rec. Liquida	Prejuízo	%			
25.373	32.130	127%			

5.2. ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Os índices de liquidez avaliam a capacidade financeira de uma empresa em satisfazer as obrigações assumidas com terceiros. As informações para o cálculo destes índices são extraídas do Balanço Patrimonial e devem responder se o volume de ativos da empresa é suficiente para cobrir suas obrigações. Uma forma de interpretação é que estes índices estejam acima de 1. Assim, para cada R\$ 1,00 (um real) devido, pode-se dizer que a empresa possui mais ou menos este valor para quitar aquelas obrigações.

Importante ressaltar que os índices de liquidez e endividamento que estão sendo apresentados neste relatório não consideraram a reclassificação da conta “Passivo Sujeito a Recuperação Judicial”, registrada no Passivo Circulante, para o Exigível a Longo Prazo.

Essa reclassificação somente vai ocorrer quando da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, referidos índices sofrerão modificações quando esta reclassificação for concretizada.

Sendo assim, apresentamos a seguir quadro demonstrativo da evolução dos principais indicadores econômicos/financeiros.



Descrição	Consolidado 01/2025	Consolidado 02/2025	Consolidado 03/2025	Consolidado 04/2025	Consolidado 05/2025	Consolidado 06/2025	Consolidado 07/2025
Índice de Liquidez Corrente	0,49	0,47	0,42	0,42	0,40	0,38	0,24
Índice de Liquidez Seca	0,46	0,44	0,39	0,40	0,38	0,36	0,22
Índice de Liquidez Geral	0,67	0,66	0,64	0,65	0,61	0,59	0,54
Índice de Liquidez Imediata	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02
Índice de Endividamento Geral	1,00	1,01	1,05	1,05	1,10	1,14	1,32

- Índice de liquidez corrente
 - Análise: Situação desfavorável - O **índice de liquidez corrente abaixo de 1,00**, indica que o “GRUPO NOVO MUNDO” apresenta no período sob análise ativos de curto prazo menores do que os valores das obrigações de curto prazo.
- Índice de liquidez seca
 - Análise: Situação desfavorável - O **índice de liquidez seca abaixo de 1,00**, indica quem que o Grupo tem mais obrigações de curto prazo do que ativos líquidos disponíveis para cobri-las.
- Índice de liquidez geral
 - Análise: Situação desfavorável. O **índice de liquidez geral abaixo de 1,00**, indica que o “GRUPO NOVO MND0” não tem capital suficiente para pagar as suas obrigações.
- Índice de liquidez imediata
 - Análise: Situação desfavorável. O **índice de liquidez imediata abaixo de 1,00**, indica que o “GRUPO NOVO MUNDO” não tem liquidez imediata suficiente para pagar suas dívidas de curto prazo.







- Índice de endividamento geral
 - Análise: Situação desfavorável. O **índice de endividamento geral acima de 1,00**, indica que o “GRUPO NOVO MUNDO” não possui, no período sob análise, ativo suficiente para pagar as dívidas.

6. INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS E UNIDADES

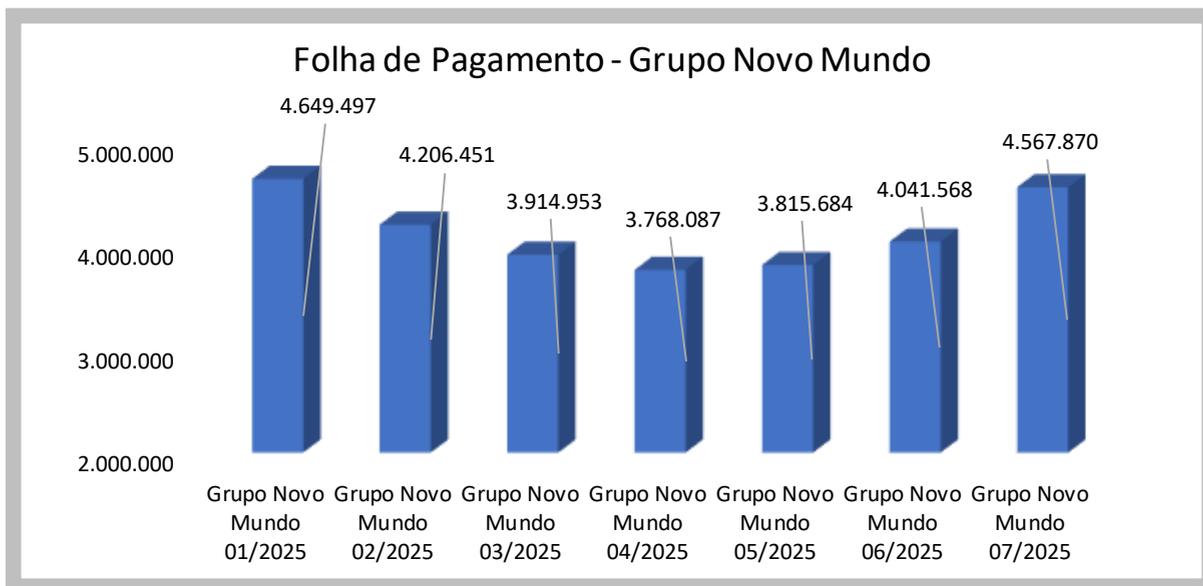
Verificamos que as empresas em processo de recuperação judicial possuíam colaboradores com vínculos empregatícios ativos sob o regime “CLT”, conforme demonstrado abaixo:



Conforme podemos verificar, houve uma redução no número de colaboradores apontados em julho de 2025 em relação a junho de 2025.

Em se tratando de valores relativos a folha de pagamento, demonstramos abaixo os valores correspondentes a cada mês:





Apresenta-se, a seguir, o resumo das Lojas por empresa do “GRUPO NOVO MUNDO”:

Empresa	Estado	Tipo	Total
Novo Mundo	Distrito Federal	Filial de Venda	12
Novo Mundo	Goiás	Filial de Venda	45
Novo Mundo	Tocantins	Filial de Venda	5
Novo Mundo	Total	Filial de Venda	63
Novo Mundo Amazônia	Maranhão	Filial de Venda	11
Novo Mundo Amazônia	Para	Filial de Venda	15
Novo Mundo Amazônia	Total	Filial de Venda	26
Total Geral	Total Geral	Filial de Venda	88

Conforme demonstrado, o grupo possui 88 lojas ativas em julho de 2025, mesma quantidade em relação ao mês anterior, ou seja, junho de 2025.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos trabalhos efetuados concluímos que:

a) O “GRUPO NOVO MUNDO” está apresentando índices de liquidez abaixo de 1. Essa situação sofrerá oscilação pois o Grupo Recuperando ainda não segregou os créditos sujeitos e não sujeitos à recuperação judicial do curto para o longo prazo. Essa reclassificação somente será realizada quando da homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial;





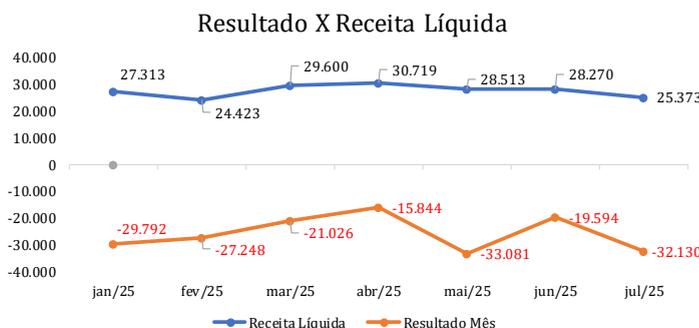
b) Durante nossos exames, identificamos que os saldos das contas a receber e outros créditos (Adiantamentos), necessitam de conciliação e regularização contábil, conforme apontado nos itens 5.1.1 (b) e (d);

c) Segue em anexo ao presente RMA, o relatório dos auditores independentes bem como as justificativas do Grupo Recuperando a respeito dos ajustes propostos:

d) O presente relatório aponta um prejuízo em todos os meses, até o julho de 2025.

Demonstramos abaixo, o comparativo entre a receita líquida mensal e o resultado mensal apurado.

Resultado X Receita Líquida		
Mês/Ano	Resultado Mês	Receita Líquida
jan/25	-29.792	27.313
fev/25	-27.248	24.423
mar/25	-21.026	29.600
abr/25	-15.844	30.719
mai/25	-33.081	28.513
jun/25	-19.594	28.270
jul/25	-32.130	25.373



Conforme se observa, os prejuízos apurados em cada mês são relevantes em relação à receita líquida do “GRUPO NOVO MUNDO”.

Se esses prejuízos persistirem nos próximos meses, o Grupo poderá ter dificuldades para o cumprimento de suas obrigações. Apresenta-se, a seguir, o % do prejuízo em cada mês, em relação à correspondente receita líquida no período:

jan/25			fev/25		
Rec. Líquida	Prejuízo	%	Rec. Líquida	Prejuízo	%
27.313	29.792	109%	24.423	27.248	112%
mar/25			abr/25		
Rec. Líquida	Prejuízo	%	Rec. Líquida	Prejuízo	%
29.600	21.026	71%	30.719	15.844	52%
mai/25			jun/25		
Rec. Líquida	Prejuízo	%	Rec. Líquida	Prejuízo	%
28.513	33.081	116%	28.270	19.594	69%






jul/25		
Rec. Liquida	Prejuízo	%
25.373	32.130	127%

Era o que de relevante competia relatar, face aos exames desenvolvidos.

Ao inteiro dispor, subscrevemo-nos.

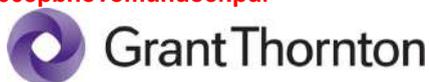
Atenciosamente,

MASTERS
AUDITORES INDEPENDENTES S/S


Agnaldo Medeiros Pacheco

Diretor





Novo Mundo S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 258EI-003-PB



Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
GOIÂNIA - 1ª UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	5
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	16

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
GOIÂNIA - 1ª UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43

Mensagem da Administração - Novo Mundo S.A.

Prezados acionistas, colaboradores, clientes e parceiros,

O ano de 2024 representou um marco de inflexão para a Novo Mundo S.A. (“Companhia” ou “Novo Mundo”). Confrontados por um cenário econômico persistentemente adverso e desafios setoriais de grande magnitude, tomamos a difícil, porém necessária, decisão de ingressar com um pedido de Recuperação Judicial.

Esta decisão, embora árdua, foi assumida com a responsabilidade de quem carrega um legado de 69 anos de história e com o firme propósito de reestruturar nossas operações, proteger nosso capital humano e assegurar a continuidade de nossa contribuição para as comunidades onde atuamos.

Ao longo de 2024, o Brasil seguiu enfrentando dificuldades econômico-financeiras significativas que já vinham se manifestando em anos anteriores. O setor varejista, em especial o segmento bens de consumo, do qual fazemos parte, continuou a ser severamente testado.

Fatores como a elevada taxa de juros ao consumidor, a não retomada convincente do poder de compra das famílias e a inflação que pressionava os orçamentos impactaram diretamente a demanda, sobretudo por bens duráveis, que são o cerne de nossa atividade.

A concorrência com plataformas de e-commerce internacionais, beneficiadas por políticas tributárias distintas em faixas de valor relevantes para o nosso mix, adicionou uma camada de complexidade ao ambiente de negócios.

Este conjunto de fatores, somado a uma maior restrição na concessão de linhas de crédito pelas instituições financeiras e setor industrial, configurou um panorama desafiador para a sustentabilidade das empresas do varejo, especialmente aquelas com forte atuação regional como a Novo Mundo, presente em estados como Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará e Distrito Federal.

As "dificuldades e incertezas de 2024" foram determinantes para as decisões que se seguiram.

A Novo Mundo, que nasceu em 1956 e que sobreviveu a inúmeras crises e planos econômicos, viu-se diante de uma tempestade perfeita. O impacto da pandemia de COVID-19, a escalada da taxa Selic, o aumento da inadimplência em mercados-chave e a crise de confiança no setor varejista após os escândalos de players nacionais, resultou na forte contração de crédito e minaram progressivamente nossa capacidade financeira.

O insucesso em uma rápida venda de nosso principal ativo fixo, o Centro de Distribuição de Goiânia, que representava uma estratégia crucial para levantar capital e reduzir o endividamento, agravou a situação.

O resultado financeiro líquido de 2023, que apontou um resultado negativo de R\$ 40.887 mil no individual e R\$ 56.268 mil no consolidado, prejuízo do exercício de R\$ 10.208 mil no individual e R\$ 12.988 mil no consolidado, com EBITDA de R\$ 76.562 mil, apresentando assim indicativo claro da insustentabilidade do modelo de capital.

Diante deste quadro, em 25 de julho de 2024, a Companhia, protocolou um pedido de Recuperação Judicial junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (Processo no 5722034-18.2024.8.09.0051), com um passivo listado em R\$ 1.101.363.032,04 (um bilhão, cento e um milhões, trezentos e sessenta e três mil, trinta e dois reais e quatro centavos).

Este instrumento jurídico tem como objetivo viabilizar a superação da situação de crise, permitindo a continuidade da Companhia, a manutenção dos empregos dos colaboradores e a satisfação dos interesses dos credores, buscando um reequilíbrio econômico.

O ano de 2024 foi, portanto, dedicado a um intenso processo de reavaliação e reestruturação. Sob a proteção da Recuperação Judicial, implementamos medidas para otimizar nossa eficiência operacional. Ajustamos nossa presença física, consolidando nossa operação em 89 lojas e dois grandes centros de distribuição, além de três entrepostos. A gestão de despesas foi rigorosamente controlada, utilizando metodologias como o orçamento base zero (OBZ).

Reforçamos nossa estratégia multicanal, com uma atenção especial à sinergia entre o online e o offline, mas com o entendimento de que nossas lojas físicas são cruciais, não apenas como pontos de venda, mas como centros de relacionamento e facilitação do acesso ao crédito direto ao consumidor, um pilar fundamental para nosso público-alvo das classes C e D.

Nossa Central de Produtos Financeiros continuou a ser um foco de desenvolvimento, buscando ampliar sua atuação em todos os canais de vendas e melhorar a experiência de crédito para nossos clientes.

Mesmo em um ano de profundas dificuldades financeiras, a Companhia buscou honrar seu compromisso com seus colaboradores e com as comunidades em que está inserida. Encerramos 2024 com 1.465 colaboradores (2.294 colaboradores em 31 de dezembro de 2023) e, mesmo após os ajustes necessários, mantemos um contingente de aproximadamente 1.200 colaboradores diretos e quase 3.000 indiretos, muitos dos quais tiveram na Novo Mundo sua primeira oportunidade de emprego.

A jornada da Recuperação Judicial é complexa e demandará tempo, negociação e o empenho de todos os envolvidos – administração, colaboradores, credores e parceiros.

Para 2025, nosso plano é seguir com disciplina na execução das estratégias de reestruturação, focar na rentabilidade e na geração de caixa, otimizar nossas margens e fortalecer o relacionamento com nossos clientes.

Buscaremos, através de um diálogo construtivo com fornecedores, instituições financeiras entre outros, para alcançar um plano de recuperação que seja sustentável e que permita à Novo Mundo restabelecer sua saúde financeira.

Acreditamos que, superados os desafios, a Novo Mundo emergirá como uma empresa mais enxuta, eficiente e resiliente, pronta para continuar sua missão de "ENTREGAR EXPERIÊNCIAS DE COMPRA SURPREENDENTES, SEMPRE!", e a desempenhar seu relevante papel socioeconômico, especialmente no fomento de empregos e oportunidades no interior do Brasil.

Atenciosamente,

Conselho de Administração Novo Mundo S.A.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Jamel Cecilio, 2929 - Ed. Brookfield Towers, sala 2701 Torre B - Jardim Goiás - Goiânia (GO) Brasil
T +55 62 3215-8444
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e aos administradores da
Novo Mundo S.A.
Goiânia - GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Novo Mundo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Novo Mundo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para os eventos informados na Nota Explicativa no 3.3, que descreve que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas no pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, a citada nota explicativa descreve que a Companhia, em conjunto com sua controlada Novo Mundo Amazônia S.A., ajuizou pedido de Recuperação Judicial, sendo que, em 31 de dezembro de 2024 o plano não havia sido homologado. Esse assunto, em adição ao fato de que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava prejuízo no exercício nos montantes de R\$ 612.859 mil (individual) e R\$ 667.847 mil (consolidado), patrimônio líquido negativo nos montantes de R\$ 272.337 mil (individual) e R\$ 292.530 mil (consolidado), bem como passivo circulante em excesso ao ativo circulante nos montantes de R\$ 365.357 mil (individual) e R\$ 490.321 mil (consolidado) e fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais no montante de R\$ 21.231 mil (individual), indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e a necessária geração de caixa estão descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 28 de março de 2024, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 20 de agosto de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC GO-001.661/F-9

Pedro Ivo de Oliveira Braga
Contador CRC 1DF-020.418/O-3

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
GOIÂNIA - 1ª UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43

Novo Mundo S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.106	59.615	22.684	70.855
Contas a receber de clientes	8	304.809	574.435	257.546	590.399
Estoques	9	21.796	70.003	30.809	114.980
Tributos a recuperar	10	641	6.409	1.768	11.971
Outros créditos	11	30.675	23.518	32.683	33.007
Total do ativo circulante		372.027	733.980	345.490	821.212
Ativo não circulante					
Ativos mantidos para venda	14	98.394	-	98.394	-
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	4.390	-	4.850
Contas a receber de clientes	8	3.713	12.369	6.569	22.382
Mútuos com partes relacionadas	24	1.101	1.673	1.101	3.233
Depósitos judiciais	12	17.900	22.408	21.788	25.314
Tributos a recuperar	10	249.614	131.698	293.139	175.102
Imposto de renda e contribuição social diferido	32	-	64.666	-	64.666
Outros investimentos	13	20.873	2.258	21.409	2.260
Investimento em participações societárias	13	-	118.372	-	-
Imobilizado	15	37.587	96.553	64.456	136.102
Intangível	16	32.095	32.756	32.095	47.077
Direito de uso de arrendamentos	17	56.551	123.635	82.396	210.939
Total do ativo não circulante		517.828	610.778	621.347	691.925
Total do ativo		889.855	1.344.758	966.837	1.513.137

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Novo Mundo S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo circulante					
Fornecedores	18	216.173	142.815	239.430	192.707
Fornecedores convênio	19	19.441	71.517	19.441	79.068
Empréstimos e financiamentos	20	348.910	176.632	368.474	232.114
Instrumentos financeiros derivativos	21	5.331	2.066	5.331	2.466
Obrigações sociais e trabalhistas	-	40.668	17.070	57.743	27.666
Obrigações tributárias	22	58.615	34.551	80.258	56.078
Mútuos com partes relacionadas	24	-	152.143	-	3.192
Passivo de arrendamentos	17	15.172	33.628	20.603	55.744
Outras obrigações	23	33.074	30.596	44.531	54.675
Total do passivo circulante		737.384	661.018	835.811	703.710
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	101.545	222.681	107.087	231.359
Instrumentos financeiros derivativos	20	935	-	935	-
Mútuos com partes relacionadas	24	72.179	27.726	80.273	27.726
Obrigações tributárias	22	20.286	3.446	46.480	11.626
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	19.949	-	19.878	1.133
Provisão para demandas judiciais	25	54.832	4.818	56.078	4.916
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	-	30.343	-	30.343
Obrigações com controladas	13	68.932	-	-	-
Passivo de arrendamentos	17	50.869	108.631	77.544	182.498
Outras obrigações	23	35.281	35.745	35.281	35.746
Total do passivo não circulante		424.808	433.390	423.556	525.347
Total do passivo		1.162.192	1.094.408	1.259.367	1.229.057
Patrimônio líquido					
Capital social	26.a	384.665	302.563	384.665	302.563
Reserva de incentivos fiscais	26.b	56.139	56.139	56.139	56.139
Transação entre acionistas	26.c	(88.018)	(88.018)	(88.018)	(88.018)
Ajustes de avaliação patrimonial	26.d	(3.408)	(11.478)	(3.408)	(11.478)
Prejuízos acumulados		(621.715)	(8.856)	(621.715)	(8.856)
Patrimônio líquido atribuível a controladores		(272.337)	250.350	(272.337)	250.350
Patrimônio líquido atribuível a não controladores	-	-	-	(20.193)	33.730
Total do patrimônio líquido		(272.337)	250.350	(292.530)	284.080
Total do passivo e do patrimônio líquido		889.855	1.344.758	966.837	1.513.137

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Novo Mundo S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	27	361.006	662.584	442.038	963.697
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	28	(304.687)	(463.560)	(418.310)	(657.023)
Lucro bruto		56.319	199.024	23.728	306.674
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	29	(118.002)	(113.131)	(176.581)	(190.064)
Despesas administrativas e gerais	30	(103.431)	(103.413)	(131.937)	(143.970)
Outras receitas (despesas) operacionais	31	(70.602)	67.103	(182.951)	81.504
Resultado de equivalência patrimonial	13	(190.983)	(8.040)	-	-
Total das despesas operacionais		(483.018)	(157.481)	(491.469)	(252.530)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos		(426.699)	41.543	(467.741)	54.144
Resultado financeiro	32	(100.430)	(40.887)	(114.376)	(56.268)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(527.129)	656	(582.117)	(2.124)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	33	(85.730)	(10.864)	(85.730)	(10.864)
Prejuízo do exercício		(612.859)	(10.208)	(667.847)	(12.988)
Resultado atribuível a:					
Controladores				(612.859)	(10.208)
Não controladores				(54.988)	(2.780)
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$ mil)					
Controladores	26.g			(1,59)	(0,03)
Não controladores	26.g			(0,83)	(0,05)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Novo Mundo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(612.859)	(10.208)	(667.847)	(12.988)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo - VJORA	8.070	12.064	9.135	10.961
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos dos impostos	(604.789)	1.856	(658.711)	(2.027)
Resultado abrangente atribuível a:				
Controladores			(604.788)	1.856
Não controladores			(53.923)	(3.883)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis
individuais e consolidadas.

Novo Mundo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Transação entre acionistas	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído a controladores
Saldo em 1º de janeiro de 2023		268.061	52.187	(90.640)	(23.542)	1.352	207.418
Aumento de capital	26.a	34.502	-	-	-	-	34.502
Aumento na participação de não controladores	26.a	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	26.b	-	3.952	-	-	-	3.952
Diluição de participação societária	-	-	-	2.622	-	-	2.622
Outros resultados abrangentes do exercício	26.d	-	-	-	12.064	-	12.064
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(10.208)	(10.208)
Saldo em 31 de dezembro 2023		302.563	56.139	(88.018)	(11.478)	(8.856)	250.350
Aumento de capital	26.a	82.102	-	-	-	-	82.102
Outros resultados abrangentes do exercício	26.d	-	-	-	8.070	-	8.070
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(612.859)	(612.859)
Saldo em 31 de dezembro 2024		384.665	56.139	(88.018)	(3.408)	(621.715)	(272.337)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Novo Mundo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social				
	(527.129)	656	(582.117)	(2.124)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício				
Ajuste a valor presente de mútuos com partes relacionadas	24	(28.447)	(31.953)	(31.953)
Ajuste a valor presente (vendas/custos)	-	1.367	-	2.040
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	25.a	50.014	(1.148)	51.162
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	8	10.486	(116)	18.909
Provisão (reversão) para perdas em estoques	9	143	-	258
Valor justo dos instrumentos financeiros com derivativos "swap"	21	8.650	(11.974)	8.650
Depreciação do ativo imobilizado	29 30	11.215	12.089	14.414
Depreciação do direito de uso	29 30	18.837	27.611	28.083
Amortização do ativo intangível	29 30	481	556	3.332
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	1.399
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	20	38.270	27.372	40.123
Juros sobre arrendamentos provisionados	17	11.364	11.195	18.317
Valor residual de ativo imobilizado baixado	15	9.332	790	22.293
Valor residual de ativo intangível baixado	-	400	-	11.870
Valor residual do direito de uso e do passivo de arrendamento baixado	-	(11.366)	-	(15.082)
Resultado de equivalência patrimonial	13	190.983	8.040	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	123.570	(86.650)	338.893
Estoques	-	46.697	32.075	81.873
Tributos a recuperar	-	(112.148)	26.639	(107.834)
Depósitos judiciais	-	4.508	(4.356)	3.526
Outros créditos	-	(7.157)	(4.603)	324
Fornecedores	-	73.358	(53.537)	46.723
Obrigações sociais e trabalhistas	-	23.538	4.533	30.078
Obrigações tributárias	-	39.789	10.456	56.715
Outras obrigações	-	2.014	9.763	(10.611)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais				
	(21.231)	(22.562)	34.891	14.502
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento (redução) nos investimentos	-	(3.679)	(5.243)	-
Aumento (redução) em outros investimentos	-	(18.615)	(300)	(19.149)
Aquisição de imobilizados	15	(8.216)	(13.074)	(13.095)
Aquisição de intangíveis	16	(220)	(9.771)	(220)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos				
	(30.730)	(28.388)	(32.464)	(33.594)

Novo Mundo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes de partes relacionadas	-	73.625	85.624	79.934	95.167
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	26.a	-	34.502	-	41.264
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	20	277.096	366.573	334.443	591.270
Pagamento de empréstimos e financiamentos	20	(241.710)	(312.781)	(339.104)	(572.520)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	20	(22.514)	(32.451)	(23.374)	(29.748)
Pagamentos provenientes de fornecedores convênio	19	(52.076)	(49.533)	(59.627)	(51.634)
Pagamento de passivos de arrendamentos	17	(27.969)	(22.774)	(42.870)	(37.426)
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos		6.452	69.160	(50.598)	36.373
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		(45.509)	18.210	(48.171)	17.281
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7	59.615	41.405	70.855	53.574
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7	14.106	59.615	22.684	70.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Novo Mundo S.A. (“Novo Mundo”) foi constituída em 11 de abril de 1960, com sede e foro na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.

Atua diretamente ou por meio de sua controlada no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletroeletrônicos, telefonia, utilidades domésticas, sendo seu “know-how” a venda de móveis. As vendas ocorrem por meio de lojas físicas, quiosques ou pela plataforma digital de e-commerce “novomundo.com.br”, e pelo aplicativo “Novo Mundo” e através da plataforma de marketplace, de parceiros comerciais (“sellers”).

Juntamente com sua controlada, oferecem serviços de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

A Novo Mundo S.A. (“Controladora”) e sua controlada doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 5 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 89 filiais ativas (7 Centros de Distribuição e 152 filiais em 31 de dezembro de 2023).

2. Relação de entidade controlada

As informações anuais consolidadas incluem as informações da Novo Mundo S.A. e sua controlada Novo Mundo Amazônia S.A. (“Novo Mundo Amazônia”).

A controlada Novo Mundo Amazônia S.A., foi constituída em 19 de abril de 2011, com sede e foro na cidade de São Luiz, no Estado do Maranhão, tem objeto social idêntico ao da sua Controladora já informado na Nota Explicativa nº 1.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

3.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09) e conforme as NBC TGs emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração.

3.2 Aprovação para emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de agosto de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.3 Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras obrigações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconheceu um prejuízo nos montantes de R\$ 612.859 no individual e R\$ 667.847 no consolidado e utilização de caixa líquido nas atividades operacionais no montante de R\$ 21.231 no individual e geração de caixa líquido das atividades operacionais no montante R\$ 34.891 no consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu um prejuízo nos montantes de R\$ 10.208 no individual e R\$ 12.988 no consolidado e utilização de caixa líquido nas atividades operacionais no montante de R\$ 22.562 no individual e geração de caixa líquido das atividades operacionais no montante de R\$ 14.502 no consolidado. Adicionalmente apresenta em 31 de dezembro de 2024 capital circulante líquido negativo nos montantes de R\$ 365.357 no individual e R\$ 490.321 no consolidado.

A Administração reconhece que pode existir alguma incerteza externa sobre a capacidade da Companhia para cumprir com as suas obrigações financeiras e de capital de giro à medida que vencem. No entanto, a Administração monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo, bem como possui linhas de créditos pré-aprovadas por instituições financeiras. A Companhia possui passivo não circulante representativo com partes relacionadas, que em caso de necessidade, pode ser renegociado, nos montantes de R\$ 72.179 no individual e R\$ 82.273 no consolidado (Em 2023 R\$ 179.869 no individual e R\$ 30.918 no consolidado). Desta forma, a administração possui expectativa de que a Novo Mundo e a Novo Mundo Amazônia terão recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Recuperação Judicial

Em 25 de julho de 2024, a Novo Mundo em conjunto com sua controlada Novo Mundo Amazônia e a controladora do Grupo Martins Ribeiro Participações Ltda., ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial, autuado sob o nº 5722034-18.2024.8.09.0051, em trâmite perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Goiânia – GO, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

O processo de Recuperação Judicial, junto com seu plano, é a ferramenta legal que permitirá a Companhia ajustar sua estrutura de capital, possibilitando o cumprimento das obrigações com seus credores.

O Pedido de Recuperação Judicial representa um avanço na reestruturação financeira da Companhia. A Companhia continua focada em atrair novos clientes e em manter a qualidade de nossos serviços em todos os segmentos de mercado.

A Companhia entende que o ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial viabilizará a conclusão do projeto de reestruturação e a implementação dos seus objetivos de excelência operacional, rentabilidade e de geração de empregos.

O valor total dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial apresentados na primeira lista de credores totalizou R\$ 1,1 bilhão.

Em 12 de agosto de 2024 foi publicado o laudo constatação prévia nos termos do art. 51-A da Lei 11.101/2005, da Recuperação Judicial da Companhia que verificou as reais condições de funcionamento das recuperandas, bem como a regularidade documental, nos termos do §2º do art. 51-A da Lei 11.101/2005.

Em 14 de agosto de 2024 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, bem como a nomeação do escritório VW Advogados, CNPJ n. 46.885.176/0001-79, representado por seu sócio, Victor Rodrigo Elias, para a função de Administrador Judicial.

Em 02 de setembro de 2024 foi disponibilizado no diário de justiça eletrônico o edital de convocação dos credores contendo, o resumo do pedido e da decisão de processamento, a disponibilização da relação nominal de credores e o início do prazo para apresentação e processamento das habilitações e divergências dos créditos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17 de outubro de 2024 a Companhia apresentou a primeira versão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e que, posteriormente tiveram aditivos para melhor adequação as negociações em curso com os credores abrangidos pelos efeitos da Recuperação Judicial. Atualmente o Plano de Recuperação aguarda homologação, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

1ª Classe - Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;

2ª Classe - Credores possuidores de garantia real;

3ª Classe - Fornecedores, Empréstimos, Partes relacionadas; e

4ª Classe - Fornecedores ME e EPP.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado utiliza os seguintes meios de recuperação:

(i) concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações da Novo Mundo, com a equalização de encargos financeiros, tendo como termo inicial a data de distribuição do Pedido de Recuperação Judicial;

(ii) a preservação de investimentos essenciais para a continuação das atividades da Novo Mundo;

(iii) a possibilidade de constituição de sociedade de propósito específico;

(iv) a venda total ou parcial da Companhia ou de bens;

(v) a dação em pagamento;

(vi) a constituição de UPI; e/ou

(vii) outras medidas a serem eventualmente submetidas à prévia aprovação do Juízo da Recuperação.

A partir disso, a Companhia concentrou todos os seus esforços para estruturar as condições de um Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") viável, com o objetivo de reorganizar seu passivo e fomentar suas atividades, em negociações constantes com os credores para alinhar os melhores termos em benefício de um processo saudável de soerguimento, diante de um cenário particularmente desafiador para as Companhias que atuam no segmento de varejo no Brasil, mercê da altíssima taxa de juros imposta pela pressão inflacionária, associado aos deletérios efeitos da crise aberta pela insolvência de uma grande companhia de capital aberto do varejo no Brasil.

Em 27 de novembro de 2024 o Administrador Judicial publicou a 2ª lista de credores (§ 2º do art.7º. da Lei 11.101/05), o relatório técnico das habilitações e divergências crédito administrativas oferecidas pelos credores, bem com os demais créditos relacionados pelos recuperandos na 1ª relação de credores e o relatório sobre o Plano de Recuperação Judicial.

A seguir, descrevemos as principais cláusulas do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), por classe, com os respectivos cronogramas de pagamento e índices de correção monetária:

Pagamento dos credores trabalhistas (Classe I)

Os créditos trabalhistas serão pagos, sem a incidência de juros ou correção monetária, da seguinte forma:

O valor correspondente a até 5 (cinco) salários-mínimos, relativos a créditos de natureza estritamente salarial e vencidos nos 3 (três) meses anteriores à data do pedido, quando houver, será pago no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da homologação do plano, nos termos do artigo 54, §1º da LRF.

O valor correspondente a até 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos será pago em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, sendo o 1º pagamento 30 dias após a homologação do PRJ.

O saldo que superar os 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos será pago nos termos da Opção B da classe quirografária.

Os créditos trabalhistas controvertidos devem ser pagos somente após a resolução da controvérsia quanto à sua liquidez, certeza e/ou exigibilidade contra as recuperandas, iniciando-se o prazo de pagamento 60 (sessenta) dias após a inclusão do crédito na lista de credores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pagamento dos credores com garantia real (Classe II)

Os créditos com garantia real em valores inferiores a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) serão pagos sem aplicação de qualquer deságio, em 30 (trinta) dias após a homologação do PRJ.

Os créditos com garantia real em valores superiores a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) serão pagos da seguinte forma:

Alongamento do prazo de pagamento: Será concedido 24 meses para pagamento dos créditos com garantia real em valores superiores a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), de forma escalonada pois **(i)** nos primeiros 8 (oito) meses imediatamente após a homologação do PRJ, o valor do principal dos créditos será amortizado na proporção de 0,838% (zero vírgula oitenta e três oito por cento) ao mês, mediante o pagamento de 8 (oito) parcelas mensais que incluirão o pagamento dos encargos financeiros; **(ii)** nos 14 (quatorze) meses imediatamente subsequentes, não haverá amortização de valor principal dos créditos, mas serão pagos mensalmente os encargos financeiros; **(iii)** no 24º (vigésimo quarto) mês após a homologação do PRJ os créditos serão integralmente liquidados através de pagamento do valor principal remanescente dos créditos acrescido dos encargos financeiros. A correção monetária citada acima será aplicada de acordo com a variação do CDI, acrescida de juros de 0,37% (trinta e sete centésimos por cento) ao mês, incidentes a partir da homologação do PRJ, até a data do efetivo pagamento.

Em razão do alongamento do prazo de pagamento, para esses credores haverá a conversão da sua respectiva garantia real em alienação fiduciária a qual permanecerá hígida até quitação do crédito.

A conversão das garantias reais em alienação fiduciária deverá acontecer em até 30 (trinta) dias da homologação do PRJ, obrigando-se o respectivo credor a anuir com todo e qualquer ato necessário à constituição da UPI e transferência de ativos regulada pelo plano apresentado, mantendo-se a higidez da respectiva garantia.

Liquidação antecipada: Os credores detentores de garantia reais, concordarão com a alienação do ativo respectivo, desde que o produto da alienação seja destinado com prioridade ao pagamento integral do remanescente do valor do seu crédito, tal como novado, acrescido dos encargos financeiros conforme tabela acima, incidentes até a data do pagamento.

Créditos com garantia real controvertidos: Os créditos com garantia real controvertidos somente serão pagos na forma estabelecida nas condições acima após a resolução da controvérsia quanto à sua liquidez, certeza e/ou exigibilidade contra as recuperandas, iniciando-se o prazo de pagamento em 60 (sessenta) dias após a sua inscrição na lista de credores.

Pagamento dos credores quirografários (Classe III)

Os créditos quirografários serão pagos da seguinte forma:

Para os credores quirografários com créditos de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), o pagamento será à vista sem deságio em uma única parcela, 30 (trinta) dias após a homologação do PRJ.

Os credores quirografários com créditos superiores a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) poderão optar - mediante o envio de e-mail para as recuperandas, no endereço eletrônico indicado no plano -, no prazo de 15 (quinze) dias após a homologação do plano pelas seguintes formas de pagamento:

Opção A - Quirografários: Os credores nos termos desta cláusula poderão optar pelo recebimento de seu crédito reduzido a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e o saldo remanescente será automaticamente perdoado, de modo que nada mais será devido pelas recuperandas ao credor quirografário.

Opção B - Quirografários: Os credores quirografários que não se manifestarem pela Opção A, serão pagos com deságio de 85% (oitenta e cinco por cento) em até 20 (vinte) anos, sendo 5 (cinco) anos de carência de juros, 7 (sete) anos de carência para pagamento do crédito principal e o saldo em 13 (treze) anos, com pagamentos por meio de parcelas anuais, com uma parcela balão correspondente a 70% (setenta por cento) do novo saldo devedor que será paga no final do último ano (20º ano).

Os credores quirografários que não realizarem a sua opção dentro do prazo especificado, por qualquer das formas de pagamento serão automaticamente enquadrados na forma de pagamento descrita pela Opção B.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Correção monetária e encargos: A correção monetária será aplicada de acordo com a variação da Taxa TR, acrescida de juros de 0,5% (meio por cento) ao ano, incidente a partir da homologação do PRJ até a data do efetivo pagamento.

Créditos quirografários controvertidos: Os créditos quirografários controvertidos somente serão pagos após a resolução da controvérsia quanto à sua liquidez, certeza e/ou exigibilidade contra as recuperandas, iniciando-se o prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias após a inclusão do referido crédito na lista de credores.

Condição de pagamento para credores parceiros

Serão considerados credores fornecedores parceiros, os credores quirografários que preencham os seguintes requisitos cumulativos:

(i) não votarem pela rejeição do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"); e

(ii) atendam aos requisitos constantes nas subcláusulas abaixo:

(iii) continuar ou passar a fornecer bens, insumos, materiais ou serviços não financeiros às Recuperandas durante todo o prazo para pagamento de seu respectivo crédito, e em condições que atendam os critérios indicados em uma das alternativas abaixo:

Parceiro I: Concede no mínimo 120 dias de prazo para pagamento e recebe 10% do valor do novo fornecimento antecipadamente.

Parceiro II: Concede no mínimo 90 dias de prazo para pagamento e recebe 6% do valor do novo fornecimento antecipadamente.

Parceiro III: Concede no mínimo 60 dias de prazo para pagamento e recebe 4% do valor do novo fornecimento antecipadamente.

Parceiro IV: Concede no mínimo 30 dias de prazo para pagamento e recebe 2% do valor do novo fornecimento antecipadamente.

Em todas as categorias, o pagamento antecipado não pode ultrapassar o valor total do crédito original.

Prazo e forma de adesão: Os credores fornecedores, durante todo o prazo de duração de pagamento dos seus respectivos créditos, poderão manifestar a sua intenção de figurar em uma das condições indicadas acima, mediante negociação comercial com as recuperandas e emissão de nota fiscal nos termos da respectiva negociação, desde que respeitado as condições descritas no Plano de Recuperação Judicial. Caso o credor fornecedor não se manifeste sobre sua adesão, terá seu crédito enquadrado na "Opção B - Quirografários".

A apuração dos percentuais de abatimento do crédito concursal na forma das cláusulas acima ocorrerá trimestralmente a partir da homologação do plano, considerando a data de cada fornecimento, devendo o pagamento antecipado acontecer em 30 (trinta) dias corridos após a apuração.

Na hipótese de o credor fornecedor parceiro aderente suspender o fornecimento por mais de 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos ou não, será automaticamente desconsiderado como credor fornecedor parceiro, perdendo o benefício desta cláusula e sendo reenquadrado na "Opção B - Quirografários".

Sub-rogação: Caso qualquer credor venha a se sub-rogar, a qualquer título e a qualquer tempo, nos direitos de algum credor fornecedor parceiro, tal credor fará jus ao pagamento dos seus créditos quirografários nos mesmos termos aplicáveis ao respectivo credor fornecedor parceiro originário, desde que e somente se o credor fornecedor parceiro originário mantiver o cumprimento das condições do Plano de Recuperação Judicial.

Condição de pagamento para os credores financeiros parceiros

Para figurar como um credor financeiro parceiro, o credor deve se comprometer a:

(i) conceder linha de crédito rotativo em qualquer modalidade, seja via operação de empréstimo, risco sacado, cartão de crédito, antecipação e/ou securitização de recebíveis, desconto de duplicatas e/ou outros títulos de crédito, de no mínimo R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e/ou;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) prover serviço de aquisição de cartão de crédito, em condições de mercado a serem estabelecidas entre as recuperandas e o respectivo credor; e

(iii) permanecer prestando serviços financeiros/bancários essenciais às atividades das recuperandas como, por exemplo, administração de folha de pagamento, entre outros.

Condições de pagamento: Os credores financeiros que escolherem figurar como um credor financeiro parceiro, receberão seus créditos da seguinte forma:

Correção monetária e juros remuneratórios: o saldo de principal do crédito será corrigido monetariamente pela Taxa CDI, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao ano, ambos capitalizados anualmente desde a homologação do plano;

Carência de principal: haverá carência de 1 (um) ano para pagamento do principal, sendo certo que, para cada R\$ 1,00 (um real) de crédito concedido, será pago o valor de R\$ 1,00 (um real) referente ao saldo do crédito concursal.

Pagamento de principal: em até 5 (cinco) anos contados da homologação do plano. A apuração para pagamento da primeira parcela do crédito concursal será de 360 (trezentos e sessenta) dias após a liberação do novo crédito concedido e as demais após dia 30 (trinta) dias.

Serviço de aquisição de cartão de crédito: Para o credor financeiro parceiro que prover serviço de aquisição de cartão de crédito, em condições à mercado a serem estabelecidas entre as recuperandas e o respectivo credor, e que conceder limite de antecipação de recebível a uma taxa igual ou inferior a CDI + 1,04%, durante o período de 5 anos contados da homologação do PRJ, receberá seus créditos da seguinte forma:

(i) carência de principal e juros de 12 meses a contar da homologação do PRJ.

(ii) 79% do valor do crédito será pago em 48 parcelas mensais e consecutivas.

Bônus de adimplemento: Caso as recuperandas estejam adimplentes, o credor financeiro parceiro outorgará ao responsável pelo seu pagamento um bônus de adimplemento corresponde a um desconto de 21% sobre o valor atualizado do crédito, a ser concedido no pagamento da última parcela acima referida.

Caso durante este período, o credor financeiro parceiro encerre o serviço ou aumente a taxa estabelecida, o saldo remanescente voltará a ser pago conforme previsto aos credores enquadrados na "Opção B - Quirografários".

Cessão de créditos: Caso qualquer credor financeiro ceda, a qualquer título e a qualquer tempo, seu crédito após ter aderido como credor financeiro parceiro, o cessionário fará jus ao pagamento nos mesmos termos aplicáveis ao respectivo credor financeiro parceiro originário, desde que o respectivo credor financeiro parceiro originário mantenha o cumprimento das condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Pagamento de Credores ME E EPP (Classe IV)

Os Credores ME e EPP serão pagos da seguinte forma:

Para os Credores ME e EPP com créditos de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), o pagamento será à vista, sem deságio, em parcela única, devida no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do PRJ.

Os Credores ME e EPP com créditos superiores a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) poderão optar, no prazo de 15 (quinze) dias após a homologação do PRJ, pelas seguintes formas de pagamento:

Opção A - ME E EPP: Os credores ME e EPP com créditos superiores a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) poderão optar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a homologação do PRJ pelo recebimento de tal montante, com o perdão do saldo remanescente, de modo que nada mais será devido pelas recuperandas e/ou UPI Columbus ao Credor ME e EPP.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Opção B – ME E EPP: Os Credores ME e EPP com créditos superiores a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) que não manifestarem sua opção nos termos do PRJ serão pagos com deságio de 85% (oitenta e cinco por cento) em até 20 (vinte) anos, sendo 5 (cinco) anos de carência de juros, 7 (sete) anos de carência para pagamento do crédito principal e o saldo em 13 (treze) anos, com pagamentos por meio de parcelas anuais, com uma parcela balão correspondente a 70% (setenta por cento) do novo saldo devedor que será paga no final do último ano (20º ano).

Os credores que não optarem, dentro do prazo especificado, serão automaticamente classificados na forma de pagamento descrita pela Opção B.

Correção monetária e encargos: A correção monetária será aplicada de acordo com a variação da Taxa TR, acrescida de juros de 0,5% (meio por cento) ao ano, incidente a partir da homologação do PRJ até a data do efetivo pagamento.

Créditos ME e EPP controvertidos: Os Créditos ME e EPP controvertidos somente serão pagos após a resolução da controvérsia quanto à sua liquidez, certeza e/ou exigibilidade contra as recuperandas, iniciando-se o prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias após a inclusão do referido crédito na lista de credores.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto o contas a receber no montante de R\$ 122.335 no individual, que está mensurado ao VJORA (Em 2023 R\$ 216.454 no individual), o montante de R\$ 249.978 no consolidado (Em 2023 R\$ 473.428 no consolidado) e instrumentos financeiros derivativos que estão mensurados ao VJR (Nota Explicativa nº 33).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A seguir apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

(a)	Base de consolidação	19
(b)	Instrumentos financeiros	20
(c)	Caixa e equivalentes de caixa	23
(d)	Contas a receber de clientes	23
(e)	Ajustes a valor presente	23
(f)	Estoques	23
(g)	Ativos mantidos para venda	24
(h)	Imobilizado	24
(i)	Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	24
(j)	Ativos intangíveis	26
(k)	Arrendamentos	27
(l)	Tributos diferidos e correntes	27
(m)	Provisões	29
(n)	Receita de contrato com cliente	30
(o)	Receitas financeiras e despesas financeiras	32

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1. Base de consolidação

Controladas

A Controladora controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis da controlada é incluída nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a controladora obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações em patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controladora, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2. Instrumentos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

(a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

(b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

(a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

(a) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

(b) Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

(c) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

(d) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

(e) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- (a) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- (b) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (c) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (d) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação da taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. (Nota Explicativa nº 20).

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Compreendem os saldos de caixa das lojas, cartões de débitos, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras representam títulos de alta liquidez e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos, sem restrições para o resgate do valor aplicado antes do seu vencimento, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4.4. Contas a receber de clientes

São demonstradas ao custo amortizado, ajustado por provisão para perdas constituída com base na avaliação da Administração quanto a perdas de créditos esperadas na realização de contas a receber e ajustadas a valor justo com base na taxa média de cobrança de juros na negociação dos títulos com instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compreendem, basicamente:

Cientes prestamistas - São registrados pelo valor nominal, já inclusos os juros remuneratórios calculados em função do prazo da venda, mensurados custo amortizado e ao VJORA.

Vendas financiadas com cartão de crédito - São registradas pelo valor nominal acrescido de juros a receber das administradoras de cartões de crédito, mensurado ao VJORA.

O valor de antecipações de recebíveis de cartões de crédito é apresentado no Contas a receber devido ao fato de a Companhia transferir todos os riscos e retornos sobre a propriedade desses recebíveis para as administradoras de cartões de crédito. Os encargos financeiros incorridos nessa operação são apropriados no resultado como despesas financeiras.

A taxa de administração de cartões de crédito cobrada pelas administradoras é provisionada pela realização da venda.

Receitas de prestação de serviços - São contabilmente reconhecidos pela prestação dos serviços até a data do balanço e mensurados pelo custo amortizado.

Vendas de marketplace - São registrados pelo valor nominal, já inclusos os juros remuneratórios calculados em função do prazo da venda, mensurados ao custo amortizado.

Verbas de publicidade a receber - São valores a receber decorrentes de propaganda cooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, oriundos de contratos comerciais e outros acordos entre as partes, são registrados com base em contratos e outros documentos que evidenciem a existência desse acordo e são calculados, principalmente, sobre o volume das compras e de atividades específicas de marketing.

4.5. Ajustes a valor presente

As operações de vendas financiadas, prefixadas, foram ajustadas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa DI Futuro (BM&F), sendo a média de 0,97% a.m. nos descontos dos recebíveis, compras e fornecedores em 31 de dezembro de 2024 (1,14% a.m. em 31 de dezembro de 2023).

O ajuste a valor presente das vendas financiadas tem como contrapartida a rubrica específica na Companhia "Contas a receber de clientes" e sua realização é registrada na rubrica "Receita líquida", pela fruição do prazo.

O ajuste a valor presente correspondente ao custo financeiro das compras de mercadorias é apropriado como custo das mercadorias vendidas com base no prazo de pagamento de cada compra aos fornecedores.

4.6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda. O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de mercadorias. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de baixo giro e obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

4.7. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. (Vide Nota Explicativa nº 14).

4.8. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens de ativos imobilizados são mensurados ao custo menos as depreciações acumuladas e as provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles gastos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à formação do ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação e do valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo e são reconhecidos pelo valor líquido dessa diferença diretamente no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Os gastos incorridos com reparos, manutenções ou trocas de partes de um ativo imobilizado são reconhecidos nos saldos correntes desses ativos imobilizados, desde que seja esperado um incremento dos benefícios econômicos futuros por parte de tais reparos, manutenções ou trocas, seja por aumento de vida útil, seja por aumento de produtividade, e desde que os custos dessas partes possam ser mensurados de forma confiável.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável e reconhecida no resultado do exercício, sendo calculada pelo método linear através das vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, desde que tais estimativas demonstrem o consumo do ativo e a geração futura de benefícios econômicos desse ativo. As vidas úteis estimadas são revisadas anualmente e estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 15.

Os valores de recuperação dos ativos imobilizados da Companhia, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isso ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação.

4.9. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- (a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- (b) investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- (c) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos adiante, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- (a) títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- (b) outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

(a) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

(b) o ativo financeiro a vencer.

A provisão de créditos de liquidação duvidosa é constituída pelos valores resultantes de operações de vendas a crédito na modalidade de carnês, onde a Administração avalia o histórico de perdas, *aging list* de pagamentos, e expectativa futura em seu contas a receber sobre as vendas a crédito que estavam a vencer e vencidas na data base.

(c) As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;

(d) As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa média ponderada que é calculada com base na perda efetiva da carteira de clientes, recuperação de títulos decorrentes das ações de cobrança, e o faturamento, dos últimos três anos levado em consideração na data base das demonstrações contábeis.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

(a) dificuldades financeiras significativas do devedor;

(b) quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

(c) reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

(d) a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

(e) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares (240 dias em 31 de dezembro de 2023). Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.10. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no exercício, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.

Um ativo intangível é baixado na alienação (ou seja, na data em que o receptor do ativo obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais".

As principais classes de intangíveis são detalhadas a seguir:

Cessões de direitos – As cessões de direitos de utilização de lojas são reconhecidas pelo custo de aquisição e amortizadas pelos prazos do contrato.

Software – As licenças de programas de computador (software) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as vidas úteis de cada contrato, e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando o ativo é identificado, quando há evidenciado de geração de benefícios econômicos futuros e quando o ativo é controlado pela Companhia e sua controlada, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.11. Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidade administrativa). A Companhia reconhece esses contratos de acordo com a NBC TG 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos de pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da NBC TG 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo como valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas, observando as sugestões de divulgação descritas no Ofício Circular SNC/SEP 02/19 da CVM. (Vide Nota Explicativa nº 17).

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa administrativa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Ao mensurar o passivo de arrendamento, a companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando a sua taxa média de juros 13,59% a.a no individual e 13,31% a.a no consolidado (7,40% a.a em 31 de dezembro de 2023).

4.12. Tributos diferidos e correntes

Imposto corrente

A provisão para tributos sobre a renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos que são baseados no lucro tributável do exercício adotando o regime de lucro real. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas à alíquota de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e à alíquota de 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido não é reconhecido para:

- (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- (b) diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas em um futuro previsível; e
- (c) diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. (Nota Explicativa nº 33).

O impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

4.13. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

4.14. Provisão para demandas judiciais

São constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.15. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.16. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos, bonificações e outras deduções similares, se houver.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.17. Revenda de produtos

A receita de revenda de produtos é reconhecida quando da emissão da nota fiscal que coincide substancialmente com a entrega dos produtos. No fechamento do exercício, é realizada a análise conforme as condições individuais do contrato de venda e os prazos de entregas das mercadorias para verificar se:

(i) os clientes obtêm o controle dos produtos; **(ii)** o valor da receita pode ser mensurado de maneira confiável; e **(iii)** todas as obrigações contratuais são cumpridas pela Companhia. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Venda de mercadorias	<p>A Companhia trabalha com três canais de vendas, o presencial, comércio eletrônico e vendas digitais. Os contratos de vendas (“pedidos”) com a base de clientes são celebrados eletronicamente pelos canais de vendas. Os pedidos são processados, faturados e os títulos de cobrança são emitidos de forma escritural no momento do faturamento. O prazo médio de entrega dos produtos pode variar de 1 a 47 dias, dependendo da região. Os clientes obtêm a posse das mercadorias no momento que são entregues e aceitas nas dependências do cliente. O pagamento dos títulos ocorre, normalmente em um prazo médio de 30 dias.</p> <p>Todos os contratos (“pedidos”) permitem ao cliente a devolução total ou parcial dos produtos no momento do aceite, podendo as mercadorias serem trocadas por outras ou os créditos serem abatidos nas próximas compras, para alguns contratos é permitido a devolução em dinheiro. O preço da transação é determinado pelo valor da mercadoria entregue nas dependências do cliente, sendo dessa forma o frete de vendas uma obrigação de desempenho.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para todos os contratos (“pedidos”) é permitido aos clientes devolver as mercadorias ou parte delas, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos das devoluções ocorridas em períodos anteriores. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos</p>

4.18. Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas quando auferidas e representam os serviços efetivamente prestados pela Companhia.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Venda de serviços	<p>A Companhia obtém receitas na prestação de serviços relacionadas a sua atividade principal, tais como (i) consultoria e assessoria na gestão e organização de lojas varejistas, (ii) carga, descarga, paletização, armazenagem e transporte de mercadorias, (iii) transmissão eletrônica de dados e transações financeiras e (iv) divulgação de marcas e produtos no site do ecommerce. O pagamento dos títulos ocorre, normalmente a vista ou em um prazo de D+3 dias na modalidade CDC. A Companhia não devolve dinheiro de serviço efetivamente prestado.</p>	<p>A receita é reconhecida no período em que o serviço é efetivamente prestado. A Companhia não faz nenhum ajuste a título de vendas canceladas ou serviços recebidos, porém não prestados.</p>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.19. Deduções de vendas

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tributo estadual incidente sobre a receita bruta em cada etapa da cadeia de comercialização. As alíquotas internas de ICMS variam entre 7% e 18%, conforme a legislação de cada Estado e região brasileira.

PIS e Cofins

Sobre a receita de venda de mercadorias incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais, como computadores. É adotado o regime não cumulativo na apuração dos referidos tributos.

Impostos Sobre Serviços (ISS)

O ISS é incidente sobre a prestação de serviços, e seu recolhimento é efetuado na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

4.20. Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados inclui o custo de aquisição de mercadorias e custos com serviços, deduzido das bonificações em produtos recebidas dos fornecedores. Despesas com fretes, relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (CDs), são incorporadas ao custo das mercadorias a ser revendidas.

4.21. Incentivos fiscais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia apurar prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

4.22. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, ganhos/perdas na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos, além de descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de contas a pagar e de ajuste a valor presente dos títulos a receber, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 32.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

5. Principais fontes de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia utilize julgamentos e estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas, no mínimo, anualmente. Revisões sobre estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas está incluído na seguinte Nota Explicativa:

Nota Explicativa nº 17 – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 8 – Mensuração de perda de crédito esperada de contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota Explicativa nº 10 – Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação de créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação;

Nota Explicativa nº 15 e 16 - Vida útil do ativo imobilizado e intangível: premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Nota Explicativa nº 25 – Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Nota Explicativa nº 33– Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. A Companhia classifica estas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo:

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: **(i)** preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; **(ii)** preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; **(iii)** informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); **(iv)** informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia não divulgou os valores justos para os instrumentos financeiros, tais como fornecedores e contas a pagar, exceto, empréstimos e financiamentos, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. (Vide Nota Explicativa nº 34).

6. Mudanças nas principais políticas contábeis

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento ("sale leaseback"))

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (NBC TG 06 (R3)). Não houve impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante e passivo não circulante com covenants

Em janeiro de 2020, outubro e novembro de 2022, o IASB emitiu alterações IAS 1 (equivalente a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação sobre a classificação de passivo entre circulante e não circulante no final do período de relatório quando vinculado a *covenants* ainda que seu cumprimento seja avaliado posterior a data-base do relatório. O IASB afirma que o direito de adiar a liquidação de um passivo por pelo menos 12 meses não é afetado se o cumprimento do *covenant* ocorrer após esse período. No entanto, se o direito de postergar a liquidação a depender do cumprimento de *covenants* dentro dos 12 meses, a entidade deve fornecer informações sobre os riscos de amortização dos passivos nesse prazo, incluindo detalhes sobre os *covenants* (tal como natureza e quando deve cumpri-lo), seu valor contábil e possíveis dificuldades em cumpri-los.

Não houve impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações Acordos de Financiamento de Fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente a NBC TG 03 (R3) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente a NBC TG 40 (R3) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Não houve impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ NBC TG 02 (R3) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e NBC TG 37 (R5) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - em vigor para demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2025

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que incorpora alterações do *Lack of Exchangeability* do IASB, afetando o CPC 02 (R2) e o CPC 37 (R1). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam o tratamento de moedas não conversíveis, exigindo que a conversibilidade seja avaliada na data de mensuração. Se a moeda não for conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio que reflita as condições de mercado, utilizando a taxa que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa em caso de múltiplas taxas. Além disso, enfatiza a necessidade de divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários entendam os impactos financeiros e riscos associados. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 10/NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28/ NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. A atualização do CPC 18 permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensurar investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis sem gerar impactos materiais. A ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às normas atuais, pois não tinha correspondência direta com as normas do IASB e estava desatualizada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis - em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027 com aplicação retrospectiva a da adoção antecipada não é permitida no Brasil

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), introduzindo novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado. As entidades devem classificar receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, o IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) foi alterado para modificar o cálculo dos fluxos de caixa e remover a opcionalidade na classificação de dividendos e juros.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis adotem requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, uma entidade não pode ter instrumentos patrimoniais negociados publicamente e deve ser uma controlada conforme o IFRS 10 (CPC 36 (R3)), não ter responsabilidade pública e ter uma controladora que prepare demonstrações contábeis consolidadas compatíveis com os padrões IFRS, disponíveis ao público.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (LC), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (IVA dual) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa (a)	2.777	2.422	6.709	5.251
Bancos	6.779	15.786	7.348	19.993
Aplicações financeiras (b)	4.550	41.407	8.627	45.611
Total	14.106	59.615	22.684	70.855

(a) Refere-se aos numerários em espécie e cheques.

(b) As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações financeiras estão remuneradas em percentuais médios de 80% a 100% do CDI, vide Nota Explicativa nº 34.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Carteira própria de clientes	92.772	132.760	202.705	313.251
Financiamento ao consumidor (a)	28.365	55.090	39.818	106.846
Serviços prestados a receber (b)	14.236	55.406	20.451	125.600
Administradoras de cartões de crédito (c)	5.338	35.486	14.750	50.454
Administradoras de cartões de débito	162	1.235	175	1.741
Transações entre partes relacionadas - (g)	170.329	286.415	-	-
Vendas com intermediação de financeiras	277	507	344	1.176
Verbas de publicidade a receber (f)	11.830	27.484	12.251	28.002
Vendas em marketplace (e)	-	57	-	57
Total de contas a receber de clientes	323.309	594.440	290.494	627.127

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
(-) Ajuste a valor presente	(2.181)	(5.458)	(4.276)	(11.094)
(-) Provisão para perdas esperada de créditos (d)	(12.606)	(2.178)	(22.103)	(3.252)
Total (h)	308.522	586.804	264.115	612.781
Circulante	304.809	574.435	257.546	590.399
Não circulante	3.713	12.369	6.569	22.382

(a) Corresponde aos financiamentos de Crédito Direto ao Consumidor por Interveniência (CDCI) que podem ser parcelados até 24 meses, o prazo médio é de 13 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações.

(b) Referem-se à comissão sobre intermediação de vendas de mercadorias de parceiros (e-commerce), serviços (seguros, garantias, recargas, ativações de linhas telefônicas, cursos on-line e antivírus) e produtos financeiros (CDC/CDCI e empréstimo pessoal).

(c) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até 12 meses e estão líquidas da taxa de Administração. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dado em garantia do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) corresponde ao montante de R\$ 25.034 (Em 2023 R\$ 28.041), sendo calculado pelo percentual de 20% do saldo devedor.

(d) O valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa considera a análise efetuada pela Administração quanto à perda da carteira de clientes prestamistas, cheques a depositar e verbas cooperadas dos últimos exercícios. (Vide Nota Explicativa nº 4.9).

(e) Referem-se ao comissionamento das vendas de terceiros (marketplace) realizadas pelo canal digital.

(f) Referem-se a bonificações de produtos negociado com a indústria, e que serão recebidos no prazo acordado, decorrentes do sellout, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos veículos de comunicações vinculados em propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

(g) Referem-se às vendas intercompany realizadas da controladora para a controlada. (Vide Nota Explicativa nº 23).

(h) Em 31 de dezembro de 2024, os montante de R\$ 119.919 no individual e R\$ 244.081 no consolidado estão mensurados ao VJORA (Em 2023 R\$ 216.454 no individual e R\$ 473.428 no consolidado). (Vide Nota Explicativa nº 34).

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	(2.236)	(4.013)
Adições	(1.034)	(1.534)
Baixas/reversão	1.150	2.353
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(2.120)	(3.194)
Adições	(10.486)	(18.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (i)	(12.606)	(22.103)

(i) A análise de risco de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 34.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo a vencer	261.503	533.397	147.100	476.515
Valores vencidos				
Até 30 dias	5.287	9.210	10.129	22.503
31 a 90 dias	9.452	15.949	19.597	39.747
91 a 180 dias	15.470	21.291	35.021	53.282
181 a 240 dias	11.677	10.123	28.267	24.814
Acima de 240 dias	19.920	4.470	50.380	10.266
Total vencidos	61.806	61.043	143.394	150.612
Total	323.309	594.440	290.494	627.127

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercadorias para revenda	20.907	67.114	30.117	111.589
Mercadorias em poder de terceiros	-	332	-	558
Mercadorias em trânsito	1.606	3.044	2.062	3.586
Almoxarifado	635	764	805	1.117
(-) Provisão para perda de estoques	(724)	(581)	(1.009)	(751)
(-) Ajuste a valor presente	(628)	(670)	(1.166)	(1.119)
Total	21.796	70.003	30.809	114.980

A composição da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora			
	2023	Adições	Baixas	2024
(-) Provisão para perda de estoques	(530)	-	494	(36)
(-) Provisão giro lento	(51)	(637)	-	(688)
Total	(581)	(637)	494	(724)

	Consolidado			
	2023	Adições	Baixas	2024
(-) Provisão para perda de estoques	(700)	(105)	484	(321)
(-) Provisão giro lento	(51)	(637)	-	(688)
Total	(751)	(742)	484	(1.009)

	Controladora			
	2022	Adições	Baixas	2023
(-) Provisão para perda de estoques	(530)	-	-	(530)
(-) Provisão giro lento	(51)	-	-	(51)
Total	(581)	-	-	(581)

	Consolidado			
	2022	Adições	Baixas	2023
(-) Provisão para perda de estoques	(866)	-	166	(700)
(-) Provisão giro lento	(51)	-	-	(51)
Total	(917)	-	166	(751)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Tributos a recuperar

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	2024	2023	2024	2023
IRRF	-	-	29.403	28.624
ICMS (a)	641	4.907	-	15.478
PIS/Cofins (b)	-	1.161	220.211	87.596
Outros	-	341	-	-
Total	641	6.409	249.614	131.698

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2024	2023	2024	2023
IRRF	-	-	37.150	35.517
ICMS (a)	1.768	9.875	20.509	35.950
PIS/Cofins (b)	-	1.161	235.480	103.635
Outros	-	935	-	-
Total	1.768	11.971	293.139	175.102

(a) Refere-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos serão realizados através de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza com o Estado de origem do crédito.

(b) Referem-se a créditos oriundos do processo de suspensão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, com base na decisão favorável do Supremo Tribunal Federal - STF no RE nº 574.706 com Repercussão Geral (Julgamento Plenário 15 de março de 2017). Em novembro de 2018, o processo da controladora Novo Mundo S.A. transitou em julgado e adicionalmente foi formalizado o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 27 de fevereiro de 2019, a controlada Novo Mundo Amazônia S.A., também obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado, de processo sobre o mesmo tema e também habilitou o crédito na Receita Federal do Brasil - RFB. A mensuração dos créditos relacionados a estes processos foi apurada com apoio de assessores legais e tributários, e o direito da Companhia à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins sem qualquer restrição, uma vez que as decisões que transitaram em julgado garantem que todo o ICMS exigido da Companhia deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, não importando a modalidade de cobrança de acordo com os seus assessores jurídicos.

Movimentação do crédito de ICMS

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.713	43.134
Adição	3.464	14.351
Compensação	(4.792)	(11.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.385	45.825
Adição	7.710	20.033
Estorno	(17.969)	(40.279)
Compensação	(9.485)	(3.302)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	641	22.277

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do crédito de PIS e COFINS

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	108.724	138.024
Adição	-	1.413
Estorno	(10.235)	(22.519)
Compensação	(15.144)	(18.894)
Atualização	5.412	6.772
Saldos em 31 de dezembro de 2023	88.757	104.796
Adição	185.125	197.135
Estorno	(44.949)	(56.958)
Compensação	(11.599)	(12.760)
Atualização	2.877	3.267
Saldos em 31 de dezembro de 2024	220.211	235.480

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	15.447	7.693	15.676	10.692
Adiantamentos a funcionários	2.598	2.411	3.336	4.697
Sinistros a receber	-	-	-	4.436
Seguros a apropriar	4.331	4.446	4.331	4.446
Repasse de financeiras	453	7.133	719	6.433
Serviços compartilhados	1.515	1.138	4.098	1.138
Outros créditos	6.331	697	4.523	1.165
Total	30.675	23.518	32.683	33.007

12. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fiscais (a)	-	9.859	-	9.937
Trabalhistas	8.488	6.211	10.035	7.467
Cíveis	5.399	3.200	7.290	4.436
Garantias em juízo	4.013	3.138	4.463	3.474
Total	17.900	22.408	21.788	25.314

(a) No dia 24 de fevereiro de 2021, foi reconhecida a repercussão geral do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), o qual deu provimento à inconstitucionalidade do recolhimento do DIFAL após a Emenda Constitucional nº 87/2015, sob a argumentação da inexistência de Lei Complementar disciplinadora da matéria. A Companhia e sua controlada haviam impetrado Mandados de Segurança justamente contestando o recolhimento do DIFAL em alguns estados da federação, realizando depósitos judiciais para os valores contestados, sendo que o primeiro depósito ocorreu em 15 de março de 2021.

Tendo em vista a decisão em sede de repercussão geral do tema e discussões realizadas com seus assessores jurídicos no decorrer do mês de dezembro de 2021, a Companhia não fez a reversão dos passivos constituídos na data base dessas informações, à luz da norma NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimento em participações societárias

Representados por investimentos em sociedade controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial, deduzido dos efeitos de eliminação dos lucros não realizados nos estoques da controlada.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimento em controladas apresenta a seguinte composição:

Controladora - 31/12/2024						
Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro ou (prejuízo)	Saldo do investimento		
				(Provisão sobre controladas)	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes
Novo Mundo Amazônia S.A. (*)	77,54%	(89.906)	(244.828)	(68.932)	(190.983)	3.679

Controladora - 31/12/2023						
Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro ou (prejuízo)	Saldo do investimento	Resultado de equivalência patrimonial	
					Outros resultados abrangentes	
Novo Mundo Amazônia S.A. (*)	77,54%	150.178	(12.746)	118.372	(8.040)	5.243

Movimentação do investimento:

		Novo Mundo Amazônia
		Custo
Saldos em 31 de dezembro de 2022		114.595
Resultado de equivalência patrimonial		(8.040)
Diluição de participação societária		2.622
Outros resultados abrangentes		5.243
Efeito do lucro não realizado nos estoques		3.952
Saldos em 31 de dezembro de 2023		118.372
Resultado de equivalência patrimonial		(190.983)
Outros resultados abrangentes		3.679
Saldos em 31 de dezembro de 2024		(68.932)

(*) Inclui o efeito de lucro não realizado no estoque na controlada no montante de R\$ 781 (Em 2023 R\$ 1.924), com efeito líquido no resultado no montante de R\$ 1.143 (Em 2023 R\$ 1.924).

O quadro com a composição do capital social e os saldos da controlada estão demonstrados a seguir:

	Quantidade de ações	
	2024	2023
Novo Mundo S.A.	229.509	229.509
Martins Ribeiro Participações Ltda.	66.431	66.431
Carlos Luciano Martins Ribeiro	13	13
Ednara de Oliveira M. Braga e Silva	13	13
Patrícia Auxiliadora de O. M. Sepúlveda	13	13
Total	295.979	295.979

	2024	2023
Ativo circulante	161.483	534.791
Ativo não circulante	104.819	199.061
Total do ativo	266.302	733.852
Passivo circulante	288.458	487.384
Passivo não circulante	67.750	96.290
Patrimônio líquido	(89.906)	150.178
Total do passivo e patrimônio líquido	266.302	733.852

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(244.828)	(12.746)
Resultado abrangente	4.745	6.762

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía outros investimentos de longo prazo nos montantes de R\$ 20.873 no individual e R\$ 21.409 no consolidado (Em 2023 R\$ 2.258 no individual e R\$ 2.260 no consolidado), sendo: conta capital do Banco Sicoob no valor de R\$ 140 (Em 2023 R\$ 2.230), fundo de investimento do Banco Safra S.A. no valor de R\$ 38 (Em 2023 R\$ 28), e aplicação financeira (CDB DI) no Banco Itaú no valor de R\$ 20.695 a qual está vinculada em garantia à remuneração e aos encargos moratórios e todos os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação ao CRI administrados pela securitizadora Opea Securitizadora S.A.

14. Ativos mantidos para venda

Controladora	2023	Adições	Transferência	2024
Terrenos (a)	-	40.000	-	40.000
Edificações (a)	-	11.759	46.635	58.394
Total	-	51.759	46.635	98.394

(a) Em 31 de julho de 2024, foi deliberado a Ata de Assembleia Extraordinária onde os acionistas autorizam a acionista Martins Ribeiro Participações Ltda. ("MRP"), o aporte de R\$ 51.759 referente ao imóvel Centro de Distribuição CD 515, situado na Alameda das Sibipirunas, esquina com a Alameda dos Flamboyants, no loteamento Sítio de Recreio Mansões Bernardo Sayão, Goiânia, Goiás. O imóvel foi registrado na rubrica de Ativos mantidos para venda devido a intenção de venda. Em contrapartida, o saldo de R\$ 46.635 referente a benfeitorias em imóveis de terceiros registradas no ativo imobilizado foram transferidas para edificações na rubrica de ativos mantidos para venda. A Companhia possui intenção de venda onde os esforços para a venda já se iniciaram e a venda deve ocorrer em 2025.

15. Imobilizado

	Controladora				Taxa de depreciação ao ano
	2024		2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Total	
Terrenos	795	-	795	795	-
Edificações	651	(402)	249	275	4%
Equipamentos de informática	21.305	(18.556)	2.749	2.876	20%
Instalações	21.368	(20.170)	1.198	1.844	10%
Móveis e utensílios	12.474	(8.925)	3.549	2.748	10%
Máquinas e equipamentos industriais	3.129	(2.163)	966	1.006	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros (b)	76.844	(50.116)	26.728	74.084	10%
Veículos	7.567	(6.266)	1.301	1.734	20%
Imobilizado em transferência	52	-	52	403	-
Construções em andamento (a)	-	-	-	10.788	-
Total	144.185	(106.598)	37.587	96.553	

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				Taxa de depreciação ao ano	
	2024		2023			
	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Total		
Terrenos	7.397	-	-	7.397	7.397	-
Edificações	651	(402)	-	249	275	4%
Equipamentos de informática	25.057	(21.374)	-	3.683	4.032	20%
Instalações	27.839	(24.451)	(633)	2.755	4.964	10%
Móveis e utensílios	18.330	(12.154)	(758)	5.418	6.137	10%
Máquinas e equipamentos industriais	3.873	(2.788)	-	1.085	1.351	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros (b)	121.058	(80.343)	-	40.715	93.238	10%
Veículos	8.338	(6.894)	(8)	1.436	1.925	20%
Imobilizado em transferência	1.718	-	-	1.718	2.408	-
Construções em andamento (a)	-	-	-	-	14.375	-
Total	214.261	(148.406)	(1.399)	64.456	136.102	

A Companhia não possui itens do ativo imobilizado em garantia.

Não houve alteração das taxas adotadas para cálculo da depreciação do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em relação ao ano anterior.

A Companhia atualizou suas projeções financeiras nos exercícios apresentados e foram identificados elementos internos e externos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos específicos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação. Em 31 de dezembro de 2024, a investida Novo Mundo Amazônia S.A. reconheceu no resultado o saldo de R\$ 1.399 em decorrência de estimativas por perdas ao valor recuperável de seus ativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado está apresentada como segue:

	Controladora			
	2023	Adições	Transferência	Baixas
Terrenos	795	-	-	-
Edificações	275	-	-	-
Equipamentos de informática	2.876	41	1.345	(44)
Instalações	1.844	-	326	(89)
Móveis e utensílios	2.748	3.321	(1.986)	(93)
Máquinas e equipamentos	1.006	-	315	(46)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (b)	74.084	-	(30.997)	(8155)
Veículos	1.734	-	-	-
Imobilizado em transferência	403	4	-	(55)
Materiais de construção (a)	10.788	4.850	(15.638)	-
Total	96.553	8.216	(46.635)	(9.332)

	Consolidado				
	2023	Adições	Transf.	Baixas	Depreciação
Terrenos	7.397	-	-	-	-
Edificações	275	-	-	-	(26)
Equipamentos de informática	4.032	112	1.865	(843)	(1.483)
Instalações	4.964	1	602	(1.103)	(1.076)
Móveis e utensílios	6.137	5.032	(2.782)	(1.433)	(778)
Máquinas e equipamentos industriais	1.351	5	315	(333)	(253)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (b)	93.238	-	(25.887)	(16.319)	(10.317)
Veículos	1.925	-	-	-	(481)
Imobilizado em transferência	2.408	1.517	-	(2.207)	-
Construções em andamento	14.375	6.428	(20.748)	(55)	-
Total	136.102	13.095	(46.635)	(22.293)	(14.414)

(a) Referem-se a custos com construção e instalações em reformas e/ou abertura de novas lojas e que serão integrados ao custo do ativo das obras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Em 31 de dezembro de 2024 a controladora transferiu para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros o montante de R\$ 38.876 (trinta e oito mil e setecientos e setenta e seis reais) referente à conclusão das obras/reformas das filiais que estavam em andamento. A depreciação em benfeitorias em imóveis de terceiros é realizada com base no valor de arrendamento das respectivas lojas. A controladora transferiu para a rubrica ativos mantidos para venda o montante de R\$ 46.695 (quarenta e seis mil e seiscentos e noventa e cinco reais) referente ao imóvel Centro de Distribuição CD 515 localizado Goiânia-GO.

	Controladora			
	2022	Adições	Transferência	Baixas
Terrenos	795	-	-	-
Edificações	301	-	-	-
Equipamentos de informática	4.004	357	-	(135)
Instalações	2.681	-	-	-
Móveis e utensílios	2.726	418	-	(10)
Máquinas e equipamentos	1.262	9	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros (b)	43.999	-	38.876	-
Veículos	2.242	70	-	(144)
Imobilizado em transferência	857	15	-	(469)
Materiais de construção (a)	37.491	12.205	(38.876)	(32)
Total	96.358	13.074	-	(790)

	Consolidado			
	2022	Adições	Transferência	Baixas
Terrenos	7.397	-	-	-
Edificações	301	-	-	-
Equipamentos de informática	5.015	1.273	-	(400)
Instalações	6.119	948	-	(412)
Móveis e utensílios	6.022	1.525	-	(358)
Máquinas e equipamentos	1.689	172	-	(105)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (b)	67.085	3.156	38.876	(2.745)
Veículos	2.406	32	-	(32)
Imobilizado em transferência	1816	4.646	-	(4.054)
Materiais de construção (a)	38.892	14.391	(38.876)	(32)
Total	136.742	26.143	-	(8.138)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível

	Controladora			
	2024			2023
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Cessão de direitos (a)	-	-	-	465
Programas de computação	11.830	(10.268)	1.562	1.978
Implantação de software (b)	30.533	-	30.533	30.313
Total	42.363	(10.268)	32.095	32.756

	Consolidado			
	2024			2023
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Cessão de direitos (a)	-	-	-	14.786
Programas de computação	12.815	(11.253)	1.562	1.978
Implantação de software (b)	30.533	-	30.533	30.313
Total	43.348	(11.253)	32.095	47.077

A composição do intangível está apresentada como segue:

	Controladora				
	2023	Adições	Baixas	Amortização	2024
Cessão de direitos (a)	465	-	(400)	(65)	-
Programas de computação	1.978	-	-	(416)	1.562
Implantação de software (b)	30.313	220	-	-	30.533
Total	32.756	220	(400)	(481)	32.095

	Consolidado				
	2023	Adições	Baixas	Amortização	2024
Cessão de direitos (a)	14.786	-	(11.870)	(2.916)	-
Programas de computação	1.978	-	-	(416)	1.562
Implantação de software (b)	30.313	220	-	-	30.533
Total	47.077	220	(11.870)	(3.332)	32.095

	Controladora				
	2022	Adições	Baixas	Amortização	2023
Cessão de direitos (a)	531	-	-	(66)	465
Programas de computação	2.468	-	-	(490)	1.978
Implantação de software (b)	20.542	9.771	-	-	30.313
Total	23.541	9.771	-	(556)	32.756

	Consolidado				
	2022	Adições	Baixas	Amortização	2023
Cessão de direitos (a)	18.068	-	-	(3.282)	14.786
Programas de computação	2.469	-	-	(491)	1.978
Implantação de software (b)	20.542	9.771	-	-	30.313
Total	41.079	9.771	-	(3.773)	47.077

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Refere-se aos recursos pagos para direito de utilização de lojas e estão sendo amortizados conforme o prazo dos contratos de aluguéis. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia baixou no resultado o saldo de R\$ 400 no individual e R\$ 11.870 em decorrência ao fechamento das lojas físicas onde havia contratos para direito de exploração de comércio naqueles locais.

(b) Refere-se aos gastos com aquisição e implementação software da SAP. Em 31 de dezembro de 2024 foram gastos R\$ 220 (Em 2023 R\$ 9.771). Os valores contabilizados correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento do projeto SAP, apurados com base em apontamento de horas dos colaboradores alocados no projeto e aos consultores externos que estão no projeto. A amortização será realizada a partir do momento em que o ativo intangível estiver disponível para uso e o prazo médio será de acordo com o período esperado pelo retorno financeiro do referido projeto. Assim que o projeto for concluído a amortização do software desenvolvido para uso interno será registrada em despesas gerais e administrativas.

17. Arrendamentos

A movimentação de saldos do direito de uso e passivo de arrendamento está como segue:

Controladora

	Ativos de direito de uso	Passivo de arrendamento a pagar
Saldo em 31/12/2022	130.864	(133.456)
Adição/ Remensuração de contratos	20.382	(20.382)
Juros sobre arrendamentos	-	(11.195)
Depreciação do direito de uso	(27.611)	-
Pagamento de arrendamento	-	22.774
Saldo em 31/12/2023	123.635	(142.259)
Circulante	-	(33.628)
Não circulante	123.635	(108.631)

	Ativos de direito de uso	Passivo de arrendamento a pagar
Saldo em 31/12/2023	123.635	(142.259)
Adição/ Remensuração de contratos	(9.640)	9.640
Baixas	(38.607)	49.973
Juros sobre arrendamentos	-	(11.364)
Depreciação do direito de uso	(18.837)	-
Pagamento de arrendamento	-	27.969
Saldo em 31/12/2024	56.551	(66.041)
Circulante	-	(15.172)
Não circulante	56.551	(50.869)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Ativos de direito de uso	Passivo de arrendamento a pagar
Saldo em 31/12/2022	231.533	(234.114)
Adição/ Remensuração de contratos	23.332	(23.110)
Juros sobre arrendamentos	-	(18.444)
Depreciação do direito de uso	(43.926)	-
Pagamento de arrendamento	-	37.426
Saldo em 31/12/2023	210.939	(238.242)
Circulante	-	(55.744)
Não circulante	210.939	(182.498)

	Ativos de direito de uso	Passivo de arrendamento a pagar
Saldo em 31/12/2023	210.939	(238.242)
Adição/ Remensuração de contratos	(19.009)	19.009
Baixas	(81.451)	96.533
Juros sobre arrendamentos	-	(18.317)
Depreciação do direito de uso	(28.083)	-
Pagamento de arrendamento	-	42.870
Saldo em 31/12/2024	82.396	(98.147)
Circulante	-	(20.603)
Não circulante	82.396	(77.544)

Cronograma de pagamentos

Os vencimentos dos passivos de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2025		23.632		38.526
2026	13.509	21.276	18.072	34.854
2027	10.326	17.096	14.100	28.245
2028	8.044	14.089	11.534	22.634
2029	6.145	12.620	9.970	20.748
2030	6.035	13.209	10.410	21.249
2031 em diante	6.810	6.709	13.458	16.242
Total	50.869	108.631	77.544	182.498

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores	186.647	122.895	225.445	186.617
Fornecedores partes relacionadas (Nota Explicativa nº 24)	29.631	21.434	14.102	8.200
(-) Ajuste a valor presente	(105)	(1.514)	(117)	(2.110)
Saldo final	216.173	142.815	239.430	192.707

As contas a pagar aos fornecedores são registradas ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços".

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Fornecedores convênio

A Companhia, em consonância com as alterações da NBC TG 03 (R2) e NBC TG 40 (R1) que esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores, apresenta de forma segregada dos saldos de fornecedores os valores relacionados às operações de cessão de créditos (risco sacado), apesar de manter a essência de uma transação mercantil.

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores de mercadorias a operação de antecipação de créditos em que a Companhia é a devedora. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de seus títulos para o banco em troca do recebimento antecipado e o banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras e FIDC's.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores convênio (a)	19.441	71.517	19.441	79.068
Saldo final	19.441	71.517	19.441	79.068

(a) Em 05 de maio de 2024, a controladora celebrou junto ao banco Daycoval o convênio de antecipação a fornecedores e aquisição de créditos no valor de R\$ 17.744 com taxa de DI+7,8275%a.a. com vencimento em 05 de setembro de 2029. Em 31 de dezembro de 2024, os custos financeiros dessas operações ficaram entre 1,90% a.m. e 2,30% a.m. (Em 2023 de 1,08% a.m. a 2,75% a.m.). Os custos financeiros dessa operação são pagos em uma única parcela e apropriados no resultado financeiro de acordo com o prazo de cada negociação. (Nota explicativa nº 32).

A movimentação de saldos de fornecedores convênio está como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	21.984	27.434
Adições	78.075	86.356
Pagamentos	(28.542)	(34.722)
Total dos recursos (pagamentos)	(49.533)	(51.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	71.517	79.068
Saldo inicial	71.517	79.068
Adições	26.136	26.136
Pagamentos	(78.212)	(85.763)
Total dos recursos (pagamentos)	(52.076)	(59.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.441	19.441

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
CDCI (a)	R\$	87.003	109.698	103.449	164.658
Nota comercial (c)	R\$	125.127	134.000	125.127	134.000
Empréstimos em moeda nacional (b)	R\$	247.639	168.770	256.299	178.355
(-) Custos a amortizar (d)	R\$	(9.314)	(13.155)	(9.314)	(13.540)
Saldo final		450.455	399.313	475.561	463.473
Circulante		348.910	176.632	368.474	232.114
Não circulante		101.545	222.681	107.087	231.359

(a) As operações de CDCI correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo de clientes por intermédio de uma instituição financeira (vide Nota Explicativa nº 8). As taxas são prefixadas a cada operação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2024, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 1,95% a.m. (Em 2023 1,80% a.m.) e sendo o último vencimento em 16 de julho de 2025.

(b) Em 28 de junho de 2024, a controladora celebrou junto ao Banco Bradesco a cédula de crédito bancário no valor de R\$ 55.000 com taxa de CDI+ 6,0006% a.a. com vencimento em 30 de setembro de 2024. Em 2024, a taxa média de juros dos contratos de empréstimos em vigência é de aproximadamente CDI + 6,43% a.a. (Em 2023 CDI + 5,71% a.a.) e sendo o último vencimento em 21 de junho de 2029 na controladora e 05 de novembro de 2026 na controlada. Os empréstimos contratados possuem como finalidade capital de giro.

(c) Em 15 de junho de 2022, a Novo Mundo S.A. celebrou o Termo da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em duas séries, para colocação privada, sendo o valor da emissão de R\$ 134.000 com taxa de IPCA+ 8,77% a.a. com vencimento em 17 de junho de 2030. Para tal instrumento, como forma de proteção da taxa de juros, a Companhia contratou um “swap” para troca da taxa por CDI + 3,21% a.a. de 27 de junho de 2022 até 15 de junho de 2026 e IPCA capitalizado + 5% a.a. de 15 de junho de 2026 a 16 de junho de 2028, conforme Nota Explicativa nº 20.

(d) Refere-se os gastos incrementais atribuíveis à captação de recursos no mercado, de acordo com a NBC TG 08. O valor de despesas financeiras de juros apresentados na demonstração de fluxo de caixa considera a despesa financeira apresentada na Nota Explicativa nº 31.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	350.600	447.883
Saldo inicial	350.600	447.883
Captação	366.573	591.270
Pagamento de principal	(312.781)	(572.520)
Pagamento de juros	(32.451)	(29.748)
Juros provisionados	27.372	26.588
Saldos em 31 de dezembro de 2023	399.313	463.473
Saldo inicial	399.313	463.473
Captação	277.096	334.443
Pagamento de principal	(241.710)	(339.104)
Pagamento de juros	(22.514)	(23.374)
Juros provisionados	38.270	40.123
Saldos em 31 de dezembro de 2024	450.455	475.561

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de pagamentos:

Os vencimentos do passivo não circulante têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2025	-	85.776	-	91.466
2026	28.809	65.423	34.351	68.411
2027	20.855	49.867	20.855	49.867
Após 2028	51.881	21.615	51.881	21.615
Total	101.545	222.681	107.087	231.359

Garantias

O Certificado de recebíveis imobiliários – CRI está garantido por recebíveis de cartões de crédito no volume de 20% (por cento) do saldo devedor. (Vide Nota Explicativa nº 8 (c)).

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A Controladora Novo Mundo S.A. detém um empréstimo bancário no montante de R\$ 125.172 em 31 de dezembro de 2024 (Em 2023 R\$ 140.205), que, de acordo com os termos do contrato, será pago até o vencimento 17 de junho de 2030. Contudo, o contrato contém cláusulas contratuais restritivas (covenants) que estabelecem a recompra compulsória automática e não automática das Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI). As cláusulas de recompra automática compreendem, principalmente: inadimplência e descumprimento das obrigações pecuniárias relativa às Notas Comerciais Escriturais não sanado em até 2 (dois) dias úteis da respectiva data de vencimento, ocorrência de extinção, dissolução ou liquidação da Controladora e dos avalistas pessoas jurídicas.

A não observância, pela Controladora, do seguinte índice e limite financeiros (Dívida Líquida^(*)/EBITDA menor ou igual a 3,00 durante o exercício de 2022; menor ou igual a 2,75 durante o exercício de 2023; e menor ou igual a 2,50 a partir do exercício de 2024 até a data 17 de junho de 2030), conforme calculados anualmente pela Controladora e verificado pela Securitizadora a partir da data de emissão, em até 20 (vinte) dias contados do recebimento das demonstrações contábeis anuais consolidadas da Controladora, bem como da memória de cálculo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas previstas em seus empréstimos e financiamentos. Desta forma, os valores foram reclassificados para passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

(*) Dívida líquida: significa o montante de “Dívida” deduzido do sando em “Caixa”, “Aplicações Financeiras”, e “Contas a Receber de Cartões de Crédito”. Para fins de apuração, a dívida será o somatório das rubricas no balanço patrimonial (passivo circulante e não circulante) de empréstimos e financiamentos excluído os saldos as operações de CDCI. Não se considera dívida para cálculo do EBITDA, os saldos acumulados na conta de fornecedores, bem como os arrendamentos relacionados a contratos de aluguéis.

21. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos “swap”, utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado (inclusive de taxa de juros e outros riscos de preço), o risco de crédito e o risco de liquidez.

Para a operação do CRI, o instrumento financeiro derivativo “swap” possui como finalidade a troca da taxa de juros por CDI + 3,21% a.a. de 27 de junho de 2022 até 15 de junho de 2026 e IPCA capitalizado + 5% a.a. de 15 de junho de 2026 a 16 de junho de 2028.

O contrato de swap com o banco Itaú Unibanco S.A. possui condições de troca de juros PRE + 10,53% a.a. por CDI + 5,10% a.a. com vencimento em 05 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São contabilizados ao valor justo deste instrumento classificado no nível 2, utilizando curvas de taxas de juros e spread prontamente observáveis no mercado, em 31 de dezembro de 2024 o valor justo foi de R\$ 6.266. (Em 2023 R\$ 2.384). As valorizações ou desvalorizações são reconhecidos na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

Posição de Swap em 31 de dezembro de 2024							
Contraparte	Objeto da Proteção	Início	Vencimento	Tipo de ativo	Valor base da operação (BRL)	Valor justo no balanço	Ajuste MtM
Banco Santander (Brasil) S.A.	IPCA	27/06/2022	16/06/2028	CDI	112.530	(5.331)	(5.331)
Banco Santander (Brasil) S.A.	IPCA	27/06/2022	16/06/2028	CDI	112.530	(935)	(935)
Saldo final							(6.266)

Posição de Swaps em 31 de dezembro de 2023							
Contraparte	Objeto da Proteção	Início	Vencimento	Tipo de ativo	Valor base da operação (BRL)	Valor justo no balanço	Ajuste MtM
Banco Santander (Brasil) S.A.	IPCA	27/06/2022	16/06/2028	CDI	112.530	(2.466)	(2.466)
Banco Santander (Brasil) S.A.	IPCA	27/06/2022	16/06/2028	CDI	112.530	4.390	4.390
Itaú Unibanco S.A.	CDI	26/11/2020	05/12/2024	PRE	10.000	460	460
Saldo final							2.384

22. Obrigações tributárias

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	2024	2023	2024	2023
Estaduais				
ICMS	30.584	20.400	-	-
Parcelamentos de ICMS (a)	23.522	7.721	18.761	2.721
Total dos impostos estaduais	54.106	28.121	18.761	2.721
Federais				
Pis e Cofins	1.379	3.562	-	-
IRRF	393	200	-	-
Total dos impostos federais	1.772	3.762	-	-
Municipais				
ISSQN	77	1.215	-	-
Parcelamentos de ISSQN	1.388	618	1.525	725
IPTU	1.166	835	-	-
Outros	106	-	-	-
Total dos impostos municipais	2.737	2.668	1.525	725
Total das obrigações tributárias	58.615	34.551	20.286	3.446

Valor: R\$ 100,00
 PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
 GOIÂNIA - 1ª UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
 Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2024	2023	2024	2023
Estaduais				
ICMS	39.662	28.705	-	-
Parcelamento ICMS (a)	30.061	15.566	42.697	9.219
Total dos impostos estaduais	69.723	44.271	42.697	9.219
Federais				
Cofins/PIS	5.816	5.541	-	-
Parcelamento Simplificado	3	194	1.324	1.001
IRRF	533	378	-	-
Outros	41	226	-	-
Total dos impostos federais	6.393	6.339	1.324	1.001
Municipais				
ISSQN	277	3.555	-	-
Parcelamentos de ISSQN	2.392	946	2.459	1.406
IPTU	1.353	967	-	-
Outros	120	-	-	-
Total dos impostos municipais	4.142	5.468	2.459	1.406
Total das obrigações tributárias	80.258	56.078	46.480	11.626

(a) Os parcelamentos correspondem a débitos tributários de 2023 e 2024, que foram parcelados de 5 a 180 parcelas mensais corrigidos pela Selic.

23. Outras obrigações

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	2024	2023	2024	2023
Bônus performance (a)	1.134	1.134	35.281	35.555
Pedidos de vendas a faturar	4.034	1.238	-	-
Seguradoras	2.366	1.115	-	-
Valores a repassar a parceiros (b)	8.151	7.909	-	-
Sub-rogação de títulos (c)	-	6.745	-	-
Aluguéis e condomínios (d)	8.184	4.673	-	-
Outras	9.205	7.782	-	190
Total	33.074	30.596	35.281	35.745

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2024	2023	2024	2023
Bônus performance (a)	1.134	1.134	35.281	35.555
Pedidos de vendas a faturar	4.702	2.196	-	-
Seguradoras	2.366	1.115	-	-
Valores a repassar a parceiros (b)	11.088	13.682	-	-
Sub-rogação de títulos (c)	-	19.387	-	-
Aluguéis e condomínios (d)	13.963	7.323	-	-
Outras	11.278	9.838	-	191
Total	44.531	54.675	35.281	35.746

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Em 08 de maio de 2019, a Companhia celebrou contrato de representação com a seguradora Generali Brasil Seguros S.A. com vigência até 15 (quinze) anos. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a prestação de serviços de representação de seguros pela Companhia à Seguradora, com o objetivo de divulgar e comercializar os produtos da seguradora, de acordo com as condições e disposições previstas no contrato. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de representação, que renegociou e consolidou o contrato anteriormente celebrado em 08 de maio de 2019. O aditivo tem por objeto retificar a alocação dos adiantamentos pagos a Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 275 (Em 2023 R\$ 927) referente ao atingimento de meta.

Nota Explicativa nº 32.

(b) Referem-se a valores a serem repassados decorrentes da venda de seguros de bens, garantias estendidas, entre outras modalidades, intermediados pela Companhia.

(c) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a recompra de títulos no montante R\$ 6.745 na controladora R\$ 19.387 no consolidado junto ao Banco Seara sendo incorporados no saldo de carteira própria de clientes registrados no contas a receber. Os ganhos ou perdas com esta operação são reconhecidos na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

(d) Referem-se a valores vinculados a gastos com locação de bens de curta duração, e pagamentos variáveis, não estando qualificáveis ao escopo da NBC TG 06 (R2) – Arrendamentos.

24. Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber com controlada				
Novo Mundo Amazônia S.A. (Nota Explicativa nº 8)	170.329	286.415	-	-
Total	170.329	286.415	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Martins Ribeiro Participações Ltda.	-	-	-	30.343
Total	-	-	-	30.343
Fornecedor coligada				
Novo Mundo Amazônia S.A. (Nota Explicativa nº 18)	-	-	18.294	14.029
Montreal Mont. de Móveis Eletrod. Ltda. (Nota Explicativa nº 18)	-	-	11.337	7.405
Total	-	-	29.631	21.434
Mútuos com coligadas e controlada				
Montreal Mont. de Móveis Eletrod. Ltda. (b)	1.101	-	-	3.192
Novo Mundo Amazônia S.A.	-	-	-	148.951
Total	1.101	-	-	152.143
Quotistas (a)	-	1.673	7.113	2.890
Martins Ribeiro Participações Ltda. (a)	-	-	65.066	24.836
Total	-	1.673	72.179	27.726
Total de partes relacionadas	171.430	288.088	101.810	231.646

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Martins Ribeiro Participações Ltda.	-	-	-	30.343
Total	-	-	-	30.343
Fornecedor coligada				
Montreal Mont. de Móveis Eletrod. Ltda. (Nota Explicativa nº18)	-	-	14.102	8.200
Total		-	14.102	8.200
Mútuos com coligadas e controlada				
Montreal Mont. de Móveis Eletrod. Ltda. (b)	1.101	-	-	3.192
Total	1.101	-	-	3.192
Martins Ribeiro Participações Ltda. (a)	-	-	73.160	24.836
Quotistas (a)	-	3.233	7.113	2.890
Total	-	3.233	80.273	27.726
Total de partes relacionadas	1.101	3.233	94.375	69.461

(a) Refere-se a contratos de mútuos com partes relacionadas classificados no passivo não circulante sem incidência de encargos financeiros com vencimento em 31 de dezembro de 2028. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu o ajuste a valor presente destes contratos de mútuos no montante de R\$ 28.447 (Em 2023 R\$ 31.953) com contrapartida no resultado na rubrica de "Receitas financeiras" (Nota Explicativa nº 32). A Companhia utilizou a taxa de 16,42% a.a. que corresponde a taxa média ponderada do saldo devedor dos empréstimos e financiamentos vigentes (Em 2023 16,57% a.a.). O reconhecimento do ajuste a valor presente destes contratos resultou no reconhecimento do passivo fiscal diferido no montante de R\$ 9.672 (Em 2023 R\$ 10.864). (Nota Explicativa nº 33).

(b) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu no passivo circulante o montante de R\$ 3.192 referente aos contratos de mútuos com partes relacionadas que não possuem atualização e data de vencimento predeterminada.

Os saldos com partes relacionadas não possuem garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

b. Operações de vendas com controlada

	Controladora	
	Resultado	
	2024	2023
Lucro bruto de vendas – Novo Mundo Amazônia S.A.	5.975	10.366
Total	5.975	10.366

c. Arrendamentos com controlada

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Martins Ribeiro Participações Ltda.	3.496	11.524	3.571	11.956
Total das despesas com aluguéis	3.496	11.524	3.571	11.956

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Informações do controlador

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 25 o controlador da Companhia é a Martins Ribeiro Participações Ltda.

e. Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 2.890 (Em 2023 R\$ 4.617), incluindo salários, honorários e benefícios variáveis.

25. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos de ordem cível, fiscal e trabalhista, que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A avaliação do grau de risco das novas ações e a reavaliação de ações existentes são efetuadas pelos consultores jurídicos contratados, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

Probabilidade de perda provável

Natureza	Controladora			Consolidado				
	Saldo em 2023	Provisão	Reversão	Saldo em 2024	Saldo consolidado em 2023	Provisão	Reversão	Saldo consolidado em 2024
Cíveis (a)	652	4.978	-	5.630	698	5.121	-	5.819
Trabalhistas (b)	4.166	13.952	-	18.118	4.218	14.957	-	19.175
Previdenciário (c)	-	31.084	-	31.084	-	31.084	-	31.084
Total	4.818	50.014	-	54.832	4.916	51.162	-	56.078

Natureza	Controladora			Consolidado				
	Saldo em 2022	Provisão	Reversão	Saldo em 2023	Saldo consolidado em 2022	Provisão	Reversão	Saldo consolidado em 2023
Cíveis (a)	1.664	175	(1.187)	652	2.327	175	(1.804)	698
Trabalhistas (b)	4.302	85	(221)	4.166	4.468	87	(337)	4.218
Total	5.966	260	(1.408)	4.818	6.795	262	(2.141)	4.916

(a) A provisão para riscos cíveis de R\$ 5.630 na controladora e R\$ 5.819 no consolidado em 31 de dezembro de 2024 (Em 2023 R\$ 652 na controladora e R\$ 698 no consolidado), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

(b) Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas. O valor provisionado de R\$ 18.118 na controladora e R\$ 19.175 no consolidado (Em 2023 R\$ 4.166 na controladora e R\$ 4.218 no consolidado) reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

(c) Na esfera previdenciária, a Companhia é parte em processos envolvendo questionamentos acerca das compensações na GFIP referente a créditos de contribuição previdenciária na folha de pagamento sob discussão judicial. O valor provisionado de R\$ 31.084 na controladora em 31 de dezembro de 2024 reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

Probabilidade de perda possível

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributárias (a)	136.677	223.762	144.854	229.269
Trabalhistas (b)	3.634	11.230	6.647	13.208
Cíveis (c)	6.283	5.941	6.944	6.996
Total	146.594	240.933	158.445	249.473

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
GOIÂNIA - 1ª UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A Companhia foi citada como réu em ações de natureza tributária. Nossos assessores jurídicos apresentaram impugnações, as quais estão pendentes de julgamento, e avaliaram o risco de perda como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tais processos montam R\$ 136.677 na controladora e R\$ 144.854 no consolidado (Em 2023 R\$ 223.762 na controladora e R\$ 229.269 no consolidado). A maior parte desse montante compreende a processos em que a Receita Federal do Brasil questiona a falta do recolhimento da contribuição para PIS e da Cofins sobre reembolso de verba de propaganda, ao fator adicional gerador da Contribuição de Risco de Acidente do Trabalho (RAT) e ao Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), e a processos estaduais e distritais relativos a incentivos fiscais do ICMS e ao aproveitamento de créditos extemporâneos do mesmo tributo.

(b) Os processos de natureza trabalhista estão sob a responsabilidade de consultores jurídicos contratados e referem-se às ações movidas por ex-empregados, envolvendo cobrança de verbas salariais, entre outras.

(c) A natureza dos processos está relacionada substancialmente a ações indenizatórias decorrentes de defeitos de montagens de produtos, defeito de produto e garantia, danos morais e materiais e cobrança indevida, movidas por pessoas físicas. Em razão do número de processo e da própria natureza das causas, não existem processos de valores elevados que merecessem citação específica.

26. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia está representado por 384.665 ações (Em 2023 302.563 ações), no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, composto da seguinte forma:

	Quantidade de ações	
	2024	2023
Martins Ribeiro Participações Ltda.	365.651	283.549
Carlos Luciano Martins Ribeiro	6.338	6.338
Ednara de Oliveira M. Braga e Silva	6.338	6.338
Patrícia Auxiliadora de O. M. Sepúlveda	6.338	6.338
Total	384.665	302.563

Em 31 de julho de 2024 é assinado pelos sócios a ata de deliberação nº 08 onde a controladora Martins Ribeiro Participações Ltda. aportou o montante de R\$ 82.102 mediante emissão de 82.102 ações ordinárias nominativas ao preço de R\$ 1,00 cada. (Em 2023 R\$ 34.501 conforme ata de deliberação nº 04). O aporte de R\$ 82.102 na Novo Mundo S.A. está estruturado da seguinte forma: R\$ 30.343 referente a integralização do adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), ocorrido dentro do próprio exercício de 2024 e R\$ 51.759 referente ao imóvel Centro de Distribuição CD 515, situado na Alameda das Sibipirunas, esquina com a Alameda dos Flamboyants, no loteamento Sítio de Recreio Mansões Bernardo Sayão, Goiânia-GO. A transação não teve movimentação financeira e seus efeitos não impactaram na divulgação das demonstrações de fluxos de caixas individuais e consolidadas nas atividades de investimento e financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

b. Reserva de incentivo fiscal

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tem constituído o montante de R\$ 56.139 (Em 2023 R\$ 56.139) com reservas de incentivos fiscais mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais.

O saldo desta reserva é referente aos incentivos de subvenção para investimentos no âmbito do ICMS (Progedir, no Estado de Goiás e Empega-DF, no Distrito Federal).

	Controladora	
	2023	2024
Reserva de incentivo fiscal	56.139	56.139
Total	56.139	56.139

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia monitora todas as exigências para a obtenção desses incentivos, especialmente aos relacionados à comprovação de investimentos, bem como não distribui na forma de dividendo os valores deles decorrentes. Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas.

c. Transações com acionistas

Refere-se a aquisição da participação societária no capital social da Novo Mundo Amazônia S.A. que ocorreu mediante a compensação dos saldos a pagar e a receber da controlada. A transação não teve movimentação financeira e a diferença entre o valor compensado e a participação sobre o patrimônio líquido da investida foi registrada à rubrica de transações com acionistas.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tem registrado o montante de R\$ 3.408 (Em 2023 R\$ 11.478), relacionado a variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

No desconhecimento os valores registrados em ORA são reclassificados para o resultado integral ou parcialmente.

e. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

f. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício social, após a constituição das reservas societárias, no percentual mínimo de 5%. Em 2024 não houve a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios em virtude de ainda existirem saldos de subvenções fiscais de exercícios anteriores a serem constituídos como reserva de incentivos fiscais, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 26(b).

g. Lucro (prejuízo) por ação

Os cálculos dos lucros (prejuízos) por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Capital social da Novo Mundo S.A.	384.665	302.561	384.665	302.561
Média ponderada de ações	384.665	302.561	384.665	302.561
Prejuízo do exercício	(612.859)	(10.208)	(667.847)	(12.988)
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$):				
Controladores	(1,59)	(0,03)	(1,59)	(0,03)
Não controladores	-	-	(0,83)	(0,05)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Venda de mercadorias	446.911	741.503	570.785	1.033.590
Intermediação de vendas (garantias e serviços) (a)	308	77.160	(35.171)	156.189
Total - vendas	447.219	818.663	535.614	1.189.779
Devoluções e abatimentos de vendas	(22.472)	(33.166)	(29.206)	(44.751)
Impostos sobre faturamento de produtos e serviços	(73.519)	(163.592)	(74.487)	(226.395)
Subvenções governamentais (b)	9.778	40.679	10.117	45.064
Total - deduções	(86.213)	(156.079)	(93.576)	(226.082)
Receita operacional líquida	361.006	662.584	442.038	963.697

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu uma perda no resultado nos montantes de R\$ 37.452 no individual e R\$ 94.836 no consolidado em decorrência da reestruturação societária onde houve o encerramento de lojas físicas de baixa performance.

(b) A Companhia, no exercício regular de suas atividades, usufrui de uma série de benefícios fiscais de ICMS concedidos por alguns Estados da Federação. Considerando o conceito atribuído pela Lei Complementar 160/2017, estes benefícios se caracterizam como subvenção para investimentos e, de acordo com a NBC TG 07-Subvenção e Assistência Governamentais, são registrados na demonstração de resultado na rubrica de impostos sobre faturamento de produtos e serviços.

28. Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercadorias vendidas	(306.054)	(463.560)	(420.350)	(657.023)
Ajuste a valor presente sobre compras	1.367	-	2.040	-
Total	(304.687)	(463.560)	(418.310)	(657.023)

29. Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depreciação do ativo imobilizado	(8.716)	(5.289)	(10.349)	(11.941)
Depreciação do direito de uso (a)	(18.245)	(19.352)	(27.491)	(32.226)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(10.486)	116	(18.909)	819
Despesas com pessoal	(45.599)	(56.674)	(70.820)	(93.809)
Serviços prestados por terceiros	(34.956)	(31.932)	(49.012)	(52.907)
Total	(118.002)	(113.131)	(176.581)	(190.064)

(a) A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que houver alterações nos planos comerciais e estratégicos, além da intenção dos arrendadores na continuidade dos contratos.

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas comerciais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aluguéis e locações variáveis (a)	(10.749)	(16.857)	(20.205)	(17.810)
Depreciação do ativo imobilizado	(2.499)	(6.800)	(4.065)	(6.704)
Amortização do ativo intangível	(481)	(556)	(3.332)	(3.773)
Depreciação do direito de uso (b)	(592)	(8.259)	(592)	(11.700)
Despesas com pessoal	(27.802)	(34.019)	(31.655)	(38.583)
Despesas com serviços públicos	(7.523)	(8.495)	(12.244)	(15.251)
Impostos e taxas	(10.490)	(7.690)	(13.538)	(16.668)
Outras despesas administrativas (c)	(43.295)	(20.737)	(46.306)	(33.481)
Total	(103.431)	(103.413)	(131.937)	(143.970)

(a) Refere-se a despesas com aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo que estão fora do escopo da NBC TG 06 (R2).

(b) A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que houver alterações nos planos comerciais e estratégicos, além da intenção dos arrendadores na continuidade dos contratos.

(c) Compreende serviços prestados por terceiros referentes a cobrança, jurídico, consultorias, despesas tributárias, materiais para consumo, entre outros.

31. Outras despesas (receitas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Perdas com desconhecimento de ativos financeiros (a)	(86.887)	(18.931)	(180.253)	(55.776)
Perdas com baixas de ativos mantidos para venda (estoques) (b)	-	-	-	(8.333)
Perdas por desvalorização do ativo imobilizado	-	-	(1.399)	-
Baixa de ativo imobilizado	(9.332)	(790)	(22.293)	(7.938)
Baixa do ativo intangível	(400)	-	(11.870)	-
Demandas judiciais	(51.787)	(1.495)	(53.206)	(1.073)
Outras despesas operacionais	(13.063)	(1.082)	(10.567)	(1.842)
Total das despesas	(161.469)	(22.298)	(279.588)	(74.962)
Ganhos com recuperação de ativos financeiros (c)	5.484	83.216	11.075	135.397
Recuperação de créditos tributários (e)	76.057	-	76.057	-
Indenizações por sinistro (d)	-	-	-	16.309
Bônus performance	275	927	275	927
Alienação do ativo imobilizado	1.121	1.519	5.024	2.821
Baixa do direito de uso e do passivo de arrendamento	11.366	-	15.082	-
Demais receitas operacionais	(3.436)	3.739	(10.876)	1.012
Total das receitas	90.867	89.401	96.637	156.466
Total	(70.602)	67.103	(182.951)	81.504

(a) Refere-se a baixa de títulos do contas a receber, sem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia adota política de baixa o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 (240 dias em 31 de dezembro de 2023) com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

(b) Refere-se substancialmente a baixa por perda de estoques referente ao incêndio ocorrido em 11 de novembro de 2022 no Centro de Distribuição da investida Novo Mundo Amazônia S.A., localizado na cidade de Manaus - AM.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Refere-se à recuperação de títulos do contas a receber que foram historicamente baixados para perdas conforme política do contas a receber.

(d) Refere-se substancialmente ao recebimento do sinistro ocorrido no Centro de Distribuição da investida Novo Mundo S.A., localizado em Manaus – AM.

(e) Refere-se a créditos de PIS e Cofins levantados sobre as despesas consideradas insumos (material de embalagens, despesas com telecomunicação, depreciação de máquinas e equipamentos, marketing e propaganda, etc). O reconhecimento do crédito tributário faz parte do planejamento tributário da Companhia onde orientada por seus assessores jurídicos.

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros sobre passivos de arrendamento (a)	(11.364)	(11.195)	(18.317)	(18.444)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(38.270)	(27.372)	(40.123)	(26.588)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(10.183)	(14.852)	(11.919)	(20.148)
Estorno de atualização monetária de créditos fiscais	-	(8.991)	-	(17.370)
Juros diversos	(56.260)	(33.271)	(62.191)	(42.543)
Imposto sobre operações financeiras	(1.735)	(663)	(1.819)	(663)
Despesas bancárias	(2.448)	(1.392)	(3.072)	(1.977)
Resultado com derivativos e variação cambial	(11.040)	-	(11.040)	-
Demais despesas financeiras	(12.174)	(4.321)	(18.093)	(9.307)
Total - Despesas financeiras	(143.474)	(102.057)	(166.574)	(137.040)
Atualização monetária de créditos fiscais	4.651	7.506	5.353	9.237
Deságio de aquisição de títulos	3.924	5.685	7.444	16.211
Descontos obtidos	262	2.792	381	3.629
Ajuste ao valor presente sobre mútuos com partes relacionadas (b)	28.447	31.953	28.447	31.953
Juros por atraso nos recebimentos	3.128	4.161	6.650	9.296
Rendimentos de aplicações financeiras e variação cambial	591	1.373	1.419	2.746
Ganho na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros	-	7.700	-	7.700
Outras receitas financeiras	2.041	-	2.504	-
Total - Receitas financeiras	43.044	61.170	52.198	80.772
Total do resultado financeiro	(100.430)	(40.887)	(114.376)	(56.268)

(a) A Companhia considerou para todos os contratos, as taxas de juros necessárias para adquirir ativos (principalmente lojas e centro de distribuição) em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura (os quais incluem algumas premissas como prazo do arrendamento, valor negociado, e condição física do ativo). A taxa de juros média adotada foi de 13,59% a.a. no individual e 13,31% a.a. no consolidado (Em 2023 7,40% a.a.). Essa taxa de juros foi calculada pelo período do arrendamento, que considera a intenção de renovação. A realização do ajuste a valor presente é reconhecida como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento.

(b) A Companhia utilizou a taxa de 16,42% a.a. (Em 2023 16,57% a.a.) correspondente a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes para cálculo do ajuste a valor presente dos contratos de mútuos registrados no passivo não circulante com vencimento em 31 de dezembro de 2028. (Nota Explicativa nº 24.(a)).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do efeito tributário sobre o prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(527.129)	656	(582.118)	(2.124)
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	-	223	-	-
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Diferenças temporárias				
Ajuste a valor presente sobre contratos de mútuos	(28.447)	(31.953)	(28.447)	(31.953)
Ajuste a valor presente de clientes e fornecedores	1.367	-	2.040	-
Provisão provenientes de passivos contingentes	50.014	-	51.163	-
Provisão proveniente de acordos comerciais	36.671	(37.583)	36.671	(37.583)
Provisão sobre receita financeira	33.089	-	97.605	-
Diferenças permanente				
Arrendamentos	3.538	954	5.171	2.539
Despesas não dedutíveis	16.823	4.181	20.218	5.651
Equivalência patrimonial	190.983	8.040	-	-
Incentivos fiscais	(9.878)	(39.215)	(9.740)	(42.856)
Outras deduções	(23.677)	189	(14.996)	(1.204)
Crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social	(256.646)	(104.350)	(422.433)	(117.149)
Base de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	228.199	72.397	393.986	85.196
Base de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos	28.447	31.953	28.447	31.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(85.730)	10.864	(85.730)	10.864
Total	(85.730)	10.864	(85.730)	10.864
Taxa efetiva	16%	-121%	15%	-93%

b. Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração revisou suas estimativas de lucros tributáveis futuros e a Companhia não reconheceu o ativo fiscal diferido, referente aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. O reconhecimento destes tributos diferidos ativos depende da geração futura de lucros tributáveis suficientes para que os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias possam ser utilizados.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferido ativo poderão ser reconhecidos quando a Companhia apresentar lucro tributável sustentável futuro e seja provável a realização deste ativo.

c. Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	2023	Constituições	Amortizações/ Compensações	2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (a)	64.666	-	(64.666)	-
Provisão para ajustes a valor presente e outras diferenças temporárias	-	(9.672)	(10.277)	(19.949)
Outros resultados abrangentes	-	1.114	(1.114)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	64.666	(8.558)	(76.057)	(19.949)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			2023
	2022	Constituições	Amortizações/ Compensações	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	76.057	-	(11.391)	64.666
Provisão para ajustes a valor presente e outras diferenças temporárias	-	(10.864)	10.864	-
Outros resultados abrangentes	(2.257)	-	2.257	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	73.800	(10.864)	1.730	64.666

	Consolidado			2024
	2023	Constituições	Amortizações/ Compensações	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (a)	64.666	-	(64.666)	-
Provisão para ajustes a valor presente	-	(9.672)	(10.864)	(20.536)
Outros resultados abrangentes	-	2.318	(1.660)	658
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	64.666	(7.354)	(77.190)	(19.878)

	Consolidado			2023
	2022	Constituições	Amortizações/ Compensações	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	76.057	-	(11.391)	64.666
Provisão para ajustes a valor presente e outras diferenças temporárias	-	(10.864)	10.864	-
Outros resultados abrangentes	(5.106)	-	3.973	(1.133)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	70.951	(10.864)	3.446	63.533

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a controladora baixou o imposto de renda e contribuição social diferido ativo no montante de R\$ 76.057, calculado sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. A baixa do imposto de renda e contribuição social diferido ativo constituído foi ocasionada principalmente em decorrência ao Pedido de Recuperação Judicial solicitado pela Companhia e a revisão das projeções de lucros tributáveis futuros. Dentre a decisão tomada pela Administração da Companhia, foi considerado:

(i) análise de projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo taxa de crescimento da receita e margem anual, variações das demais contas que compõem o resultado projetado, bem como o prazo estimado de realização desse saldo credor; **(ii)** comparação da assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; **(iii)** envolvimento da área estratégica da Companhia especializada em projeções financeiras e impostos sobre a renda, e **(iv)** interpretação da ITG 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, quando há uma incerteza relacionada ao prazo de realização dos lucros tributáveis futuros e consequentemente ao prazo de realização deste ativo.

O ativo fiscal diferido foi constituído nos exercícios de 2020 e 2021, com base em projeções futuras, elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Gestão de risco de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os prejuízos acumulados. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora - Em 31 de dezembro de 2024						Nível 1	Nível 2
	Notas	Valor contábil			Total			
		VJORA	VJR	Custo amortizado				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	-	-	
Contas a receber de clientes	8	119.919	-	-	119.919	-	-	
Total		119.919	-	-	119.919	-	-	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	14.106	14.106	-	-	
Contas a receber de clientes	8	-	-	188.603	188.603	-	-	
Mútuos com partes relacionadas	24	-	-	1.101	1.101	-	-	
Outros créditos	11	-	-	30.675	30.675	-	-	
Total		-	-	234.485	234.485	-	-	

	Controladora - Em 31 de dezembro de 2024						Nível 1	Nível 2
	Notas	Valor contábil			Total			
		VJR		Custo amortizado				
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores	18	-	-	216.173	216.173	-	-	
Fornecedores convenio	19	-	-	19.441	19.441	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	21	6.266	-	-	6.266	-	-	
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	450.455	450.455	-	40	
Mútuos com partes relacionadas	24	-	-	72.179	72.179	-	-	
Passivo de arrendamento	17	-	-	66.041	66.041	-	-	
Outras obrigações	23	-	-	68.355	68.355	-	-	
Total		6.266	-	892.644	898.910	-	406	

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado - Em 31 de dezembro de 2024						
	Notas	Valor contábil			Total	Nível 1
		VJORA	VJR	Custo amortizado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	21		-	-	-	-
Contas a receber de clientes	8	244.081	-	-	-244.081	-
Total		244.081	-	-	-244.081	-

Consolidado - Em 31 de dezembro de 2024						
	Notas	Valor contábil			Total	Nível 1
		VJR		Custo amortizado		
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	22.684	22.684	-
Contas a receber de clientes	8	-	-	20.034	20.034	-
Mútuos com partes relacionadas	24	-	-	1.101	1.101	-
Outros créditos	11	-	-	32.683	32.683	-
Total		-	-	76.502	76.502	-

Consolidado - Em 31 de dezembro de 2024						
	Notas	Valor contábil			Total	Nível 1
		VJR		Custo amortizado		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
Fornecedores	18	-	-	239.430	239.430	-
Fornecedores convenio	19	-	-	19.441	19.441	-
Instrumentos financeiros derivativos	21	6.266	-	-	6.266	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	475.561	475.561	-
Mútuos com partes relacionadas	24	-	-	80.273	80.273	-
Passivo de arrendamento	17	-	-	98.147	98.147	-
Outras obrigações	23	-	-	79.812	79.812	-
Total		6.266	-	992.664	998.930	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora - Em 31 de dezembro de 2024						
	Notas	Valor contábil			Total	Nível 1	Nível 2
		VJORA	VJR	Custo amortizado			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	2.384	-	2.384	-	
Contas a receber de clientes	8	216.454	-	-	216.454	-	
Total		216.454	2.384	-	218.838	-	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	59.615	59.615	-	
Contas a receber de clientes	8	-	-	370.350	370.350	-	
Mútuos com partes relacionadas	24	-	-	1.673	1.673	-	
Outros créditos	11	-	-	23.518	23.518	-	
Total		-	-	455.156	455.156	-	

	Controladora - Em 31 de dezembro de 2024						
	Notas	Valor contábil			Total	Nível 1	Nível 2
		VJORA	VJR	Custo amortizado			
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Fornecedores	18	-	-	142.815	142.815	-	
Fornecedores convenio	19	-	-	71.517	71.517	-	
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	399.313	399.313	-	
Mútuos com partes relacionadas	24	-	-	179.869	179.869	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	-	-	30.343	30.343	-	
Passivo de arrendamento	17	-	-	142.259	142.259	-	
Outras obrigações	23	-	-	66.341	66.341	-	
Total		-	-	1.032.457	1.032.457	-	



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado - Em 31 de dezembro de 2023						
	Notas	Valor contábil			Total	Nível
		VJORA	VJR	Custo amortizado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	2.384	-	2.384	-
Contas a receber de clientes	8	473.428	-	-	473.428	-
Total		473.428	2.384	-	475.812	-
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	70.855	70.855	-
Contas a receber de clientes	8	-	-	139.353	139.353	-
Mútuos com partes relacionadas	24	-	-	3.233	3.233	-
Outros créditos	11	-	-	33.007	33.007	-
Total		-	-	246.448	246.448	-

Consolidado - Em 31 de dezembro de 2023						
	Notas	Valor contábil			Total	Nível 1
		VJORA		Custo amortizado		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
Fornecedores	18	-	-	192.707	192.707	-
Fornecedores convenio	19	-	-	79.068	79.068	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	463.473	463.473	-
Mútuos com partes relacionadas	24	-	-	30.918	30.918	-
Outras obrigações com controladores	24	-	-	30.343	30.343	-
Passivo de arrendamento	17	-	-	238.242	238.242	-
Outras obrigações	23	-	-	90.421	90.421	-
Total		-	-	1.125.172	1.125.172	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração do valor justo

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento financeiro pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir.

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar, passivos de arrendamento e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao ser vencimento no curto prazo. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxa de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia.

Os empréstimos e financiamentos são contabilizados ao custo amortizado, para efeito de comparação apresentamos o valor justo desses instrumentos financeiros classificados no nível 2, utilizando curvas de taxas de juros e *spread* prontamente observáveis no mercado, em 31 de dezembro de 2024 o valor justo foi de R\$ 406.523 no individual e R\$ 427.966 no consolidado (Em 2023 R\$ 456.286 no individual e R\$ 511.640 no consolidado).

Gerenciamento de risco financeiro

A Gerência Administrativa e Financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

Estrutura do gerenciamento de risco

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente artigos eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento e outros serviços ao consumidor para as aquisições dos referidos bens. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

A Gerência Administrativa e Financeira reporta-se à Diretoria da Companhia, que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigação das exposições ao risco.

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho estabeleceu que a Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração reporta-se regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia, a qual, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Gerência Administrativa e Financeira da Companhia apresenta relatórios mensalmente à Administração, que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, que em 31 de dezembro de 2024 têm um saldo de R\$ 297.899 no consolidado (Em 2023 R\$ 649.021). O risco é avaliado e controlado pela Companhia, devido à pulverização natural das vendas; porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Para os casos em que a concentração dos valores faturados é maior, o risco é gerenciado através de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da NBG TG 48), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de créditos. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu no resultado perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa de R\$ 10.846 no individual e R\$ 18.909 no consolidado. Na Nota Explicativa nº 8 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A seguir é demonstrado os valores registrados no contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes	308.522	586.804	264.115	612.781
Mútuos com partes relacionadas	1.101	1.673	1.101	3.233
Outros créditos	30.675	23.518	32.683	33.007
Total	340.298	611.995	297.899	649.021

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia ao risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, conta corrente, aplicações financeiras e ao contas a receber que proporciona o maior risco de crédito. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Diretoria. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando, assim, os riscos.

(ii) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de próximo relacionamento com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais que cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	216.173	-	-	-	216.173
Fornecedores convenio	-	19.441	-	-	19.441
Empréstimos e financiamentos	253.993	156.318	40.144	-	450.455
Passivos de arrendamento	15.172	23.835	27.034	-	66.041
Mútuos com partes relacionadas	-	72.179	-	-	72.179
Outras obrigações	33.074	35.281	-	-	68.355
Total	518.412	307.054	67.178	-	892.644

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais que cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	142.815	-	-	-	142.815
Fornecedores convenio	71.517	-	-	-	71.517
Empréstimos e financiamentos	176.632	130.041	81.701	10.939	399.313
Passivos de arrendamento	33.628	58.156	50.475	-	142.259
Mútuos com partes relacionadas	-	179.869	-	-	179.869
Outras obrigações	30.596	35.745	-	-	66.341
Total	455.188	403.811	132.176	10.939	1.002.114

Consolidado

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais que cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	239.430	-	-	-	239.430
Fornecedores convenio	-	19.441	-	-	19.441
Empréstimos e financiamentos	273.557	161.680	40.324	-	475.561
Passivos de arrendamento	20.603	32.172	45.372	-	98.147
Mútuos com partes relacionadas	-	80.273	-	-	80.273
Outras obrigações	44.531	35.281	-	-	79.812
Total	578.121	328.847	85.696	-	992.664

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais que cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	192.707	-	-	-	192.707
Fornecedores convenio	79.068	-	-	-	79.068
Empréstimos e financiamentos	232.114	159.931	71.428	-	463.473
Passivos de arrendamento	55.744	73.380	71.627	37.491	238.242
Mútuos com partes relacionadas	3.192	-	27.726	-	30.918
Outras obrigações com controladas	-	30.343	-	-	30.343
Outras obrigações	54.675	35.746	-	-	90.421
Total	617.500	299.400	170.781	37.491	1.125.172

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
GOIÂNIA - 1ª UPU VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos. A Companhia realizou análise de sensibilidade e não apontou impactos relevantes. Vale mencionar, que a contratação do “swap” fez com que a Companhia ficasse exposta ao risco do CDI e, em 15 de junho de 2026 quando a ponta passiva do “swap” alterar o seu indexador de CDI para IPCA, a Companhia ficará sem proteção das variações deste indexador.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

As operações da Companhia em 2024 estão indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. Em 31 de dezembro de 2024, a Diretoria Financeira efetuou a análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários de reduções e aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, de redução e aumento nas taxas de juros, foi mensurado considerando uma taxa base de CDI em 12,15% a.a. (Em 2023 11,65% a.a.) e IPCA em 4,80% a.a. (Em 2023 4,60% a.a.).

Premissas para a análise de sensibilidade em 2024:

Controladora

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI (%)	Aumento do CDI	-	12,15%	15,19%	18,23%
Aplicações financeiras		4.550	4.550	4.689	4.827
Remuneração estimada			553	691	829
Efeitos no resultado			-	138	276

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	-	12,15%	9,11%	6,08%
Aplicações financeiras		4.550	4.550	4.413	4.275
Remuneração estimada			553	415	276
Efeitos no resultado			-	(138)	(276)

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI (%)	Aumento do CDI	-	12,15%	15,19%	18,23%
Empréstimos e financiamentos (a)		266.126	266.126	274.210	282.293
Juros estimados			32.334	40.418	48.501
Efeitos no resultado			-	8.084	16.167

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	-	12,15%	9,11%	6,08%
Empréstimos e financiamentos (a)		266.126	266.126	258.042	249.959
Juros estimados			32.334	24.251	16.167
Efeitos no resultado			-	(8.084)	(16.167)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA	-	4,80%	6,00%	7,20%
Empréstimos e financiamentos (b)		106.639	106.639	107.919	109.198
Juros estimados			5.119	6.398	7.678
Efeitos no resultado			-	1.280	2.559

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
IPCA (%)	Redução do IPCA	-	4,80%	3,60%	2,40%
Empréstimos e financiamentos (b)		106.639	106.638	105.359	104.080
Juros estimados			5.119	3.839	2.559
Efeitos no resultado			-	(1.280)	(2.559)

Consolidado

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI (%)	Aumento do CDI	-	12,15%	15,19%	18,23%
Aplicações financeiras		8.627	8.627	8.889	9.151
Remuneração estimada			1.048	1.310	1.572
Efeitos no resultado			-	262	524

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	-	12,15%	9,11%	6,08%
Aplicações financeiras		8.627	8.627	8.365	8.103
Remuneração estimada			1.048	786	524
Efeitos no resultado			-	(262)	(524)

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI (%)	Aumento do CDI	-	12,15%	15,19%	18,23%
Empréstimos e financiamentos (a)		274.786	274.786	283.133	291.479
Juros estimados			33.386	41.733	50.080
Efeitos no resultado			-	8.347	16.693

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	-	12,15%	9,11%	6,08%
Empréstimos e financiamentos (a)		274.786	274.786	266.439	258.093
Juros estimados			33.386	25.040	16.693
Efeitos no resultado			-	(8.347)	(16.693)

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA	-	4,80%	6,00%	7,20%
Empréstimos e financiamentos (b)		106.639	106.639	107.919	109.198
Juros estimados			5.119	6.398	7.678
Efeitos no resultado			-	1.280	2.559

Valor: R\$ 100,00
 PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Incidentes -> Exibição de Documento ou Coisa Cível
 GOIÂNIA - 1ª UPU VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª
 Usuário: VICTOR RODRIGO DE ELIAS - Data: 03/10/2025 18:20:43

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
IPCA (%)	Redução do IPCA	-	4,80%	3,60%	2,40%
Empréstimos e financiamentos (b)		106.639	106.639	105.359	104.080
Juros estimados			5.119	3.839	2.559
Efeitos no resultado			-	(1.280)	(2.559)

(a) Não incluem os contratos de CDCI e 1ª série do CRI, 10ª emissão, pois, não está sujeita a variação de CDI, ou outro indexador.

(b) Refere-se ao saldo devedor do CRI 1ª série, 10ª emissão, que possui como indexador de reajuste o IPCA.

Premissas para a análise de sensibilidade em 2023:

Controladora

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI (%)	Aumento do CDI	-	11,65%	14,56%	17,48%
Aplicações financeiras		41.407	41.407	42.613	43.819
Remuneração estimada			4.824	6.030	7.236
Efeitos no resultado			-	1.206	2.412

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	-	11,65%	8,74%	5,83%
Aplicações financeiras		41.407	41.407	40.201	38.995
Remuneração estimada			4.824	3.618	2.412
Efeitos no resultado			-	(1.206)	(2.412)

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI (%)	Aumento do CDI	-	11,65%	14,56%	17,48%
Empréstimos e financiamentos (a)		182.758	182.758	188.081	193.404
Juros estimados			21.291	26.614	31.937
Efeitos no resultado			-	5.323	10.646

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	-	11,65%	8,74%	5,83%
Empréstimos e financiamentos (a)		182.758	182.758	177.435	172.112
Juros estimados			21.291	15.968	10.646
Efeitos no resultado			-	(5.323)	(10.646)

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA	-	4,60%	5,75%	6,90%
Empréstimos e financiamentos (b)		118.598	118.598	119.962	121.326
Juros estimados			5.456	6.819	8.183
Efeitos no resultado			-	1.364	2.728

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
IPCA (%)	Redução do IPCA	-	4,60%	3,45%	2,30%
Empréstimos e financiamentos (b)		118.598	118.598	117.234	115.870
Juros estimados			5.456	4.092	2.798
Efeitos no resultado			-	(1.364)	(2.798)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI (%)	Aumento do CDI	-	11,65%	14,56%	17,48%
Aplicações financeiras		45.611	45.611	46.939	48.296
Remuneração estimada			5.314	6.642	7.971
Efeitos no resultado			-	1.328	2.657

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	-	11,65%	8,74%	5,83%
Aplicações financeiras		45.611	45.611	44.283	42.954
Remuneração estimada			5.314	3.985	2.657
Efeitos no resultado			-	(1.328)	(2.657)

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI (%)	Aumento do CDI	-	11,65%	14,56%	17,48%
Empréstimos e financiamentos (a)		192.266	192.266	197.865	203.465
Juros estimados			22.399	27.999	33.598
Efeitos no resultado			-	5.600	11.199

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	-	11,65%	8,74%	5,83%
Empréstimos e financiamentos (a)		192.266	197.447	186.666	181.066
Juros estimados			22.399	16.799	11.199
Efeitos no resultado			-	(5.600)	(11.199)

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA	-	4,60%	5,75%	6,90%
Empréstimos e financiamentos (b)		118.598	118.598	119.962	121.326
Juros estimados			5.456	6.819	8.183
Efeitos no resultado			-	1.364	2.728

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
IPCA (%)	Redução do IPCA	-	4,60%	3,45%	2,30%
Empréstimos e financiamentos (b)		118.598	118.598	117.234	115.870
Juros estimados			5.456	4.092	2.798
Efeitos no resultado			-	(1.364)	(2.798)

(a) Não incluem os contratos de CDCI, pois não está sujeita a variação de CDI ou outro indexador.

(b) Refere-se ao saldo devedor do CRI 1ª série, 10ª emissão, que possui como indexador de reajuste o IPCA.

35. Cobertura de seguros

A Companhia tem como prática, realizar a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos por danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o ativo imobilizado e os estoques. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer em virtude de uma eventual paralisação das atividades ou em decorrência de eventuais acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2024, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

Tipo de seguro	Bens segurados	Valor segurado			
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Responsabilidade civil	Estabelecimento comercial e industrial	10.000	10.000	10.000	10.000
Incêndio/raio/explosão	Estabelecimento comercial e industrial	155.310	138.052	155.310	138.052
Transporte de mercadorias	Mercadorias, aparelhos, máquinas e equipamentos transportados	1.000	1.000	1.000	1.000
D&O	Sócios e administradores	52.000	50.000	52.000	50.000
Veículos	Frota agregados	-	-	-	-
Veículos	Frota própria	30.110	43.394	30.110	43.394

A suficiência da cobertura de seguros não fez parte do escopo de revisão do auditor independente.

36. Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Reconhecimento de contratos de arrendamentos (direito de uso e passivos de arrendamentos) (Nota Explicativa nº 17)	(9.640)	20.382	(19.009)	23.332
Realização de ajustes de avaliação patrimonial pela redução dos outros resultados abrangentes (conforme demonstrado em (Nota Explicativa nº 26.d)	8.070	12.064	9.134	10.961
Constituição de reserva de incentivos fiscais referente a fruição dos benefícios do incentivo de ICMS (Nota Explicativa nº 26.b)	-	3.952	-	3.952
Aporte de capital de acionistas com ações ordinárias considerando imóveis anteriormente classificados como imobilizado (conforme demonstrado em Nota Explicativa nºs 14 e 26.a)	51.759	-	51.759	-
Aporte de capital de acionistas com ações ordinárias considerando Adiantamento de Futuro aumento de capital anteriormente classificados no passivo não circulante (conforme demonstrado em Nota Explicativa nº 26.a)	30.343	-	30.343	-
Aporte de capital de acionistas com ações ordinárias considerando mútuos com partes relacionadas anteriormente classificados no passivo não circulante (conforme demonstrado em Nota Explicativa nº 26.a)	-	34.502	-	41.264
Reclassificação das transações entre partes relacionadas intercompany para o contas a receber com partes relacionadas (demonstrado em Nota Explicativa nº 8)	(152.296)	-	-	-
Reclassificação de ativo imobilizado para ativos disponíveis para venda (demonstrado em Nota Explicativa nºs 14 e 15)	46.635	-	46.635	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

37. Eventos subsequentes

Em 15 de julho de 2025, a Companhia emitiu a Certidão Narrativa do Pedido de Recuperação Judicial, autuado sob o nº 5722034-18.2024.8.09.0051, em trâmite perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Goiânia – GO, onde é apresentado a movimentação do processo.

Abaixo destacamos a principais fases do processo:

- 07/2024: A Novo Mundo S.A. entrou com pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Cível da comarca de Goiânia, sob o número do processo 5722034-18.2024.8.09.0051;
- 08/2024: Decisão favorável ao deferimento da recuperação judicial foi proferida;
- 10/2024: Apresentação do Plano de Recuperação Judicial;
- 02/2025: Apresentação do 1º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial;
- 05/2025: Protocolo do pedido de aprovação do plano de recuperação judicial mediante termo de adesão e suspensão da Assembleia Geral de Credores;
- 07/2025: Ministério Público manifestou favoravelmente ao prosseguimento da homologação do Pedido de Recuperação Judicial;
- 08/2025: Os credores possuíam até o dia 11 de agosto de 2025 para apresentação de objeções à homologação do Plano de Recuperação Judicial com base nos termos de adesão apresentados pela Companhia.

* * *